

COMO EXPORTAR



ÁFRICA DO SUL

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES
Secretaria de Promoção Comercial, Ciência, Tecnologia, Inovação e Cultura
Departamento de Promoção Comercial, Investimentos e Agricultura

Brasília, 2022

ÍNDICE

I.	INTRODUÇÃO	1
II.	CARACTERÍSTICAS GERAIS.....	3
III.	GEOGRAFIA	4
1)	População, centros urbanos e indicadores.....	5
a)	População.....	5
b)	Crescimento populacional	6
c)	Principais centros urbanos	8
d)	Principais indicadores socioeconômicos	8
e)	Tendências de desigualdade	9
2)	Organização política e administrativa.....	9
a)	Organização política.....	9
b)	Organização administrativa	10
c)	Participação em organizações e acordos internacionais	11
IV.	ECONOMIA, MOEDA E FINANÇAS.....	13
1)	Ambiente econômico.....	13
a)	PIB	13
b)	Inflação	17
2)	Principais setores econômicos.....	17
a)	Agricultura e silvicultura	17
b)	Mineração	19
c)	Manufatura.....	20
d)	Energia.....	21
e)	Serviços	21
3)	Moeda e finanças.....	22
a)	Moeda	22
b)	Balança de pagamentos e reservas internacionais	22
c)	Finanças públicas.....	23
d)	Sistema bancário.....	23
V.	PANORAMA DO COMÉRCIO EXTERIOR DA ÁFRICA DO SUL	24
1)	Tendências recentes: Considerações gerais.....	24
2)	Origem e destino do comércio	25
a)	Importações	25
b)	Exportações	27
3)	Composição por produto	29
4)	O papel regional da África do Sul.....	30
VI.	RELAÇÕES ECONÔMICAS BRASIL – ÁFRICA DO SUL	32
1)	Comércio bilateral.....	32
a)	Tendências recentes.....	32
b)	Detalhamento do comércio bilateral.....	32
2)	Desenvolvimento industrial e mecanismos de apoio	35
a)	Empoderamento Econômico Negro de Base Ampla (B-BBEE) em Licitações e Transformação	36
b)	Normas de 2017 para compras preferenciais.....	36

c)	Plano de Ação de Política Industrial.....	36
d)	Planos Diretores Setoriais.....	38
e)	Zonas Econômicas Especiais.....	41
f)	Conclusão.....	44
3)	Investimentos bilaterais.....	44
4)	Principais acordos econômicos com o Brasil.....	45
a)	BRICS.....	45
b)	O Fórum de Diálogo Índia-Brasil-África do Sul (IBAS).....	45
c)	Acordo de Cooperação entre o “Industrial Development Corporation” (IDC) e o BNDES.....	45
d)	Convenção entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da África do Sul para evitar a Dupla Tributação e Prevenir a Evasão Fiscal em Relação aos Impostos sobre a Renda.....	46
e)	Acordo de Assistência Mútua em Administração Aduaneira (2014).....	46
f)	Memorando de Entendimento para a Promoção Comercial e de Investimentos entre o Ministério de Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços do Brasil (MDIC) e o Ministério de Comércio, Indústria e Competividade da África do Sul (DTIC) (2009).....	46
5)	Linhas de crédito de bancos brasileiros.....	46
VII.	ACESSO AO MERCADO.....	46
1)	Sistema tarifário.....	46
a)	Estrutura tarifária.....	46
b)	Outras tarifas e encargos de importação.....	47
2)	Regulamentação de atividades de comércio exterior.....	47
a)	Regulamentação geral.....	47
b)	Importações proibidas e restritas.....	48
c)	Regulamentos específicos.....	48
d)	Rotulagem.....	49
e)	Regulador Nacional de Especificações Obrigatórias (NRCS).....	50
f)	SISCOMEX.....	53
g)	Regime de Controle de Câmbio.....	53
3)	Documentação e exigências.....	54
4)	Regimes aduaneiros especiais.....	54
a)	Restituições e drawbacks.....	54
VIII.	INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTES.....	55
1)	Infraestrutura doméstica.....	55
a)	Rodoviária.....	55
b)	Ferrovária.....	56
c)	Aérea.....	56
d)	Portuária.....	56
2)	Infraestrutura de importação/exportação.....	57
3)	Empresas de logística com serviços para o Brasil.....	58
a)	Marítimo.....	58
b)	Aéreo.....	58
c)	Supervisão de frete.....	58
IX.	VENDAS E ESTRUTURA DE MARKETING.....	58
1)	Canais de distribuição.....	58

a)	Considerações gerais	58
b)	Estrutura geral.....	59
c)	Canais recomendados	62
2)	Promoção de vendas.....	63
a)	Considerações gerais	63
b)	Principais feiras e exposições comerciais.....	63
c)	Canais de propaganda.....	63
d)	Consultoria de marketing.....	63
3)	Práticas de comércio.....	63
a)	Negociações e acordos de importação.....	63
b)	Designação de agentes.....	63
c)	Abertura de representações comerciais	64
d)	Franquias	64
e)	Formação de Joint Ventures	64
f)	Empoderamento Econômico Negro de Base Ampla (B-BBEE).....	65
g)	Seguro de embarque	66
h)	Financiamento de importação.....	66
i)	Controvérsias e arbitragem comerciais	66
4)	E-commerce	66
a)	Panorama: Desenvolvimento, visão e tendências do mercado eletrônico	66
5)	Direitos do consumidor, responsabilidades do fornecedor e obrigações de reembolso. 67	
a)	Lei de Comunicações e Transações Eletrônicas (ECTA).....	67
b)	Lei de Proteção ao Consumidor (CPA)	67
c)	Lei de Proteção às Informações Pessoais (POPIA)	68
d)	Lei do Crédito Nacional de 2005 (NCA).....	68
e)	Lei de Regulamentação da Interceptação e Monitoramento das Comunicações e Provisão das Informações relacionadas à Comunicação (RICA)	68
X.	INFORMAÇÕES ADICIONAIS	70
1)	Moeda.....	70
2)	Pesos e Medidas	70
3)	Comunicações	70
4)	Feriados	70
5)	Fuso horário.....	70
6)	Horários comerciais (de negócios).....	70
7)	Energia elétrica.....	71
8)	Períodos recomendados para viajar.....	71
9)	Visto de entrada.....	71
10)	Vacinas	71
11)	Alfândega e câmbio.....	71

I. INTRODUÇÃO

A África do Sul representa um mercado considerável para os fornecedores brasileiros. É a segunda maior economia na África e conta com uma população de mais de 60 milhões de pessoas. O país é a economia mais industrializada da África Subsaariana e oferece, assim, um mercado substancial não apenas para bens de consumo, mas também para matérias-primas e insumos para os setores de manufatura e mineração.

A África do Sul e o Brasil desfrutam de relações positivas e construtivas; os países têm se aproximado, mais recentemente, por meio da sua parceria no BRICS, IBAS, entre outros organismos multilaterais. Em 2009, a União Aduaneira da África Austral (SACU, sigla em inglês), da qual a África do Sul é membro, assinou um acordo de comércio preferencial com o MERCOSUL, que entrou em vigor em 2016. Além disso, a África do Sul e o Brasil participam de um Comissão Mista que se reúne regularmente e contribui para o fortalecimento das relações bilaterais.

O Brasil é a 15ª maior fonte de importações da África do Sul. Em 2021, as importações da África do Sul provenientes do Brasil totalizaram US\$ 1,3 bilhão, ao passo que as exportações da África do Sul para o Brasil totalizaram US\$ 473 milhões. Em valor, as exportações brasileiras para a África do Sul cresceram entre 2014 e 2017, mas desaceleraram desde então. Há um potencial inexplorado para um crescimento ainda maior.

Além do tamanho considerável do seu mercado doméstico, a África do Sul pode ser vista como uma porta de entrada para a região da África Austral. O país é o principal exportador para a região da Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (SADC, sigla em inglês), representando 33% das exportações totais para a região, entre 2015 e 2020, e mais de 85% em alguns mercados da SACU.

MAPA

Mapa da África do Sul



II. CARACTERÍSTICAS GERAIS

Informação Básica

Área:	1,219,912 km ²
População:	60,14 milhões
Densidade Populacional:	49 habitantes/km ²
População Economicamente Ativa:	21,9 milhões
Principais Cidades:	Joanesburgo, Pretória, Cidade do Cabo, Durban, Gqeberha (anteriormente conhecida como Porto Elizabeth)
Moeda:	Rande Sul-Africano
Taxa de Câmbio (media anual de 2021):	R14.79 = U\$1
PIB (preços correntes, 2021):	US\$ 418 bilhões
Composição do PIB (2020):	Finanças, imóveis, serviços para empresas 22% Serviços pessoais 15,6% Comércio de varejo e atacado, hotéis e restaurantes 11,9% Manufatura 11,7% Impostos 9,5% Serviços gerais do governo 8,3% Mineração & extração 6,4% Eletricidade, fornecimento de gás e água 2,8% Agricultura, silvicultura e pesca 2,5% Construção 2,4%
Crescimento do PIB (últimos 5 anos):	2017: 1,2% 2018: 1,5% 2019: 0,1% 2020: -6,4% 2021: 4,9%
Estimativas de crescimento do PIB:	2022: 1,9% 2023: 1,5%
PIB per capita (2021):	US\$ 6.950
Comércio Exterior (2021):	Total das Exportações: US\$ 123 bilhões Total das Importações: US\$ 93.2 bilhões
Comércio Bilateral (2021):	Exportações brasileiras para a África do Sul: US\$1.3 bilhão Importações brasileiras da África do Sul: US\$472.9 milhões
Idiomas:	Há 12 idiomas oficiais na África do Sul: Afrikaans, Inglês, Ndebele, Northern Sotho, Sotho, Swazi, Tsonga, Tswana, Venda, Xhosa, Zulu e língua de sinais. O inglês é o idioma utilizado para fazer negócios.

Fontes: [IMF Regional Economic Outlook, April 2022](#), [IMF World Economic Indicators](#), [South African Revenue Service](#), [World Development Indicators](#)

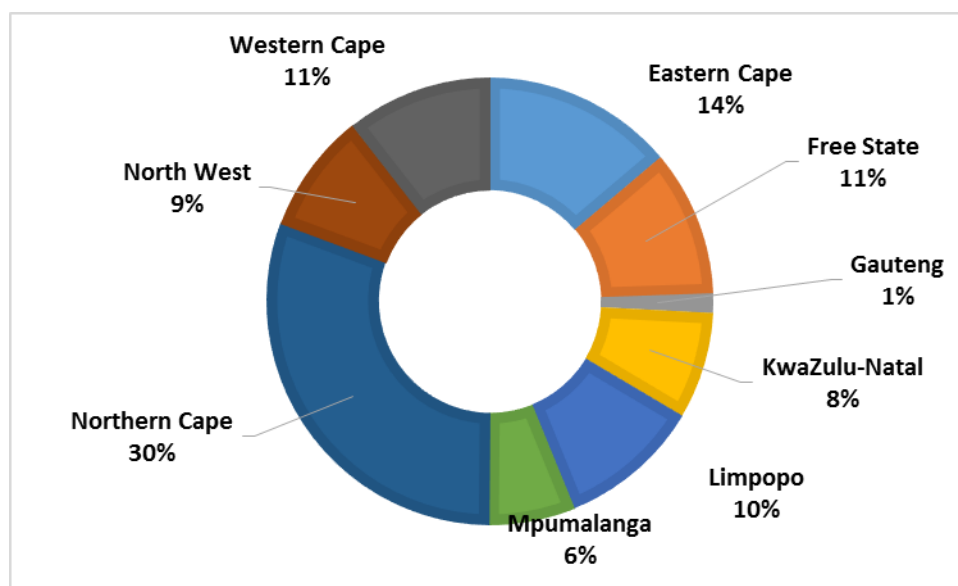
III. GEOGRAFIA

África do Sul é um país de médio porte localizado no extremo sul do continente africano, estendendo-se do Oceano Atlântico, no oeste, até o Oceano Índico, no leste. Sua área terrestre é de 1.219.912 km² e inclui as Ilhas do Príncipe Eduardo (Ilha Marion e Ilha do Príncipe Eduardo). Sua área corresponde a um sétimo do tamanho do Brasil e é duas vezes maior do que a França e três vezes maior do que a Alemanha. O país tem uma costa de 2.500 km. Há fronteiras com Botsuana (1.840 km), Lesoto (909 km), Moçambique (491 km), Namíbia (855 km), Essuatíni (430 km) e Zimbábue (225 km). A África do Sul envolve o território de Lesoto e cerca quase completamente o território de Essuatíni.

O clima varia de subtropical, na costa leste, para mediterrâneo moderado, na costa sudoeste. As partes ao norte do país são quentes e secas, ao passo que condições semidesérticas prevalecem na costa oeste e no interior.

A África do Sul é formada por nove províncias: Cabo Oriental, Estado Livre, Gauteng, KwaZulu-Natal, Limpopo, Mpumalanga, Cabo Setentrional, Noroeste e Cabo Ocidental. As províncias variam consideravelmente de tamanho. A menor é Gauteng, que abrange 1% das terras, e a maior é a árida e pouco habitada Cabo Setentrional, que ocupa quase um terço do total da área terrestre da África do Sul.

Área Terrestre das Províncias



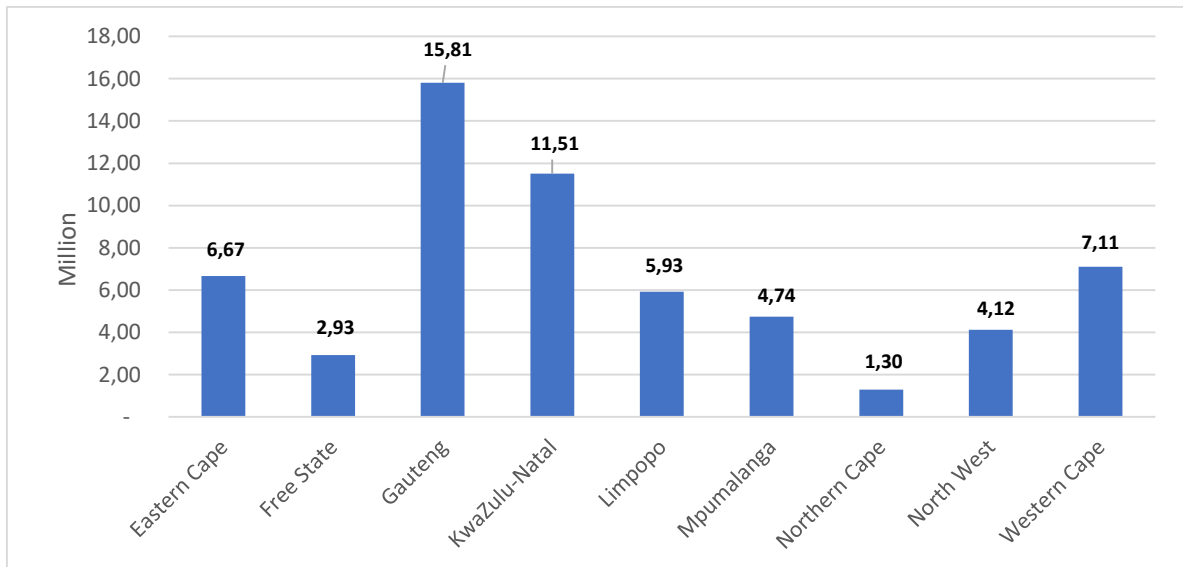
Fonte: [Stats SA data](#)

1) População, centros urbanos e indicadores

a) População

A África do Sul tem uma população de 60,1 milhões de habitantes, de acordo com estimativas de 2021. Existe uma diferença bastante significativa nas distribuições populacionais em todas as nove províncias. Gauteng, que representa 1% da área terrestre do país, abriga 26.3% da população. O Cabo Setentrional tem a menor população, representando 2,2% do total, embora tenha a maior área terrestre. Do ponto de vista de um fornecedor brasileiro, as províncias mais importantes são Gauteng, KwaZulu-Natal e o Cabo Ocidental, que representam juntos 58% da população.

População por província, estimativa de 2021 (milhões de habitantes)



Fonte: [Stats SA data](#)

Dados demográficos básicos¹

- A taxa de crescimento populacional é de 1,3%.
- 67% da população vive em áreas urbanas.
- Densidade demográfica: 49 pessoas por km² de área terrestre.
- Em 2019, a expectativa de vida ao nascer estava estimada em 60,7 anos para pessoas do sexo masculino e 67,7 anos para pessoas do sexo feminino.
- A taxa da mortalidade infantil, em 2019, estava estimada em 27,5 a cada 1.000 nascidos vivos.
- A taxa de mortalidade infantil para menores de 5 anos de idade é de 34,5 óbitos para cada 1.000 nascidos vivos.
- A taxa geral estimada de prevalência do HIV é de aproximadamente 19,1% da população total sul-africana.
- O número total de pessoas vivendo com HIV era aproximadamente de 8,23 milhões em 2021. Entre adultos de 15 a 49 anos, estima-se que 23,9% sejam HIV positivo.

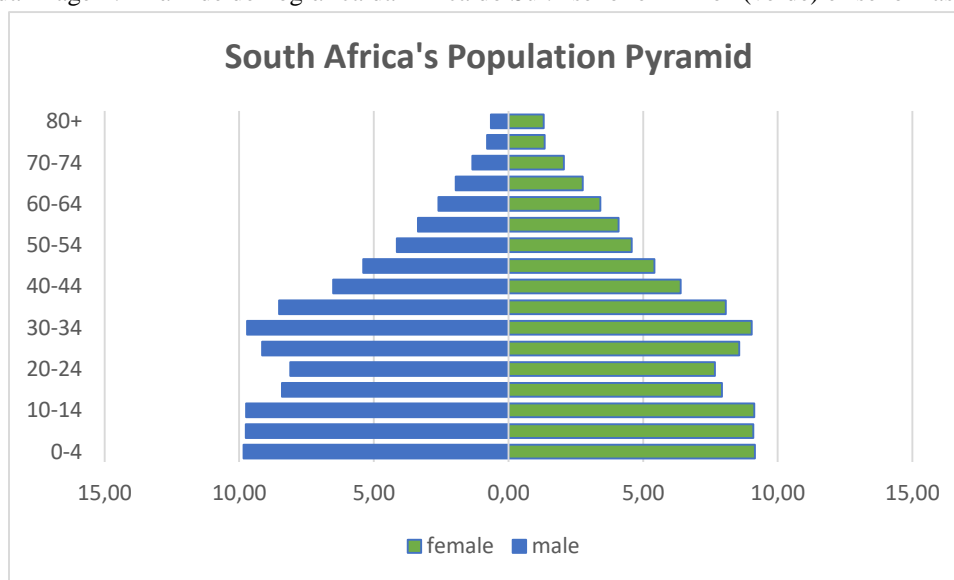
¹ Stats SA e Banco Mundial

A África do Sul tem uma população extremamente jovem: 28% da população têm menos de 15 anos de idade e 44%, ou 26,7 milhões de pessoas, menos de 25 anos. Quase 55% dos menores de 15 anos vivem na província de KwaZulu-Natal ou na de Gauteng. A migração é um aspecto importante desse dado demográfico. Gauteng, por exemplo, recebeu 1,6 milhão de migrantes nos últimos cinco anos, de acordo com dados oficiais.

A população relativamente jovem da África do Sul apresenta tanto uma oportunidade quanto um desafio para o país: é uma oportunidade, na medida em que implica um grupo emergente de agentes econômicos; e é um desafio, tendo em vista os níveis elevados de desemprego (oficialmente 34,4%) e o fardo que coloca no já pressionado sistema educacional sul-africano. No momento, 64,4% dos jovens com idade entre 15 e 24 anos não estão empregados (Pesquisa de Trabalho, segundo trimestre de 2021).

Distribuição da População por Faixa Etária e Gênero, estimativa de meados de 2021

*Tradução da imagem: Pirâmide demográfica da África do Sul: “sexo feminino” (verde) e “sexo masculino” (azul)

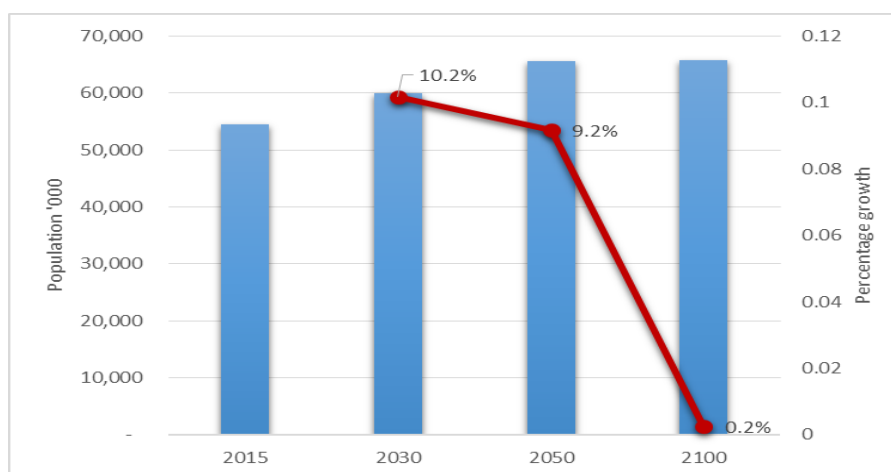


Fonte: [Stats SA data](#)

b) Crescimento populacional

De acordo com as estimativas populacionais recentes da Organização das Nações Unidas (ONU), a população da África do Sul atingirá 66 milhões em 2030, um aumento de 11,3% em comparação com 2020. De acordo com projeções recentes, a população da África do Sul continuará a crescer até o ano de 2082, alcançando pouco mais de 80 milhões de habitantes, antes de atingir um platô e declinar ligeiramente até o final do século. A taxa de crescimento populacional da África do Sul é atualmente de 1,3% ao ano.

Crescimento populacional de 2015 a 2100



Fonte: Nações Unidas, Departamento de Assuntos Econômicos e Sociais, *Prospectos da População Mundial*, 2015.

A taxa de natalidade na África do Sul é de 19,9 nascimentos por 1.000 pessoas e a taxa de mortalidade é de 9,3 falecimentos por 1.000 pessoas. A taxa de fertilidade é de 2,4 nascimentos por mulher, acima da taxa de substituição populacional, que é de 2,1 nascimentos por mulher. Embora as taxas de natalidade e fertilidade permaneçam altas, elas têm diminuído anualmente, o que implica uma desaceleração do crescimento populacional na África do Sul.

A África do Sul tem uma população economicamente ativa de 22,5 milhões de pessoas. A taxa de emprego/absorção da população é de 37,3% e o índice de participação da força de trabalho é de 56,9%. O mercado de trabalho informal é responsável por 68,3% dos empregos, o mercado de trabalho informal (excluindo o setor de agricultura) responde por 18,9% dos empregos, o trabalho doméstico responde por 7,2% e a agricultura pelos demais 5,6% dos empregos.

O desemprego encontra-se em um nível recorde na África do Sul no momento. No primeiro quarto de 2022, em torno de 7,9 milhões de pessoas estavam desempregadas, e outros 3,8 milhões de desalentados² não estavam economicamente ativos. Aproximadamente 60% dos desempregados têm menos de 35 anos de idade.

Emprego por setor

	Jan.- Março 2021	Jan.-Março 2022	Variação ano a ano	Setor como percentual do total
Agricultura	792	844	52	5,7
Mineração	395	406	11	2,7
Manufatura	1 497	1 579	82	10,6
Serviços Públicos	115	103	-12	0,7
Construção	1 079	1 073	-6	7,2
Comércio	2 979	2 994	15	20,1
Transporte	903	960	58	6,4
Finanças	2 527	2 332	-195	15,6

² Os desalentados são pessoas que gostariam de trabalhar e estariam disponíveis, durante o período mencionado, porém não procuraram trabalho por acharem que não o encontrariam. Vários são os motivos que levam as pessoas a desistir de procurar trabalho, entre eles: não encontrar trabalho na localidade, não conseguir trabalho adequado, não conseguir trabalho por ser considerado muito jovem ou idoso, ou não ter experiência profissional ou qualificação.

	Jan.- Março 2021	Jan.-Março 2022	Varição ano a ano	Setor como percentual do total
Serviços comunitários e sociais	3 567	3 546	-21	23.8
Residências particulares	1 127	1 072	-55	7.2
Outros	14	5	9	2.0
TOTAL	14 995	14 914	-81	100

Fonte: [Stats SA data](#) (Pesquisa da Força de Trabalho, março 2022)

c) Principais centros urbanos

Há três províncias sul-africanas que podem ser de especial interesse para os exportadores brasileiros:

- Gauteng, que abriga a capital administrativa, Pretória, e a capital comercial e legislativa, Joanesburgo, e representa 34% do PIB do país e 26% da população total;
- KwaZulu-Natal, que representa 16% do PIB da África do Sul e 19% da população; e
- Cabo Ocidental, que representa 14% do PIB da África do Sul e 12% da população.

Juntas, essas três províncias contabilizam uma população de 34,4 milhões de pessoas e 64% do PIB da África do Sul³.

Características dos principais centros urbanos

	GAUTENG	KWAZULU-NATAL	CABO OCIDENTAL
Capital:	Pretória	Pietermaritzburg	Cidade do Cabo
Maior cidade:	Joanesburgo	Durban	Cidade do Cabo
Idiomas:	20% isiZulu, 12% Afrikaans, 12% Sesotho, 13% Inglês	78% isiZulu, 13% English	50% Afrikaans, 25% isiXhosa, 20% Inglês
População:	15,8 milhões (2021) (est.)	11,5 million (2021) (est.)	7,1 milhões (2021) (est.)
Percentual da população da África do Sul:	26.3%	19.2%	11.8%
Área:	16 548km ²	94 361km ²	129 462 km ²
Percentual da área territorial da África do Sul:	1,4%	7,7%	10,6%
Densidade populacional:	955 pessoas por km ²	122 people per km ²	54 pessoas por km ²
Produto regional bruto:	R1.036-trilhões (2020)	R487 909 bilhões (2020)	R657.7-bilhões (2020)
Parcela do PIB nacional:	34%	16%	14%

Fonte: Stats SA

d) Principais indicadores socioeconômicos

Índice de Desenvolvimento Humano (IDH): A África do Sul está posicionada na 114ª posição no IDH, depois do Paraguai e das Filipinas e à frente do Estado da Palestina e do Egito. O Brasil está na 84ª posição, com pontuação de 0.765.

A pontuação geral do IDH da África do Sul é de 0.709⁴, composta pelos seguintes fatores:

³ [http://www.statssa.gov.za/publications/P0441/GDP%202020%20Q4%20\(Media%20presentation\).pdf](http://www.statssa.gov.za/publications/P0441/GDP%202020%20Q4%20(Media%20presentation).pdf)

⁴ <https://hdr.undp.org/en/countries/profiles/ZAF>

1. Expectativa de vida ao nascer (anos):	64.1
2. Expectativa de anos de escolaridade (anos):	13.8
3. Média de anos de escolaridade (anos):	10.2
4. Renda nacional bruta per capita (PPP\$ - paridade do poder de compra):	12.13

e) Tendências de desigualdade

A África do Sul tem um dos maiores níveis de desigualdade do mundo, conforme mensurados pelo coeficiente de Gini. A desigualdade evidencia-se na distribuição de renda distorcida, no acesso desigual a oportunidades, e em disparidades regionais. O baixo crescimento e aumento do desemprego contribuíram para a persistência da desigualdade.⁵ Os 20% mais ricos da população detêm mais de 68% da renda nacional (em comparação com a média de 47% em economias emergentes semelhantes). Os 40% mais pobres da população detêm 7% da renda nacional (em comparação com 16% em outros mercados emergentes).

Disparidades significativas permanecem entre as regiões. A renda per capita em Gauteng é quase o dobro em comparação com províncias predominantemente rurais, como Limpopo e Cabo Oriental.

Conectividade móvel e de internet

Indicador de conectividade	Valor
Penetração móvel (celulares)	97,6%
Porcentagem de residências que tem celular móvel (2020)	26,8% da população têm acesso a computadores em casa
Computadores (2020)	70%
Indivíduos que usam a internet (% da população, 2020)	78 milhões
Assinaturas de dados celulares móveis (2019)	231,687
Assinaturas de banda larga sem fio (2019)	209,594
Assinaturas de banda larga fixa terrestre (2019)	8.3%
Acesso à internet de casa (2020)	74.1%
Acesso à internet de outros lugares (2020) (casa, trabalho, estabelecimentos educacionais, cibercafé, use de dispositivo móvel)	7,6 milhões
Número de assinantes de TV paga (2019)	27 milhões de usuários – 18 milhões desses usuários são exclusivamente de celulares móveis.
Usuários ativos de mídias sociais	

Fonte: [Stats SA data](#)

Fonte: <https://www.icasa.org.za/uploads/files/State-of-the-ICT-Sector-Report-March-2020.pdf>

Fonte: [World Bank](#)

2) Organização política e administrativa

a) Organização política

Formato do Estado:

A África do Sul é uma democracia constitucional com um sistema de três níveis de governo. Os níveis nacional, provincial e local de governo têm autoridade legislativa e executiva em suas próprias esferas e estão definidos na Constituição como “distintos, interdependentes e inter-relacionados”.

⁵ <https://www.imf.org/en/News/Articles/2020/01/29/na012820six-charts-on-south-africas-persistent-and-multi-faceted-inequality>

Sistema legal:	Baseado no direito romano-holandês, na <i>common law</i> inglesa e na Constituição em vigor desde 4 de fevereiro de 1997.
Últimas eleições:	Nacional: 2019 Municipal: 2021
Próximas eleições:	2024
Chefe de Estado:	Presidente Cyril Ramaphosa, eleito pela Assembleia Nacional entre seus membros e cumprindo um primeiro mandato de cinco anos; Vice-presidente: Paul Mashatile.

Governo nacional:

A África do Sul tem um Parlamento bicameral (duas Câmaras), sob administração conjunta. A Assembleia Nacional é a Câmara eleita diretamente pelos eleitores, ao passo que o Conselho Nacional das Províncias é eleito pelas províncias e representa-as, a fim de garantir que os interesses provinciais sejam levados em consideração na esfera nacional de governo.

Principais partidos políticos:

ANC	African National Congress – Congresso Nacional Africano	230 assentos no Parlamento
DA	Democratic Alliance – Aliança Democrática	84 assentos no Parlamento
EFF	Economic Freedom Fighters – Combatentes da Liberdade Econômica	44 assentos no Parlamento

Outros dez partidos políticos menores ocupam os 42 assentos restantes: Inkatha Freedom Party (IFP), Freedom Front Plus, African Christian Democratic Party (ACDP), United Democratic Movement (UDM), African Transformation Movement, Good Party, National Freedom Party (NFP), African Independent Congress, Congress of the People (Cope), Pan Africanist Congress (PAC), Al-Jama-ah.

b) Organização administrativa

As nove províncias da África do Sul têm sua própria legislatura. Os membros são eleitos com base em representação proporcional. O Conselho Executivo de uma província é formado por um ministro (premier) e vários membros (MECs). Os ministros são indicados pelo presidente.

As províncias têm poder legislativo e executivo, compartilhado com a esfera nacional, sobre:

- agricultura
- cassinos, corridas, jogos de azar e apostas
- assuntos culturais
- educação em todos os níveis, exceto o ensino superior (universidades e técnico universitário)
- meio ambiente
- serviços de saúde
- habitação humana
- política linguística
- conservação da natureza
- serviços policiais
- imprensa pública provincial
- transporte público

- planejamento e desenvolvimento regional
- regulamentação do tráfego rodoviário
- turismo
- promoção do comércio e da indústria
- autoridades tradicionais
- desenvolvimento urbano e rural
- licenciamento de veículos
- serviços de assistência social

Esses poderes podem ser exercidos na medida em que as províncias tenham a capacidade administrativa de assumir responsabilidades efetivas. As províncias também têm competência exclusiva sobre várias áreas, que incluem:

- abatedouros
- serviços de ambulâncias
- licenças de (uso e venda comercial) de bebidas alcoólicas
- museus que não sejam os de nível nacional
- planejamento provincial
- questões culturais provinciais
- atividades recreativas provinciais
- rodovias e tráfego provinciais

Existem 278 municípios na África do Sul, formados por oito municípios metropolitanos, 44 distritos e 226 municípios locais. Os oito municípios metropolitanos são:

- Buffalo City (East London)
- Cidade do Cabo
- Município Metropolitano de Ekurhuleni (East Rand)
- Cidade de eThekweni (Durban)
- Cidade de Joanesburgo
- Município de Mangaung (Bloemfontein)
- Município Metropolitano de Nelson Mandela (Gqeberha, antiga cidade de Porto Elizabeth)
- Cidade de Tshwane (Pretória).

c) Participação em organizações e acordos internacionais

A África do Sul participa de um ampla gama de acordos e tratados globais, abrangendo comércio, direitos humanos, viagens e logística, ciência e tecnologia, assuntos jurídicos e políticos. A lista a seguir apresenta as principais instituições e organizações das quais a África do Sul faz parte:

1. AfCFTA ([Zona de Livre Comércio Continental Africano](#))
2. BAD ([Banco Africano de Desenvolvimento](#))
3. AGOA ([Lei de Crescimento e Oportunidades para a África](#))
4. UA ([União Africana](#))
5. BIS (Banco de Padrões Internacionais)
6. BRICS (acrônimo para o agrupamento das cinco maiores economias emergentes: Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul)
7. CCA ([Conselho de Cooperação Aduaneira](#))
8. CW ([Comunidade das Nações](#))
9. Acordo de Livre Comércio entre a EFTA (Associação Europeia de Livre Comércio) e a SACU (FTA)

10. FAO ([Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação](#))
11. G20 ([Grupo dos Vinte](#))
12. Sistemas Generalizados de Preferências com a Noruega ([GSP Norway](#))
13. Sistemas Generalizados de Preferências com a Rússia, Bielorrússia e Cazaquistão ([GSP Russia, Belarus and Kazakhstan](#))
14. Sistemas Generalizados de Preferências com a Turquia ([GSP Turkey](#))
15. AIEA ([Agência Internacional de Energia Atômica](#))
16. BIRD ([Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento, Banco Mundial](#))
17. IBSA (o [Fórum IBSA](#) é uma iniciativa trilateral que reúne a Índia, Brasil e África do Sul, três grandes sociedades pluralistas, multiculturais, e multirraciais de três continentes; é um agrupamento Sul-Sul de países afins comprometidos com o desenvolvimento sustentável inclusivo e com a promoção do bem-estar dos seus povos e do mundo em desenvolvimento)
18. OACI ([Organização de Aviação Civil Internacional](#))
19. CCI ([Câmara de Comércio Internacional](#))
20. IFC ([Corporação Financeira Internacional, Banco Mundial](#))
21. FISCV ([Federação Internacional das Sociedades da Cruz Vermelha e do Crescente Vermelho](#))
22. OIT ([Organização Internacional do Trabalho](#))
23. FMI ([Fundo Monetário Internacional](#))
24. COI ([Comitê Olímpico Internacional](#))
25. ISO ([Organização de Padrões Internacionais](#))
26. UIT ([União Internacional de Telecomunicações](#))
27. AMGI ([Agência Multilateral de Garantia de Investimentos, Banco Mundial](#))
28. MNA (Movimento Não Alinhado)
29. NBD ([Novo Banco de Desenvolvimento](#)) (uma instituição do BRICS, estabelecida em julho de 2014)
30. OCDE ([Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico](#))
31. SACU ([União Aduaneira da África Austral](#))
32. [SACU-MERCOSUL](#)
33. SADC ([Comunidade de Desenvolvimento da África Austral](#))
34. SADC EPA (Acordo de Parceria Econômica da SADC)
35. [SADC-EU Economic Partnership Agreement](#)
36. SADC-EAC-COMESA Tripartite FTA (Acordo de Livre Comércio Tripartido entre a SADC, a EAC (Comunidade da África Oriental) e o COMESA (Mercado Comum da África Oriental e Austral)
37. TDCA (Acordo de Comércio, Desenvolvimento e Cooperação)
38. TIDCA (Acordo Cooperativo de Comércio, Investimento e Desenvolvimento)
39. TIFA (Acordo de Comércio e Investimento)
40. UNGA ([Assembleia-Geral da Organização das Nações Unidas](#))
41. UNSC ([Conselho-Geral da Organização das Nações Unidas](#))
42. UNCTAD ([Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento](#))
43. PNUD ([Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento](#))
44. UNESCO ([Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura](#))
45. WFTU ([Federação Mundial dos Sindicatos](#))
46. OMS ([Organização Mundial da Saúde](#))
47. OMPI ([Organização Mundial da Propriedade Intelectual](#))
48. IMO ([Organização Marítima Internacional](#))
49. BM ([Banco Mundial](#))
50. WEF ([Fórum Econômico Mundial](#))
51. OMC ([Organização Mundial do Comércio](#))
52. [Acordo comercial bilateral entre o Zimbábue e a África do Sul](#)
53. Acordo de Comércio, Desenvolvimento e Cooperação entre a Comunidade Europeia e seus Estados-Membros e a África do Sul ([RSA-EU TDCA](#))
54. Acordo de Parceria Econômica entre a SACU, seus Estados-Membros e Moçambique, de uma parte, e o Reino Unido da Grã-Bretanha e a Irlanda do Norte, da outra parte ([SACUM-UK EPA](#))
55. Acordo entre a África do Sul e Malawi ([RSA Malawi](#))

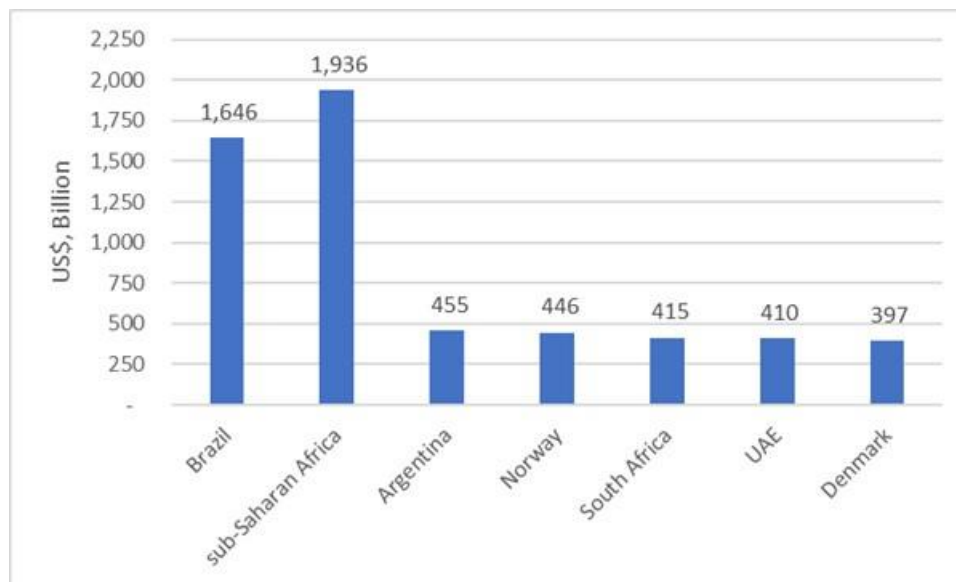
IV. ECONOMIA, MOEDA E FINANÇAS

1) Ambiente econômico

a) PIB

Com um PIB de US\$415 bilhões em 2021, a África do Sul é a segunda maior economia do continente africano, atrás da Nigéria. Para colocar em contexto, a dimensão da economia sul-africana é um pouco menor que a da economia da Argentina, mas semelhante à da Noruega, dos Emirados Árabes Unidos e da Dinamarca. A economia da África do Sul é equivalente a 25% da economia brasileira e representa 21,5% do PIB da África Subsaariana.

Dimensão comparativa da economia sul-africana



Fonte: Índice de Desenvolvimento do Banco Mundial

A política econômica do governo é pautada pelo Plano Nacional de Desenvolvimento (NDP, sigla em inglês). O NDP é uma estratégia de desenvolvimento que tem por objetivos centrais erradicar a pobreza e reduzir de forma acentuada a desigualdade até 2030. O NDP especifica várias metas a serem atingidas até 2030, incluindo gerar 11 milhões de empregos e alcançar um crescimento real anual médio do PIB de 5,7%. O plano de ação para atingir essas metas inclui melhorar a coordenação e implementação de políticas, fornecer uma melhor infraestrutura e reduzir custos comerciais, assim como fortalecer o funcionamento do mercado de trabalho. Em linha com as metas do NDP, o Ministério de Comércio, Indústria e Competitividade (dtic) estabeleceu uma agência conhecida como [InvestSA](#), que atua como um balcão único de investimentos estrangeiros na África do Sul.

Em um esforço para acelerar a transformação econômica no país, o governo instituiu o sistema de Empoderamento Econômico Negro de Base Ampla (B-BBEE, sigla em inglês). A legislação aborda o tema do B-BBEE por meio do desenvolvimento de habilidades, equidade no emprego, desenvolvimento socioeconômico, compras/aquisição preferencial, desenvolvimento empresarial, especialmente para pequenas e médias empresas, promovendo a entrada de empresários negros, mulheres, jovens e pessoas com deficiência no pilar das atividades econômicas, e o avanço das cooperativas.

O setor de serviços é uma parte importante da economia sul-africana, representando 76% do valor agregado bruto do PIB em 2021. O setor agrícola contribuiu 3% do valor agregado, porém precisa ser analisado em um contexto mais amplo, como importante gerador de empregos e de receitas de exportação. O setor agrícola passou por vários desafios

nos últimos anos, incluindo a seca e questões de posse de terra, mas atualmente está atravessando um momento positivo em diversas áreas devido ao aumento dos preços das commodities e a alta da demanda dos produtos sul-africanos em mercados-chave na Europa e na Ásia. Isso se refletiu nos números de valor agregado do setor agrícola, que registraram um bom crescimento no período de 2016 a 2021: alta de 31% no total.

O setor de mineração continua tendo importância para a economia sul-africana, representando 8,7% do valor agregado bruto em 2021 e contribuindo para geração de empregos, produção, serviços e exportações. A importância relativa do setor de mineração estava em declínio, em termos reais, por vários anos, mas a atual ascensão dos preços globais permitiu um forte aumento na contribuição do setor para o PIB. Os aumentos recentes na produção mineradora estão associados a minério de ferro, diamantes e cobre, em vez de produtos tradicionais como platina, ouro e carvão. O setor de mineração sul-africano enfrenta obstáculos como o aumento gradual dos custos de produção, disputas trabalhistas e paralisações da produção devido a questões de segurança, pressões logísticas sobre as atividades de exportação de commodities, e atrasos no processamento de licenças. O setor, que teve forte alta em 2021, apresentou crescimento de 91% em termos nominais entre 2016 e 2021, mas permanece vulnerável, tendo recuado 0,97% em termos reais no período.

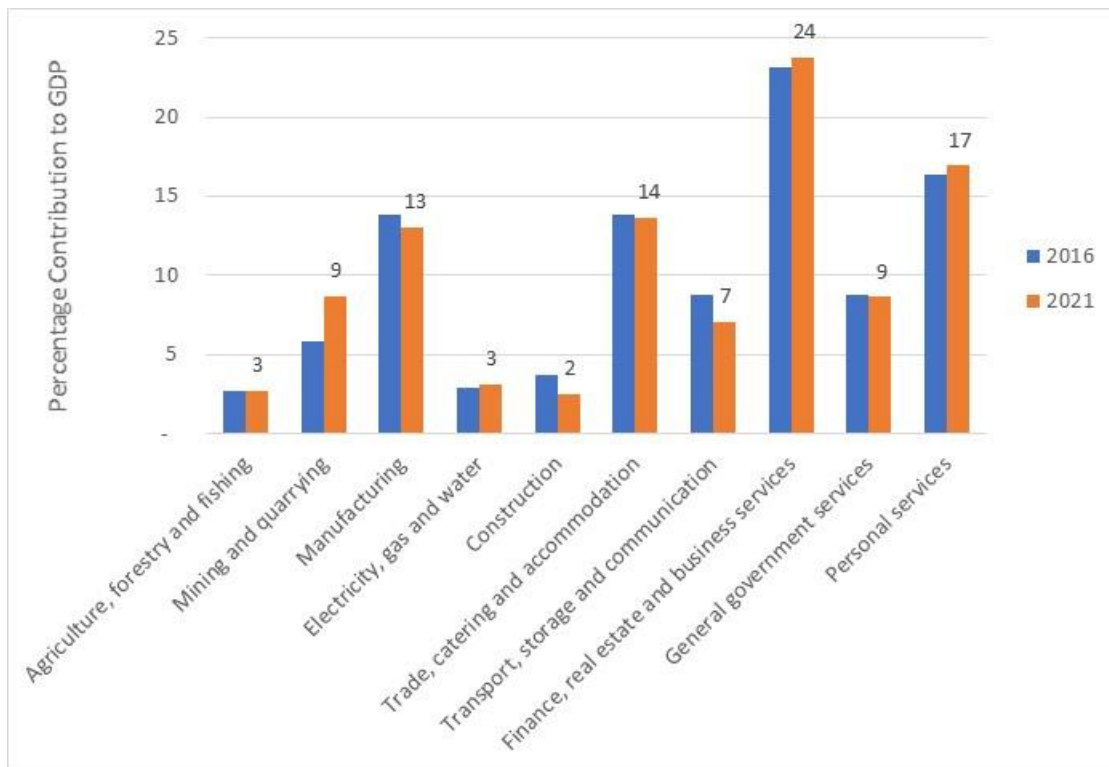
O setor manufatureiro representa 13% do valor agregado bruto. O setor como um todo tem declinado nos últimos anos, registrando-se queda a uma taxa anualizada de 1,2% no período entre 2016 e 2021. Essa retração reflete a menor produção de bens industrializados duráveis e não duráveis em resposta à menor demanda dos consumidores e à luz do alto nível de competição de produtos importados. Também deve ser analisado o contexto da pandemia da COVID-19, que teve um impacto marcante no setor após a introdução do confinamento nacional em março de 2020. A maior parte da atividade manufatureira caiu acentuadamente em 2020 e no primeiro semestre de 2021, antes de apresentar uma recuperação razoável no segundo semestre de 2021 e no primeiro trimestre de 2022. De acordo com dados da Statistics South Africa, oito dos dez subsetores de manufatura apresentaram aumento no uso da capacidade produtiva em fevereiro de 2022 em comparação com fevereiro de 2021. Os maiores aumentos foram registrados nos seguintes subsetores:

- Vidros e produtos minerais não metálicos (7,7%);
- Alimentação e bebidas (6,8%);
- Móveis e outras indústrias transformadoras (6,4%);
- Rádio, televisão, aparelhos de comunicação e equipamentos profissionais (4,6%); e
- Máquinas elétricas (3,3%).

As maiores taxas de utilização da capacidade produtiva foram identificadas nos seguintes subsetores em fevereiro de 2022:

- Máquinas elétricas (83,4%);
- Rádio, televisão, aparelhos de comunicação e equipamentos profissionais (82,1%);
- Madeira, produtos de madeira, papel, edição e impressão (81,8%); e
- Móveis e outras indústrias transformadoras (81%)

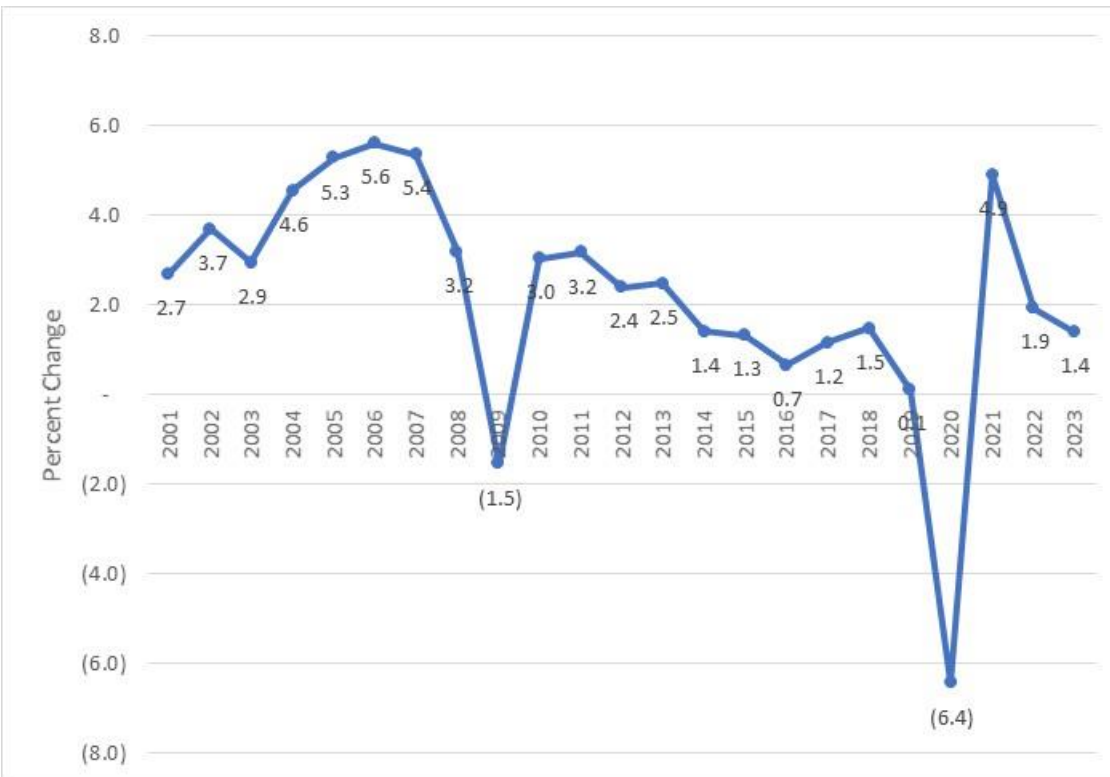
Valor agregado bruto por atividade econômica, 2016 a 2021



Fonte: Banco Central da África do Sul (SARB, sigla em inglês), Boletim Trimestral de 2017

A economia sul-africana continua a atravessar um período desafiador. Entre 2016 e 2019, o crescimento econômico médio foi de 0,9% ao ano, de acordo com o FMI. O crescimento caiu drasticamente em 2020 em meio às interrupções globais causadas pela pandemia da COVID-19, e o PIB contraiu 6,43% no ano, antes de se recuperar em 2021, quando registrou crescimento de 4,92%. Espera-se que a economia permaneça em um ritmo de crescimento lento em 2022 e 2023, de 1,94% e 1,4% respectivamente. O baixo nível de crescimento deve-se principalmente à fraca demanda doméstica, baixo nível de investimentos, à instabilidade dos fluxos de capital e à pouca confiança dos consumidores e das empresas.

Crescimento do PIB de 2001 a 2023



Fonte: *Perspectivas da Economia Mundial do Fundo Monetário Internacional*, abril de 2022

De acordo com o Banco Africano de Desenvolvimento (BAD), o PIB da África do Sul contraiu 6,4% em 2020 devido à pandemia da COVID-19, que interrompeu o comércio e viagens. A economia cresceu cerca de 4,9% em 2021, impulsionada pela recuperação das finanças do lado da oferta e do investimento fixo do lado da demanda. A inflação nominal subiu de 3,3% em 2020 para 4,5% em 2021, devido ao aumento dos preços dos alimentos e dos transportes, e a taxa básica de juros foi, nesse contexto, majorada de 3,5% em 2020 para 3,75% em novembro de 2021. O déficit orçamentário atingiu um recorde de 10% do PIB em 2020 devido a gastos adicionais para mitigar o impacto da COVID-19. Estima-se que o déficit orçamentário tenha diminuído para 5,8% do PIB em 2021, refletindo o aumento das receitas e a racionalização das despesas. O superávit em conta corrente foi estimado em 3,8% do PIB em 2021, acima dos 2% em 2020, atribuível ao melhor desempenho das exportações e aos preços mais altos das commodities. A pobreza continua alta, porém, atingindo 55,5% da população em 2015, e o desemprego alcançou 35% em setembro de 2021.⁶

O crescimento em 2021 foi alimentado pela demanda global favorável, pelos preços das commodities e por uma recuperação das atividades econômicas domésticas após a recessão de 2020. No entanto, a recuperação tem sido fraca no que diz respeito à criação de empregos, contando-se quase 1,9 milhão de pessoas a menos empregadas no final de 2021 na comparação com o trimestre anterior ao início da pandemia. O choque da pandemia pesou amplamente nos resultados sociais, e estima-se que os índices de pobreza tenham subido para patamares observados mais de uma década atrás, tomando como base a linha de pobreza para países de renda média-alta.

A avaliação do Banco Mundial sobre as perspectivas atuais para a África do Sul reforça a visão de que a economia sul-africana já estava em uma posição frágil quando a pandemia iniciou, após uma década de baixo crescimento. Em

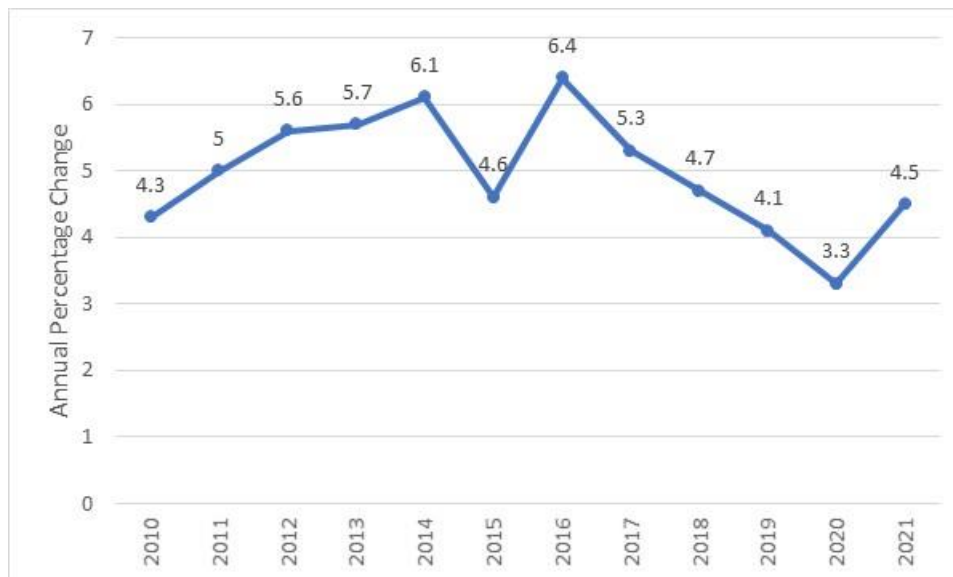
⁶ <https://www.afdb.org/en/documents/african-economic-outlook-2022>

2019, a economia cresceu 0,1%, em parte devido ao ressurgimento dos cortes de eletricidade associados a dificuldades operacionais e financeiras na estatal Eskom. A recuperação deverá continuar em 2022, com o crescimento do PIB previsto para atingir 2,1% e uma média de 1,7% no médio prazo. Restrições estruturais de longa data, como a escassez de eletricidade, continuam a afetar a economia. Passos importantes foram dados em 2021 para enfrentar os obstáculos estruturais ao crescimento no médio prazo, incluindo o aumento do limite de licenciamento para geração integrada de eletricidade. Os preços das commodities continuam sendo um fator importante para a África do Sul, um grande exportador líquido de minerais e importador líquido de petróleo. Dito isto, fortalecer o investimento, incluindo o investimento estrangeiro direto, será fundamental para impulsionar o crescimento e criar empregos.⁷

b) Inflação

A África do Sul instituiu formalmente o regime de metas de inflação em 2000, estabelecendo uma faixa entre 3% e 6%. A política tem sido, em regra, bem-sucedida. A inflação dos preços ao consumidor (IPC) permaneceu abaixo de 6% por todos os anos desde 2011, exceto em duas ocasiões. Desde o pico de 6,4% observado em 2016, o IPC caiu todos os anos até 2020, quando atingiu uma baixa recorde de 3,3%. No entanto, em 2021 houve aumento para 4,5% e, em 2022, viu-se uma pressão crescente sobre o índice à medida que os preços de energia, serviços públicos e alimentos dispararam. O IPC anual atingiu 7,8% em julho de 2022 - a maior alta dos últimos 13 anos.

Índice de preços ao consumidor: variação anual em %



Fonte: Statistics South Africa publicado pelo Banco Central da África do Sul

2) Principais setores econômicos

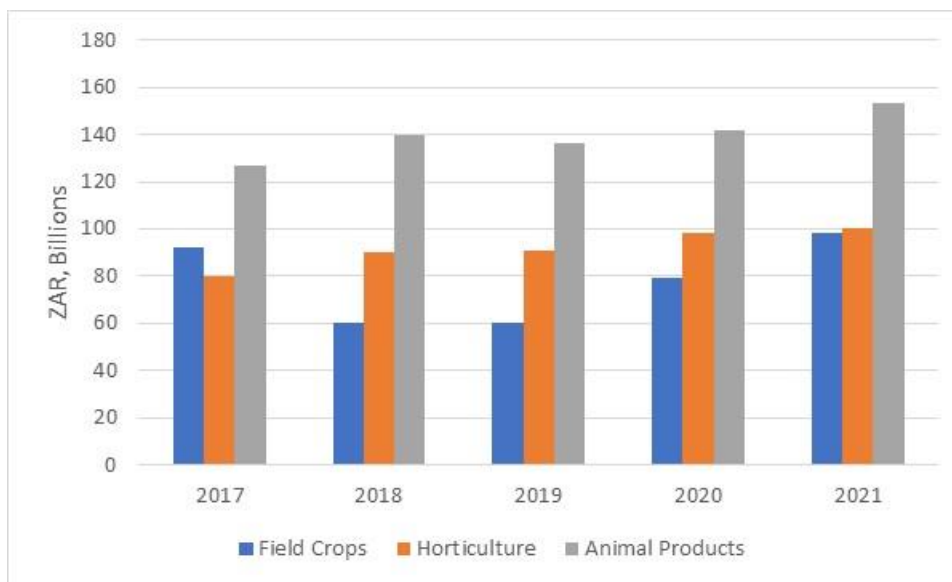
a) Agricultura e silvicultura

O valor bruto total da produção agrícola (produção total durante a época de produção contabilizada com base nos preços médios recebidos pelos produtores) para 2020/21 é estimado em ZAR 346 bilhões (US\$ 23 bilhões), em comparação com ZAR 310 bilhões (US\$ 21 bilhões) no ano anterior - um aumento de 11,6%. Este aumento pode ser atribuído principalmente a um aumento no valor dos grãos e produtos hortícolas. O valor bruto dos produtos de origem animal, dos produtos hortícolas e dos grãos contribuiu com 47,2%, 28,5% e 24,3%, respectivamente, para o valor bruto total da produção agrícola. A indústria de carne de aves teve a maior contribuição, com 15,6%, seguida de bovinos e bezerras abatidos com 12,3% e milho com 10,9%.⁸

⁷ <https://www.worldbank.org/en/country/southafrica/overview#1>

⁸ Departamento Nacional de Agricultura: Tendências do Setor Agrícola, 2021

Valor bruto da produção agrícola (em randes sul-africanos, bilhões)



Tradução: Culturas de campo (em azul); Horticultura (em laranja); Produtos animais (em cinza)

Fonte: Departamento Nacional de Agricultura: Tendências do Setor Agrícola

A principal cultura da África do Sul é o milho, que é o alimento básico para uma grande parcela da população. A produção de trigo, feijão e óleo comestível também é significativa. A África do Sul produz volumes substanciais de uvas de mesa e de frutas decíduas ou caducas e subtropicais, que são importantes culturas regionais e contribuem para as receitas de exportação do país. O açúcar é cultivado em KwaZulu-Natal e Mpumalanga e seus produtores têm uma extensa presença regional. O gado é criado para carne e laticínios, mas os números estão em declínio há muitos anos, com o rebanho total caindo de 13,9 milhões, em 2012, para 12,3 milhões, em 2021. A suinocultura é um importante contribuinte para a indústria, embora o número total de cabeças de suínos, atualmente em 1,36 milhão, também tenha caído ligeiramente nos últimos anos. A indústria ovina da África do Sul é crítica para muitas partes do país, mas secas prolongadas no Cabo Oriental e em partes do Estado Livre e do Cabo Setentrional afetaram consideravelmente os números, que caíram de 11 milhões em 2015 para 9,9 milhões em 2021. A África é um importante fornecedor mundial de lã e mohair.

Produção das principais culturas em 2020 e 2021 (mil toneladas)

Grãos	
Milho	16,393
Trigo	2,118
Soja	1,621
Girassol	741
Cevada	590
Sorgo Granífero (de grão)	196
Canola	167
Amendoim	66
Culturas Hortícolas	
Uvas	2,028

Laranjas	1,555
Maçãs	993
Limões e Limas	667
Pêras	431
Toranjias	416
Cítricos macios	413
Pêssegos	172

Fonte: Departamento Nacional de Agricultura, *Resumo das Estatísticas de 2021*

A África do Sul tem uma indústria madeireira significativa, desde o setor florestal até o processamento de madeira. Os últimos números disponíveis são de 2018/19, quando a área total de plantação de madeira comercial foi de 1.194.663 hectares, ligeiramente acima do ano anterior. Espécies de madeira macia cobrem 49% da área e espécies de madeira dura cobrem 51%. Do total, 57% da área de plantio é manejada principalmente para produção de madeira para celulose, 38% para fins de serração e 2% para extração de madeira, sendo os 3% restantes para outros fins.

Os gastos com bens e serviços intermediários, que somaram ZAR 164,668 milhões (US\$ 10,977 milhões) em 2020/21, podem ser um dado de interesse para os fornecedores brasileiros. As despesas com bens e serviços intermediários aumentaram 7,1% no período em análise, comparado a um aumento de 6,3% no biênio anterior. As despesas com rações agrícolas, sementes e plantas e material de construção e vedação para cercas aumentaram 10% cada, material de embalagem (9%), serviços agrícolas e saúde animal e proteção das colheitas (6%), fertilizantes (4%), combustível (3,6%) e manutenção e reparação de máquinas e implementos (2%). A alimentação agrícola teve a maior participação como item de despesa, representando 29,2%, manutenção e reparação de máquinas e implementos (12,9%), serviços agrícolas (12,1%), combustível (8,0%), sementes e plantas (7,4%), saúde animal e proteção de cultivos (6,1%), material de embalagem (5,2%), material de construção e vedação (4,5%) e fertilizantes (4,4%).⁹

b) Mineração

Durante parte significativa da história do país, a indústria de mineração foi o esteio da economia e da capacidade industrial da África do Sul. Embora a importância do setor na contribuição geral para a atividade econômica tenha apresentado uma queda nas últimas duas décadas, ele continua sendo um importante pilar da economia sul-africana. O setor sofreu um declínio durante a pandemia da COVID-19, mas mostrou crescimento devido à alta dos preços das commodities desde então. Permanece restringido, porém, por fatores como a capacidade logística dos portos, fornecimento insuficiente de eletricidade e dificuldades para obtenção de novas autorizações e licenças, que desincentivam novos investimentos. O investimento fixo encolheu 5% ano a ano, entre 2015 e 2020 (-11% apenas em 2020). De acordo com o Conselho de Minerais da África do Sul, em 2020 a mineração representou:

1. 32% das exportações de mercadorias da África do Sul
2. 12% do investimento fixo total (GFCF)
3. 18% dos investimentos privados
4. 8,4% do PIB (17% se multiplicadores forem incluídos)
5. 4,7% de toda a força de trabalho do setor privado

Globalmente, a África do Sul possui as maiores reservas de alumínio-silicato, cromo, manganês, metais do grupo da platina (PGMs) e vermiculita.

Vendas e exportações de minerais da África do Sul por commodities em 2021

⁹ Department of Agriculture and Rural Affairs, “Trends in the Agricultural Sector, 2021”

	Vendas locais	Vendas para exportação	Vendas totais US\$ milhões	Exportação em % do total de vendas
Ouro	1,172,010	4,590,382	5,762,398	79.70%
Metais do grupo da platina (PGMs)	1145966.667	11,549,461	12,695,427	91.00%
Minério de ferro	217337.2667	5,553,657	5,770,995	96.20%
Carvão	5,665,476	3,037,248	8,702,724	34.90%
Diamantes	343455.1333	541308.4	884,764	61.20%
Manganês	189454.4	2,323,442	2,512,896	92.50%
Cromo	678188.2	582124.3333	1,260,313	46.20%
Outros	1,181,516	1,867,684	3,049,194	58.10%
Total	10,593,404	30,045,307	40,638,710	69.60%

Fonte: [Minerals Council South Africa](#) (Conselho de Minérios da África do Sul)

Apesar das restrições descritas acima, atualmente existe um sentimento positivo na indústria de mineração. O último relatório da PWC SA Mine, de 2021, destacou tanto a resiliência do setor de mineração quanto as oportunidades de crescimento contínuo. Apoiado nos preços recordes do ouro, da gama de metais do grupo da platina, do minério de ferro e, mais recentemente, do carvão, o desempenho financeiro do setor superou as expectativas em muitas frentes.

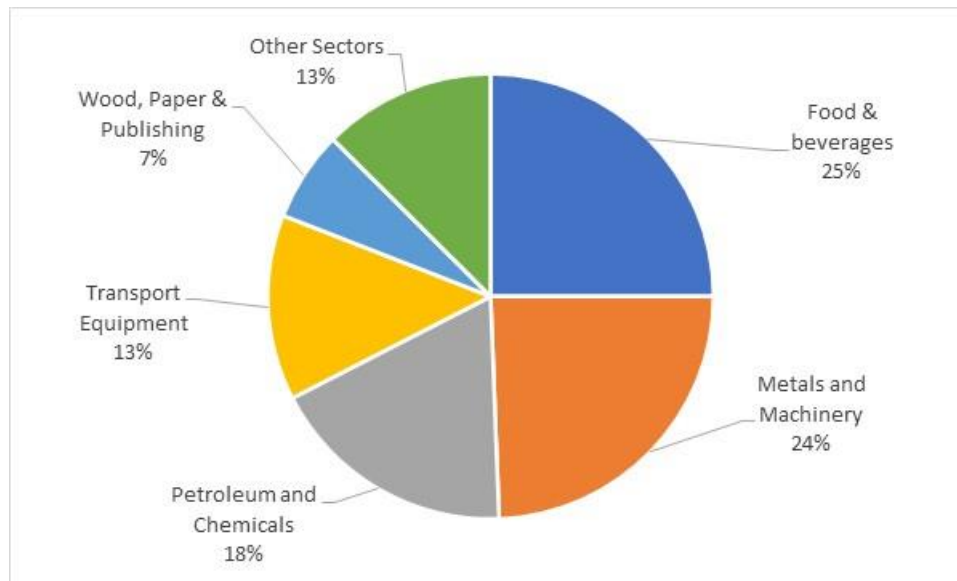
c) Manufatura

O setor manufatureiro sul-africano continua lutando contra a baixa demanda doméstica e o aumento da concorrência estrangeira. Desde 2016, o setor perdeu 5,94% de valor em termos reais, embora em 2021 tenha registrado crescimento devido ao impacto da COVID em 2020. Em 2022, a manufatura também mostrou alguns sinais positivos. De acordo com a Statistics South Africa, a produção manufatureira ajustada sazonalmente aumentou 4,7% no primeiro trimestre de 2022 em comparação com o quarto trimestre de 2021. Sete dos dez subsegmentos manufatureiros relataram crescimento durante esse período. As maiores contribuições para o PIB foram feitas pelos seguintes subsetores:

- Petróleo, produtos químicos, borracha e produtos de plásticos (7,6% e contribuindo com 1,6 ponto percentual);
- Alimentação e bebidas (5,0% e contribuindo com 1,2 ponto percentual);
- Ferro e aços básicos, produtos de metais não ferrosos, produtos de metal e máquinas (5,7% e contribuindo com 1,1 ponto percentual); e
- Veículos automotivos, partes e acessórios e outros materiais de transporte (10,6% e contribuição de 1,0 ponto percentual).¹⁰

¹⁰ https://www.statssa.gov.za/?page_id=1856&PPN=P3041.2&SCH=73089

Figure 1: Receita total da produção manufatureira por setor em 2021



Fonte: Statistics South Africa

d) Energia

O Plano Nacional de Desenvolvimento (NDP) tenciona que, até 2030, a África do Sul tenha um setor de energia que promova o crescimento econômico e desenvolvimento por meio de investimentos adequados na infraestrutura energética. O Plano prevê também que, até 2030, a África do Sul terá um fornecimento adequado de energia e combustíveis líquidos para garantir que a atividade econômica e o bem-estar da população não sejam prejudicados, e que pelo menos 95% da população tenham acesso a energia dentro ou fora da rede energética pública.¹¹

Planos à parte, em termos práticos a África do Sul tem sido afetada pela escassez de eletricidade e por cortes no fornecimento há quase 14 anos. Os economistas estimam que a economia poderia ter dimensão 12% maior se a escassez de energia não tivesse comprometido o crescimento e o nível de investimento no país. A lenta trajetória de crescimento da economia formal e a falta de capacidade pública e financiamento para reverter o declínio da infraestrutura (especialmente energia, água e rodovias) levaram o governo a iniciar uma série de reformas políticas para buscar alavancar um maior nível de participação privada na economia. Isso inclui o Programa de Produtores Independentes de Energia Renovável (REIPPP, sigla em inglês), destinado a garantir energia adicional de energia eólica, solar, biomassa e outras fontes (incluindo inicialmente o carvão).

e) Serviços

O setor de serviços é extremamente importante para a economia sul-africana, representando mais de 70% do valor agregado bruto em 2021. Os setores mais relevantes são os de serviços financeiros, serviços de negócios profissionais, comércio de atacado e varejo, serviços de engenharia e serviços relacionados ao setor de construção, e serviços ambientais e de turismo.

¹¹ www.gov.za

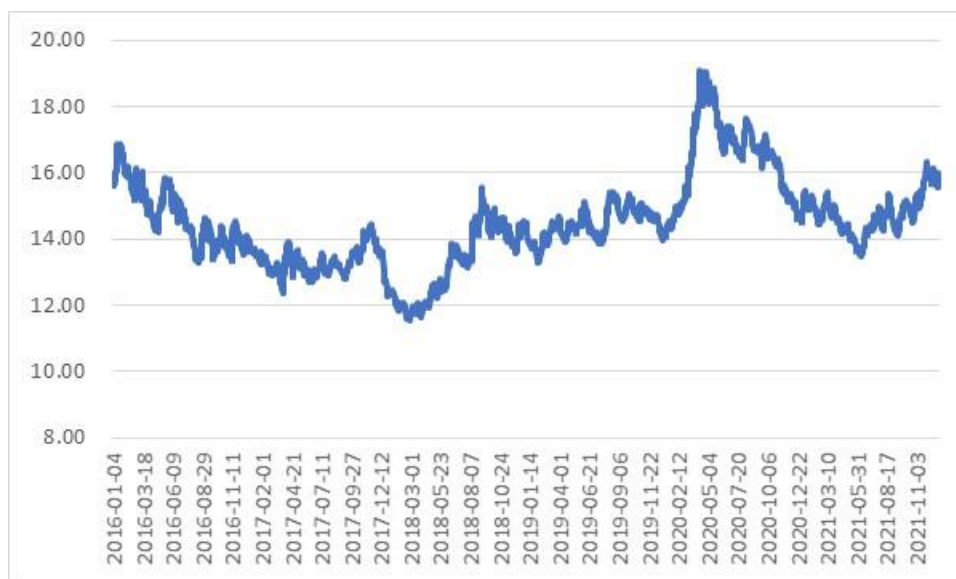
3) Moeda e finanças

a) Moeda

A moeda da África do Sul é o rande (R ou ZAR).

O rande sul-africano é uma moeda de um mercado emergente e, como tal, tende a variar diariamente, muitas vezes impactado pelos preços das commodities ou pelo “sentimento do mercado emergente”, em vez das tendências subjacentes da própria economia. Nos últimos cinco anos, o rande oscilou consideravelmente, de cerca de ZAR12/US\$1, em 2018, para ZAR19/US\$1, em 2020. Em agosto de 2022, o rande estava sendo negociado a ZAR17/US\$1.

Histórico da taxa de câmbio: Rande Sul-Africano em relação ao US\$



Fonte: Banco Central da África do Sul (SARB, sigla em inglês)

b) Balança de pagamentos e reservas internacionais

Tendências recentes na balança de pagamentos (em milhões de US\$)

Balança de pagamentos	2016	2017	2018	2019	2020	2021
Conta corrente						
Exportação de mercadorias, FOB	71,675	82,827	87,102	85,807	76,987	114,121
Exportações líquidas de ouro	4,542	4,993	5,309	4,667	6,485	7,302
Receitas de serviços	14,947	16,569	16,681	15,952	8,363	9,113
Receitas de rendimentos	5,911	6,078	7,715	8,564	7,717	11,332
Menos importação de mercadorias, FOB	74,469	83,387	90,584	87,794	66,139	91,164
Menos pagamentos por serviços	15,235	16,634	16,644	16,553	11,054	13,589
Menos pagamentos de rendimentos	14,208	16,664	18,781	18,281	13,259	19,341

Transferências atuais (receitas líquidas positivas)	(1,827)	(2,823)	(2,562)	(2,401)	(2,527)	(2,418)
Saldo da conta corrente	(8,664)	(9,040)	(11,765)	(10,038)	6,574	15,356

Fonte: Banco Central da África do Sul (SARB, siga em inglês)

Reservas internacionais e de ouro do Banco Central da África do Sul (SARB)

Período	Quantia no término do período (ZAR milhões)				Item do Memorando (ZAR milhões)	
	Reservas de ouro	Direitos especiais de saque	Outras reservas de câmbio internacionais	Ouro bruto e outras reservas internacionais	Situação de liquidez internacional do Banco Central	Ouro bruto e outras reservas internacionais
2016	63,811	36,744	547,269	647,824	40,809	47,356
2017	64,341	34,506	525,930	624,777	42,927	50,722
2018	74,313	46,070	62,150	742,333	43,091	51,641
2019	86,104	46,605	639,400	772,109	44,897	55,058
2020	111,947	50,883	644,785	807,615	52,054	55,013
2021	108,366	97,658	645,717	854,741	55,309	57,792

Fonte: Banco Central da África do Sul (SARB, siga em inglês)

c) Finanças públicas

Finanças do governo nacional, US\$ milhões

	Receita			
	Receita tributária total	Receita não tributária	Receita total	
Orçamento 2020/2021	81,545	2,167	83,712	
Orçamento 2021/2022	78,975	1,963	80,938	
	Despesas			
	Montantes votados	Juros	Outras	Total
Orçamento 2020/2021	57,671	13,722	34,354	105,748
Orçamento 2021/2022	58,718	16,146	34,972	109,835
	Saldo do livro caixa antes dos empréstimos			
Orçamento 2020/2021	(22,036)			
Orçamento 2021/2022	(28,897)			

Fonte: Banco Central da África do Sul (SARB, siga em inglês)

d) Sistema bancário

A África do Sul tem um setor bancário bem-estabelecido. Recentemente, uma série de bancos estrangeiros estabeleceu-se no país, ao passo que outros bancos estrangeiros adquiriram participação nos principais bancos locais. O setor bancário sul-africano ficou em 19º lugar entre 141 países no Relatório sobre a Competitividade Global de 2018/2019 do Fórum Econômico Mundial. Os principais bancos locais são o First National Bank, o Standard Bank, o Nedbank, e o ABSA. Os bancos Capitec e African Bank estão consolidando-se junto às camadas da população de baixa renda, que não têm conta bancária. Um dos desenvolvimentos mais recentes é a entrada de empresas de seguro

no setor bancário, como a empresa Discovery Health, e o lançamento de bancos estritamente digitais, como o Tyme Bank.

De acordo com a Associação de Bancos da África do Sul, mudanças no cenário regulatório, nas ofertas de produtos e na quantidade de participantes ampliaram a competitividade dos bancos menores, que visam ao mercado de baixa renda e de pessoas que não têm conta bancária. Atualmente, o setor bancário é formado por 16 bancos registrados, 3 bancos mútuos, 15 agências locais de bancos estrangeiros e 36 bancos estrangeiros com escritórios de representação local aprovados.

Competitividade do setor bancário sul-africano	Classificação entre 141 países
9ª pilar: Sistema financeiro	19
Profundidade	20
Crédito doméstico para o setor privado em % do PIB	10
Financiamento para PMEs	96
Disponibilidade de capital de risco	77
Capitalização do mercado em % do PIB	2
Volume das apólices de seguros para o PIB	3
Estabilidade	32
Solidez dos bancos	29
Porcentagem dos empréstimos improdutivos do total bruto de empréstimos	50
Porcentagem de capital regulatório dos bancos do total de ativos ponderados pelo risco	95

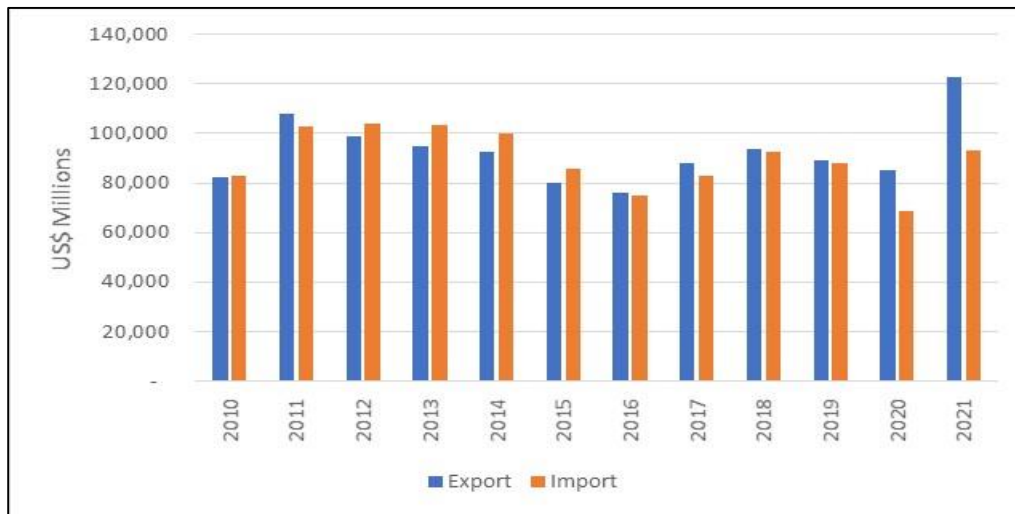
Fonte: Relatório sobre a Competitividade Global 2019, Fórum Econômico Mundial

V. PANORAMA DO COMÉRCIO EXTERIOR DA ÁFRICA DO SUL

1) Tendências recentes: Considerações gerais

Em 2021, as exportações da África do Sul totalizaram US\$122,5 bilhões e as importações, US\$93,3 bilhões, o que se traduz em um superávit comercial de US\$29,3 bilhões. O resultado evidencia uma forte recuperação da crise de 2018-2020 e reflete, em grande medida, preços mais altos das commodities minerais e agrícolas em 2021. Embora o comércio da África do Sul tenha crescido em termos do rande sul-africano, em termos do dólar norte-americano tanto as importações quanto as exportações caíram durante grande parte da última década, após o pico de 2011 a 2014. As importações diminuíram 28% em termos do dólar norte-americano, desde o seu pico de 2012 a 2016, refletindo tanto a queda do valor do rande sul-africano quanto o enfraquecimento da economia. As importações subiram novamente entre 2017 e 2019, à medida que o rande ganhava algum valor, antes do forte impacto da COVID-19 em 2020.

Comércio global da África do Sul de 2010 a 2021



Fonte: Baseado nos dados da COMTRADE

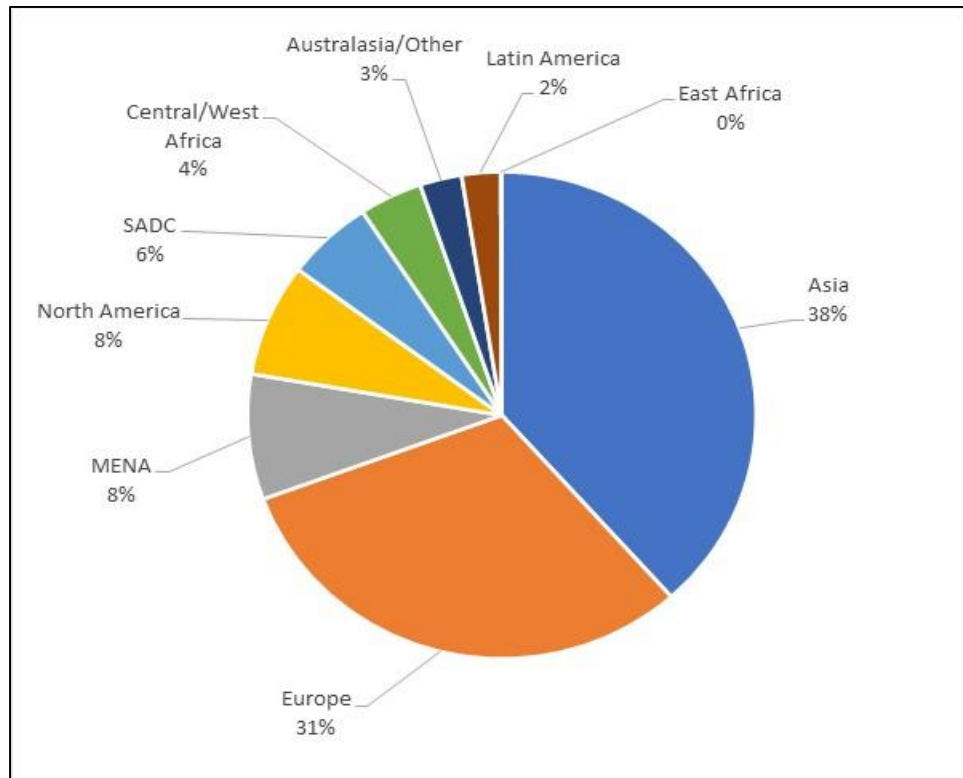
*Dados do SARS de 2021, conversão para dólares norte-americanos

2) Origem e destino do comércio

a) Importações

A principal fonte de importações sul-africanas é a Ásia, origem de 38% do valor total das importações em 2020. Na sequência, a Europa respondeu por 32% do valor das importações. Entre os dez primeiros fornecedores da Ásia, estão a China, a Índia, a Tailândia e o Japão. Na Europa, os principais fornecedores são Alemanha, Itália e Reino Unido. O Brasil é a 15ª maior fonte de importações para a África do Sul e o único país da América Latina entre os 15 principais fornecedores. Entre os países africanos, a Nigéria encontra-se entre os dez principais fornecedores em grande parte devido às exportações de petróleo, e Essutíni, país fronteiriço, está entre os 15 maiores fornecedores por ser um grande exportador de produtos nos setores de alimentos, bebidas e têxteis.

Principais origens das importações da África do Sul em 2020



Fonte: Baseados nos dados da COMTRADE

Os 15 principais fornecedores das importações da África do Sul em 2020

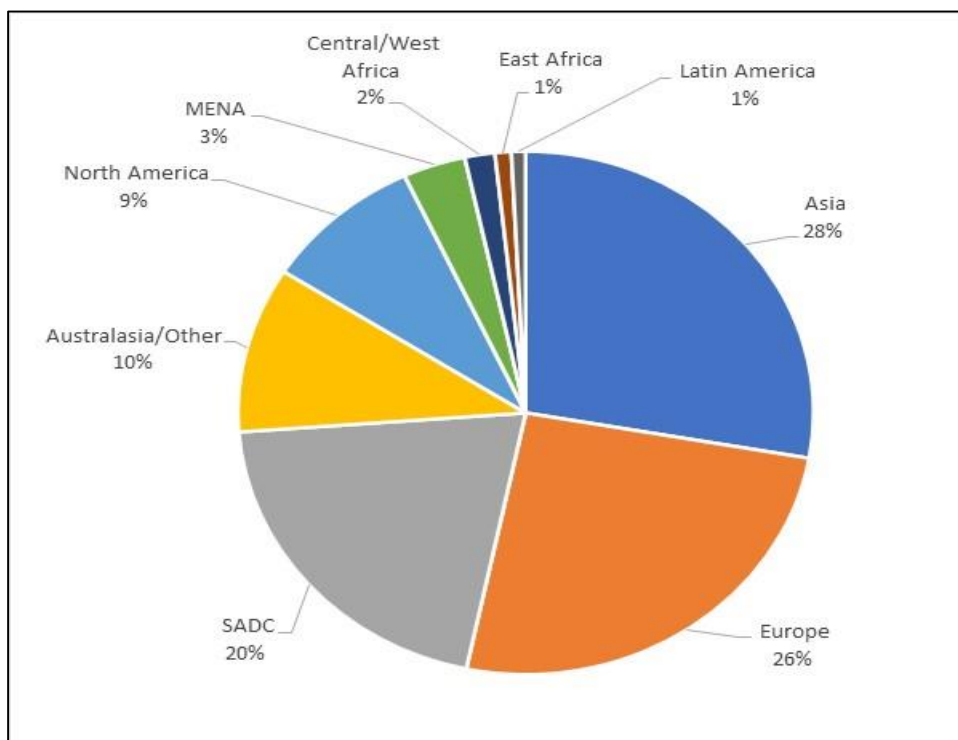
Posição	Origem	Valor das importações (US\$ milhões)	Participação % no total das importações
1	China	14,309	20,76
2	Alemanha	6,294	9,13
3	Estados Unidos da América	4,436	6,43
4	Índia	3,582	5,20
5	Arábia Saudita	2,686	3,90
6	Nigéria	2,160	3,13
7	Tailândia	2,143	3,11
8	Japão	1,916	2,78
9	Itália	1,765	2,56
10	Reino Unido	1,694	2,46
11	França	1,579	2,29
12	Espanha	1,493	2,17
13	Emirados Árabes Unidos	1,202	1,74
14	Essuatíni	1,100	1,60
15	Brasil	1,066	1,55

Fonte: Baseados nos dados da COMTRADE

b) Exportações

O principal destino das exportações da África do Sul em valor é a Ásia, que responde por 28% do total. Uma grande parte das exportações para a Ásia consiste em minerais básicos e metais, em vez de produtos de valor agregado. A Europa é o segundo maior destino, consumindo uma grande quantidade de produtos automotivos, alimentos e bebidas, produtos metalúrgicos e produtos da cadeia de valor da madeira. No geral, a África é o principal destino das exportações sul-africanas de bens de valor agregado, absorvendo 38% do total – a região da SADC responde pela maior parte disso, cerca de 85% no total.

Principais regiões de destino das exportações da África do Sul em 2020



Fonte: Baseados nos dados da COMTRADE

Os 15 principais destinos das exportações da África do Sul em 2020

Posição	Destino	Valor das exportações (US\$ milhões)	Participação % no total das exportações
1	China	9,794	11,49
2	Estados Unidos da América	7,131	8,37
3	Alemanha	6,399	7,51
4	Reino Unido	4,241	4,98
5	Japão	3,793	4,45
6	Holanda	3,309	3,88
7	Botsuana	3,277	3,84
8	Índia	3,227	3,79
9	Moçambique	3,086	3,62
10	Namíbia	2,669	3,13
11	Bélgica	2,402	2,82
12	Zimbábue	2,227	2,61
13	Zâmbia	1,715	2,01
14	Emirados Árabes Unidos	1,534	1,80
15	China, Região Administrativa Especial de Hong Kong	1,523	1,79

Fonte: Baseados nos dados da COMTRADE

3) Composição por produto

As principais importações da África do Sul estão nas categorias de energia (petróleo, gás natural e eletricidade), máquinas, equipamentos elétricos, equipamentos de telecomunicações e veículos. Observa-se que as importações na maioria das categorias diminuíram entre 2016 e 2020. Em parte, isso pode ser atribuído à pandemia da COVID-19 e às interrupções que ela causou ao comércio global em 2020. No entanto, as desvantajosas condições econômicas domésticas já haviam levado a uma contração nos números do comércio em 2019, antes mesmo do início da pandemia.

Os 15 principais bens importados pela África do Sul por capítulo do Sistema Harmonizado (SH) em 2020

Posição	Capítulo do SH	Descrição	Valor das importações (US\$ milhões)		Participação % no valor total das importações em 2020	Crescimento em valor de 2016 a 2020
			2016	2020		
1	SH-27	Combustíveis minerais, óleos minerais e produtos da sua destilação	20,213	19,249	13,96	(4,77)
2	SH-84	Reatores nucleares, caldeiras, máquinas, aparelhos e instrumentos mecânicos, e suas partes	20,616	18,129	13,15	(12,06)
3	SH-85	Máquinas, aparelhos e materiais elétricos, e suas partes	16,243	14,149	10,26	(12,89)
4	SH-99	Commodities não especificadas nem compreendidas em outras posições	12,093	10,247	7,43	(15,27)
5	SH-87	Veículos automóveis, tratores, ciclos e outros veículos terrestres, suas partes e acessórios	11,617	8,776	6,36	(24,45)
6	SH-30	Produtos farmacêuticos	3,796	4,818	3,49	26,94
7	SH-39	Plástico e seus produtos	4,531	4,076	2,96	(10,03)
8	SH-90	Instrumentos e aparelhos de ótica, de fotografia, de cinematografia, de medida, de controle ou de precisão; instrumentos e aparelhos médico-cirúrgicos; suas partes e acessórios	4,060	3,830	2,78	(5,68)
9	SH-38	Produtos diversos das indústrias químicas	2,771	3,347	2,43	20,79
10	SH-29	Produtos químicos orgânicos	2,437	2,556	1,85	4,88
11	SH-28	Produtos químicos inorgânicos; compostos inorgânicos ou orgânicos de metais preciosos, de elementos radioativos, de metais das terras raras ou de isótopos	1,936	2,376	1,72	22,71
12	SH-49	Livros, jornais, gravuras e outros produtos das indústrias gráficas; textos manuscritos ou datilografados, planos e plantas	389	2,258	1,64	479,84
13	SH-10	Cereais	2,769	2,199	1,60	(20,57)
14	SH-71	Pedras preciosas ou semipreciosas e semelhantes, metais preciosos, metais folheados ou chapeados de metais preciosos, e suas obras; bijuterias; moedas	1,590	2,192	1,59	37,87
15	SH-40	Borracha e seus produtos	2,081	1,929	1,40	(7,33)

Fonte: Baseados nos dados da COMTRADE

Os 15 principais bens importados pela África do Sul por código de 6 dígitos do Sistema Harmonizado

Posição	Código de SH	Descrição	Valor das importações (US\$ milhões)		Crescimento em valor de 2016 a 2020 (%)
			2016	2020	
1	SH-999999	Commodities não especificadas nem compreendidas em outras posições	12,093	10,247	(15)
2	SH-270900	Óleos brutos de petróleo ou de minerais betuminosos	13,137	10,177	(23)
3	SH-271012	Óleos de petróleo ou de minerais betuminosos; Óleos leves e preparações	5,084	7,028	38
4	SH-300490	Medicamentos; constituídos por produtos misturados ou não misturados, preparados para fins terapêuticos ou profiláticos, apresentados em doses ou acondicionados para venda a retalho; Outros	2,301	2,962	29
5	SH-851762	Aparelhos para recepção, conversão, transmissão ou regeneração de voz, imagens ou outros dados, incluindo os aparelhos de comutação e roteamento	2,944	2,419	(18)
6	SH-851712	Outros telefones para redes celulares ou para outras redes sem fio	2,193	1,863	(15)
7	SH-847130	Máquinas automáticas para processamento de dados, portáteis, de peso não superior a 10 kg, que contenham pelo menos uma unidade central de processamento, um teclado e uma tela (ecrã)	1,343	1,559	16
8	SH-870322	Veículos; de cilindrada superior a 1000 cm ³ , mas não superior a 1500 cm ³	1,684	1,107	(34)
9	SH-870323	Veículos; de cilindrada superior a 1500 cm ³ , mas não superior a 3000 cm ³	1,707	1,074	(37)
10	SH-100630	Cereais; arroz semibranqueado ou branqueado, mesmo polido ou brunido (glaciado)	817	1,057	29
11	SH-630790	Têxteis; outros artigos confeccionados, incluindo os moldes para vestuário; Outros	68	1,044	1,437
12	SH-100199	Cereais; trigo e mistura de trigo com centeio; Outros	609	989	62
13	SH-710813	Metais; ouro, em outras formas semimanufaturadas	2	889	50,637
14	SH-281820	Óxido de alumínio; exceto o corindo artificial	699	830	19
15	SH-330210	Misturas de substâncias odoríferas e misturas; do tipo utilizado para as indústrias alimentares ou de bebidas	747	772	3

Fonte: Baseados nos dados da COMTRADE

4) O papel regional da África do Sul

A África do Sul é o principal exportador de mercadorias para a região da África Austral e um participante de destaque em muitos dos principais mercados no resto da África Subsaariana. A África do Sul responde por 6,6% das exportações globais para a África Subsaariana (todos os países, exceto os cinco mercados do norte da África), com exportações totais de US\$ 135 bilhões para a região entre 2015 e 2020. O Brasil, por sua vez, respondeu por 0,8% do total, se excluídas as exportações para a África do Sul. Como mostra a tabela, os fornecedores sul-africanos, incluindo suas re-exportações, têm uma posição dominante na zona econômica de influência da África do Sul na África Austral.

Nove dos dez principais destinos de exportação da África do Sul na África são países da região da SADC. O único país entre os dez primeiros em que o papel do Brasil é comparável ao da África do Sul é Angola, onde as empresas brasileiras têm forte presença comercial, de projetos e de investimentos em comparação com outros países da região.

A África do Sul poderia, assim, ser usada como uma plataforma para bens e serviços brasileiros não apenas para esse país, mas também para uma série de países da África Austral e Oriental, onde as empresas brasileiras atualmente não apresentam proeminência. Isso posto, os exportadores sul-africanos não desenvolveram tração significativa na África Ocidental e na África Central, onde uma abordagem mais direta pode ser preferível para as empresas brasileiras.

A posição da África do Sul como porta de entrada para a África

Posição: Exportações da África do Sul	Região	Exportações para a África entre 2015 e 2020 (US\$, milhões)	Exportações globais	Exportações da África do Sul	Participação da África do Sul (%)	Exportações do Brasil (excluindo a África do Sul)	Participação do Brasil (%)	
		Total Geral	2,060,105	134,963	6,6	16,850	0,8	
1	Sul	Botswana	36,828	22,980	62,4	14	0,0	
2	Sul	Namíbia	33,749	21,076	62,4	64	0,2	
3	Sul	Moçambique	58,747	17,349	29,5	244	0,4	
4	Sul	Zâmbia	33,066	12,887	39,0	39	0,1	
5	Sul	Zimbábue	21,945	12,624	57,5	33	0,1	
6	Sul	eSwatini	9,410	7,573	80,5	3	0,0	
7	Sul	Lesoto	8,639	7,322	84,8	2	0,0	
8	Sul	República Democrática do Congo	38,870	5,810	14,9	291	0,7	
9	Oriental	Quênia	108,106	3,922	3,6	468	0,4	
10	Sul	Angola	68,737	3,118	4,5	3,108	4,5	
11	Ocidental	Nigéria	237,378	2,824	1,2	4,004	1,7	
12	Sul	Tanzânia	72,460	2,674	3,7	122	0,2	
13	Sul	Malawi	8,665	2,408	27,8	7	0,1	
14	Sul	Maurício	26,141	2,231	8,5	217	0,8	
15	Ocidental	Gana	92,148	2,094	2,3	1,090	1,2	
16	Sul	Madagascar	18,336	997	5,4	199	1,1	
17	Oriental	Uganda	22,899	800	3,5	37	0,2	
18	Ocidental	Senegal	57,886	692	1,2	769	1,3	
19	Ocidental	Costa do Marfim	57,810	615	1,1	357	0,6	
20	Ocidental	Mali	22,696	443	1,9	95	0,4	
		Outros países do Sul	5,341	368	7	46	1	
		Outros países do Oriente		176,837	1,443	11	902	6
		Outros países do Ocidente		238,906	1,807	14	3,818	26
		Outros países da região Central		85,803	910	5	921	6

Fonte: Africa House, baseados nos dados da COMTRADE

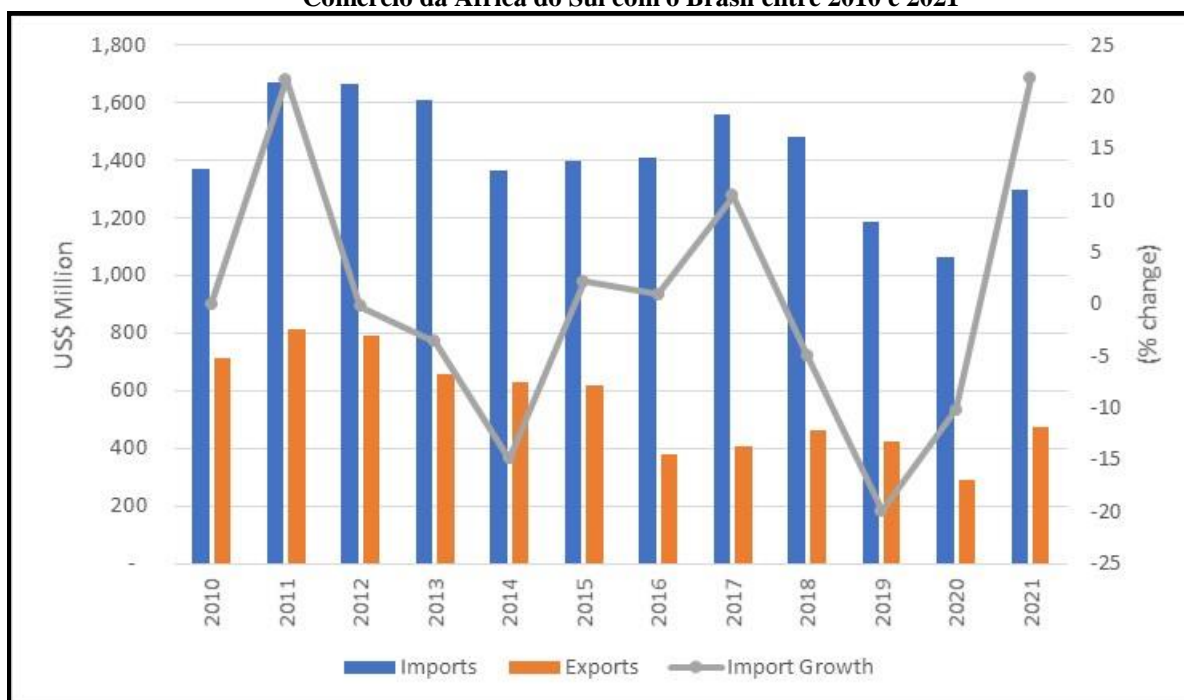
VI. RELAÇÕES ECONÔMICAS BRASIL – ÁFRICA DO SUL

1) Comércio bilateral

a) Tendências recentes

O comércio bilateral entre Brasil e África do Sul é consideravelmente mais dinâmico do lado das importações sul-africanas provenientes do Brasil. Durante grande parte da década de 2010, as importações do Brasil oscilaram entre US\$ 1,4 bilhão e US\$ 1,6 bilhão por ano, embora tenham caído acentuadamente de US\$ 1,56 bilhão em 2017 para pouco mais de US\$ 1 bilhão em 2020, uma queda de 31%. As exportações brasileiras recuperaram-se em 2021, quando as restrições sanitárias no contexto da COVID-19 começaram a ser atenuadas, atingindo US\$ 1,3 bilhão, o nível mais alto desde 2018. As exportações da África do Sul para o Brasil também diminuíram, mas a partir de uma base muito menor. As exportações sul-africanas para o Brasil atingiram o ápice de cerca de US\$ 800 milhões no início da década, antes de cair drasticamente para apenas US\$ 293 milhões em 2020. No entanto, elas também se recuperaram desde então, atingindo US\$ 473 milhões em 2021, o nível mais alto desde 2015.

Comércio da África do Sul com o Brasil entre 2010 e 2021



Fonte: Baseados nos dados da COMTRADE

*Dados do SARS de 2021, conversão para dólares norte-americanos

b) Detalhamento do comércio bilateral

As exportações do Brasil para a África do Sul são diversificadas e abrangem várias categorias de produtos. O código do produto na primeira posição é o SH-999: Commodities não especificadas nem compreendidas em outras posições. No sistema tarifário sul-africano, isso geralmente denota insumos para a indústria automotiva importados no âmbito do Programa de Desenvolvimento da Indústria Automobilística (MIDP, sigla em inglês). Produtos do petróleo, alimentos e bebidas, produtos de madeira e papel respondem por parte considerável do restante da pauta de importações do Brasil, que também inclui quantidades menores de produtos médicos e máquinas. Os 30 principais produtos importados representaram 69,3% do valor total das importações em 2020.

Os 30 principais produtos importados do Brasil pela África do Sul em 2020

Posição	Código de SH	Descrição	Valor das importações (US\$ milhões)		Participação % no valor total das importações em 2020	Crescimento em valor de importação 2016 a 2020 (%)
			2016	2020		
1	SH-999999	Commodities não especificadas nem compreendidas noutras posições	267.1	118.2	11.1	(55.76)
2	SH-270900	Óleos brutos de petróleo ou de minerais betuminosos	-	80.8	7.6	
3	SH-020712	Carnes e miudezas, comestíveis; de aves da espécie <i>Gallus domesticus</i> , não cortadas em pedaços, congeladas	47.4	79.5	7.5	67.67
4	SH-020714	Carnes e miudezas, comestíveis; de aves da espécie <i>Gallus domesticus</i> , pedaços e miudezas, congeladas	39.1	49.1	4.6	25.72
5	SH-720260	Ferro fundido; ferroníquel	-	31.1	2.9	
6	SH-790111	Zinco; em formas brutas, não ligado, que contenha, em peso, 99.99% ou mais de zinco	45.4	30.3	2.8	(33.23)
7	SH-090111	Café; não torrado ou não descafeinado	6.2	28.4	2.7	360.40
8	SH-481159	Papel e cartão; revestidos, impregnados ou recobertos de plástico (exceto de adesivos); outros	6.3	27.1	2.5	332.24
9	SH-790112	Zinco; em formas brutas, não ligado, que contenha, em peso, menos de 99.99% de zinco	21.8	25.5	2.4	17.02
10	SH-100630	Cereais; arroz, semibranqueado ou branqueado, mesmo polido ou brunido (glaciado)	0.8	25.3	2.4	2,914.50
11	SH-470329	Pastas de madeira; pastas químicas de madeira, à soda ou ao sulfato, exceto pastas para dissolução, de não coníferas	9.6	23.7	2.2	147.55
12	SH-271312	Coque de petróleo; calcinado, obtido de minerais betuminosos	26.9	23.3	2.2	(13.39)
13	SH-120190	Soja, mesmo triturada; outras	-	17.5	1.6	
14	SH-842951	Carregadores e pás carregadoras, de carregamento frontal	7.5	16.2	1.5	115.96
15	SH-300431	Medicamentos; que contenham insulina (mas que não contenham antibióticos), para usos terapêuticos, profiláticos ou de diagnóstico, apresentados em doses ou acondicionados para venda a retalho	15.6	14.5	1.4	(7.43)
16	SH-170199	Açúcares de cana ou de beterraba e sacarose quimicamente pura, no estado sólido, não adicionados de aromatizantes ou de corantes	53.2	13.5	1.3	(74.62)
17	SH-120242	Amendoins; não torrados nem de outro modo cozidos, descascados, mesmo triturados	6.0	11.7	1.1	96.06
18	SH-481092	Papel e cartão; de camadas múltiplas, revestidos de caulim (caulino) ou de outras substâncias inorgânicas, para fins não gráficos, em rolos ou em folhas	7.3	11.6	1.1	59.59
19	SH-050400	Produtos de origem animal; tripas, bexigas e estômagos, de animais, exceto de peixes, frescos, refrigerados, congelados, salgados ou em salmoura, secos ou defumados	4.4	11.3	1.1	154.52
20	SH-850440	Conversores elétricos estáticos	9.6	11.2	1.1	17.24
21	SH-850152	Motores e geradores elétricos; de corrente alternada, de potência superior a 750 W, mas não superior a 75 kW	12.8	10.6	1.0	(17.74)
22	SH-401180	Borracha; pneumáticos novos, de borracha; do tipo utilizado em veículos e máquinas para construção civil, de mineração e de manutenção industrial	-	9.9	0.9	
23	SH-480411	Papel e cartão, <i>Kraft</i> , não revestidos, para cobertura, denominados <i>kraftliner</i> , em rolos ou em folhas, exceto os das posições 48.02 e 48.03	2.0	9.0	0.8	341.43
24	SH-481029	Papel e cartão; revestidos de caulim (caulino) ou de outras substâncias inorgânicas, em que mais de 10%, em peso, do conteúdo total das fibras seja constituído por fibras; outros	-	9.0	0.8	

Posição	Código de SH	Descrição	Valor das importações (US\$ milhões)		Participação % no valor total das importações em 2020	Crescimento em valor de importação 2016 a 2020 (%)
			2016	2020		
25	SH-020727	Carnes e miudezas; de peruas e de perus; pedaços e miudezas, congelados	15.7	8.9	0.8	(43.19)
26	SH-720421	Desperdícios e resíduos, e sucata, de aço inoxidável	-	8.5	0.8	
27	SH-240120	Tabaco; total ou parcialmente destalado	37.6	8.3	0.8	(77.86)
28	SH-020329	Carnes; de animais da espécie suína, congeladas, não mencionadas no item 0203.2	3.7	8.2	0.8	120.29
29	SH-300490	Medicamentos; constituídos por produtos misturados ou não misturados, preparados para fins terapêuticos ou profiláticos, apresentados em doses ou acondicionados para venda a retalho	12.0	8.0	0.7	(33.72)
30	SH-870899	Partes e acessórios dos veículos automóveis; não mencionados na posição 87.08	5.3	7.7	0.7	45.55

Fonte: Baseados nos dados da COMTRADE

As exportações da África do Sul para o Brasil são menos diversificadas, com alta prevalência de minérios metálicos e produtos químicos. O principal produto exportado para o Brasil em 2020 foram os herbicidas, seguidos do alumínio básico e do antracito. Os 30 principais produtos de exportação representaram 76,1% do valor total das exportações em 2020.

Os 30 principais produtos exportados pela África do Sul para o Brasil em 2020

Posição	Código de SH	Descrição	Valor das exportações (US\$ milhões)		Participação % no valor total das exportações em 2020	Crescimento em valor de exportação 2016 a 2020 (%)
			2016	2020		
1	SH-380893	Herbicidas, inibidores de germinação e reguladores de crescimento para plantas	42.8	51.9	17.7	21.17
2	SH-760110	Alumínio em formas brutas (não ligado)	4.5	41.0	14.0	802.21
3	SH-270111	Hulhas, mesmo emp ó, mas não aglomeradas: Antracita	24.6	22.0	7.5	(10.64)
4	SH-760200	Desperdícios e resíduos, e sucata, de alumínio	8.6	13.7	4.7	58.74
5	SH-261800	Escória de altos-fornos granulada (areia de escória) proveniente da fabricação de ferro fundido, ferro ou aço	3.6	10.6	3.6	193.45
6	SH-290129	Hidrocarbonetos acíclicos; não saturados - Outros	14.4	9.1	3.1	(36.98)
7	SH-721934	Produtos laminados planos de aço inoxidável; de espessura igual ou superior a 0,5 mm, mas não superior a 1 mm	4.1	7.3	2.5	79.91
8	SH-721933	Produtos laminados planos de aço inoxidável; de espessura superior a 1 mm, mas inferior a 3 mm	8.4	7.1	2.4	(15.70)
9	SH-750210	Níquel não ligado	-	5.7	2.0	
10	SH-271220	Parafina que contenha, em peso, menos de 0,75 % de óleo	4.8	4.9	1.7	3.82
11	SH-842139	Aparelhos para filtrar ou depurar gases: Outros	0.8	4.2	1.4	404.58
12	SH-28444	Elementos, isótopos e compostos, radioativos, exceto os das subposições 2844.10, 2844.20 ou 2844.30; ligas, dispersões (incluindo os cermetes), produtos cerâmicos e misturas que contenham estes elementos, isótopos ou compostos; resíduos radioativos	4.5	3.9	1.3	(12.19)
13	SH-760612	Chapas e tiras, de alumínio, de espessura superior a 0,2 mm; de forma quadrada ou retangular: de ligas de alumínio	16.0	3.1	1.1	(80.33)
14	SH-760820	Tubos de alumínio: de ligas de alumínio	1.2	2.8	0.9	128.29
15	SH-320290	Produtos tanantes orgânicos sintéticos; produtos tanantes inorgânicos; preparações tanantes, mesmo que contenham	0.8	2.8	0.9	239.89

Posição	Código de SH	Descrição	Valor das exportações (US\$ milhões)		Participação % no valor total das exportações em 2020	Crescimento em valor de exportação 2016 a 2020 (%)
			2016	2020		
		produtos tanantes naturais; preparações enzimáticas para a pré-curtimenta - Outros				
16	SH-721913	Produtos laminados planos de aço inoxidável, simplesmente laminados a quente, em rolos: de espessura igual ou superior a 3 mm, mas inferior a 4,75 mm	1.7	2.7	0.9	56.87
17	SH-721912	Produtos laminados planos de aço inoxidável, simplesmente laminados a quente, em rolos: de espessura igual ou superior a 4,75 mm, mas não superior a 10 mm	2.1	2.6	0.9	25.18
18	SH-300490	Medicamentos (exceto os produtos das posições 30.02, 30.05 ou 30.06) constituídos por produtos misturados ou não misturados, preparados para fins terapêuticos ou profiláticos, apresentados em doses (incluindo os destinados a serem administrados por via percutânea) ou acondicionados para venda a retalho - Outros	1.9	2.5	0.9	34.14
19	SH-270112	Hulha betuminosa	16.6	2.5	0.9	(84.95)
20	SH-721935	Produtos laminados planos de aço inoxidável, simplesmente laminados a frio: de espessura inferior a 0,5 mm	2.2	2.4	0.8	13.29
21	SH-291612	Ácidos monocarboxílicos acíclicos não saturados, seus anidridos, halogenetos, peróxidos e peroxiácidos e seus derivados: ésteres do ácido acrílico	1.3	2.4	0.8	80.70
22	SH-220421	Outros vinhos; mostos de uvas cuja fermentação tenha sido impedida ou interrompida por adição de álcool: em recipientes de capacidade não superior a 2 l	1.9	2.2	0.8	19.22
23	SH-261000	Minérios de cromo e seus concentrados	3.4	2.2	0.7	(36.90)
24	SH-720230	Ferrossiliciomanganês	1.0	2.0	0.7	93.39
25	SH-261510	Minérios de zircônio e seus concentrados	0.2	2.0	0.7	952.66
26	SH-721921	Produtos laminados planos de aço inoxidável, simplesmente laminados a quente, não enrolados: de espessura superior a 10 mm	1.3	1.9	0.7	49.24
27	SH-854370	Outras máquinas e aparelhos elétricos	2.7	1.9	0.7	(29.44)
28	SH-842199	Partes para filtrar ou depurar líquidos ou gases - Outras	1.0	1.8	0.6	83.03
29	SH-720292	Ferrovânádio	2.8	1.8	0.6	(37.28)
30	SH-291411	Acetona	3.1	1.7	0.6	(46.38)

Fonte: Baseados nos dados da COMTRADE

2) Desenvolvimento industrial e mecanismos de apoio

A África do Sul tem experimentado um grave declínio no setor manufatureiro e em seus níveis de emprego. Isso pode ser atribuído à importação de produtos de alto valor agregado. Como forma de enfrentar esse declínio, o governo, em consonância com o Plano de Desenvolvimento Nacional (NDP), com a Estratégia Industrial Reimaginada e com o Plano de Reconstrução e Recuperação Econômica, instituiu limiares mínimos de Conteúdo Local com referência a setores específicos.

Compras públicas foram identificadas como área fundamental para a ação de políticas públicas. Uma abordagem estratégica importante na política industrial da África do Sul é o uso da alavancagem do governo como um “grande comprador” para influenciar quanto é fabricado localmente.

Nesse contexto, várias políticas públicas foram introduzidas com o objetivo de tentar manter e desenvolver a base industrial da África do Sul, tanto para vendas domésticas quanto para o mercado de exportação. As principais intervenções na economia nesse campo incluem as seguintes políticas, muitas vezes interligadas:

- Empoderamento Econômico Negro de Base Ampla (B-BBEE) em Licitações e Transformação
- Plano de Ação de Política Industrial
- Planos Diretores Setoriais

a) Empoderamento Econômico Negro de Base Ampla (B-BBEE) em Licitações e Transformação

A África do Sul continua sendo uma sociedade profundamente desigual, apesar da transição do apartheid para a democracia em 1994. Nesse contexto, o governo introduziu ao longo dos anos uma série de medidas para utilizar as compras governamentais e, mais recentemente, também aquelas realizadas pelo setor privado para fornecer oportunidades para indivíduos historicamente desfavorecidos e suas empresas. Essa iniciativa avançou em parte por meio dos Regulamentos de Compras Preferenciais, formulado pela primeira vez em 2003 e alterado mais recentemente em 2017.

A Seção 217 da Constituição estabelece que um órgão do Estado, ao contratar bens ou serviços, deve fazê-lo de acordo com um sistema que seja justo, equitativo, transparente, competitivo e econômico. Além disso, estipula a necessidade de implementação de uma Política de Compras que preveja categorias de preferência na atribuição de contratos; e a proteção ou promoção de pessoas ou grupos de pessoas desfavorecidas por discriminação injusta. A Lei-Quadro da Política de Compras Preferenciais (PPPFA, sigla em inglês) foi promulgada sob esses princípios.

A PPPFA estipula que o governo, ao avaliar contratos, deve levar em conta a) um sistema de pontos de preferência que prescreve metas de funcionalidade, b) preço e c) os objetivos do programa de desenvolvimento de reconstrução (RDP, sigla em inglês). O governo publicou no diário oficial esses regulamentos e os alterou em várias ocasiões, em um esforço para promover maior transformação e transparência e para atender às necessidades do dia. A África do Sul opera atualmente sob os Regulamentos de Compras Preferenciais de 2017.¹²

b) Normas de 2017 para compras preferenciais

O sistema de aquisição preferencial inclui os seguintes princípios: sob o princípio de 80/20, 20 pontos são atribuídos a um licitante com referência ao nível da sua categoria de B-BBEE; sob o princípio 90/10, 10 pontos são alocados com referência ao nível da categoria B-BBEE do licitante. As principais alterações de versões anteriores do sistema incluem:

- Sistema de pontuação preferencial 80/20 a partir de ZAR 30 000 (US\$2,000) até ZAR 50 milhões (US\$3.3 milhões);
- Sistema de pontuação preferencial 90/10 acima de ZAR 50 milhões (US\$3.3 milhões)
- Existem outros critérios de qualificação e isenções que podem ser aplicadas, e que estão disponíveis [aqui](#).

Embora a Lei não atribua um ônus legal ao setor privado para cumprir suas disposições, as empresas privadas na prática são pressionadas a adotar metas de transformação que incluam as compras preferenciais como parte de suas estratégias gerais de transformação. Os exportadores do Brasil cujos bens e serviços visam ao fornecimento de contratos com órgãos estatais ou, cada vez mais, com grandes corporações sul-africanas, devem garantir que seus parceiros sul-africanos tenham o status B-BBEE em situação regular. É simples para as empresas locais fornecer essa comprovação mediante solicitação. Além disso, a maioria delas indica o seu status em seu website.

c) Plano de Ação de Política Industrial

A Norma de Compras Preferenciais também estipula como abordar os objetivos do Plano de Ação de Política Industrial, especialmente aqueles que visam a promover a compra de bens e serviços de produção nacional. A Norma estabelece que o Ministério de Comércio, Indústria e Competitividade (DTIC) pode designar indústrias específicas de relevância crítica e/ou estratégica para licitações nas quais seja indicado que apenas produtos fabricados localmente com um limite mínimo prescrito de conteúdo local serão considerados.

¹² <http://www.thedtic.gov.za/financial-and-non-financial-support/b-bbee/b-bbee-procurement-transformation-verification/>

Caso ainda não tenha designado uma indústria, o DTIC pode, como condição específica do processo licitatório, prescrever o conteúdo local mínimo de um produto com base em pesquisa minuciosa que inclua metodologias de fornecimento estratégico, análise contínua da indústria e capacidade de fabricação local. Nesses casos, um processo de licitação em duas etapas pode ser seguido. A lista atual de produtos designados é a seguinte:

Produtos atuais designados para conteúdo local

Produtos	Limite de conteúdo local (% do Total)
Manuseio de material a granel	85
Carrocerias de ônibus	80
Legumes enlatados/processados	80
Cimento	100
Certos produtos farmacêuticos	Por Proposta
Cabos elétricos e de telecomunicação	90
Carros/caminhões de bombeiros	30
Produtos moveleiros	85
Baterias industriais de chumbo ácido	50
Aparelhos de conexão de média tensão	50
Tubos de plástico	100
Bombas e motores de média voltagem	70
Trilhos da ferrovia (Perway)	90
Material circulante ferroviário	65
Sistema e componentes de sinalização ferroviário	65
Eletricidade residencial e hidrômetro (medidor de água)	70
Decodificador	30
Componentes do sistema solar fotovoltaico	70
Componentes do aquecedor solar de água	70
Torres de energia de aço e estruturas de subestações	100
Produtos de aço e componentes para construção	100
Setor têxtil, roupa, couro e calçado	100
Transformadores e reatores Shunt (de derivação)	90
Rádios bidirecional	60
Produtos e atuadores de válvulas	70
Lixeiras com rodas	100
Embarcações (barcos)	60

Fonte: http://www.thedtic.gov.za/wp-content/uploads/the-dti-Local_Content.pdf

O objetivo das estipulações de conteúdo local é duplo: em primeiro lugar, oferecer proteção aos fabricantes locais que enfrentam níveis crescentes de concorrência internacional e, assim, preservar a capacidade de fabricação doméstica da África do Sul; em segundo lugar, incentivar as empresas estrangeiras que identificaram a importância estratégica da África do Sul no contexto africano a investigar as oportunidades de fabricação local de seus produtos para o mercado sul-africano e regional.

De uma perspectiva estratégica, recomenda-se que as empresas brasileiras avaliem a legislação sobre B-BBEE, conteúdo local e compras preferenciais, bem como a posição da África do Sul dentro dos acordos de comércio preferencial regional de que faz parte, nomeadamente o SACU, SADC e a Zona de Livre Comércio Continental

Africano (AfCFTA), para avaliar a viabilidade de usar esses regulamentos como uma alavanca para o investimento no país.

d) Planos Diretores Setoriais

O governo reestruturou sua estratégia industrial com vistas a adaptar-se às mudanças nos cenários doméstico e global. Foi lançada a Estratégia Industrial Reimaginada como peça central da visão do governo. A Estratégia apresenta uma abordagem multifacetada para o desenvolvimento industrial, com ênfase na construção de parcerias com o setor privado que desencadeiem investimentos que sejam geradores de empregos. No quadro do Plano Estratégico de Médio Prazo e conforme orientado pela Estratégia, planos diretores setoriais estão sendo desenvolvidos em setores nacionais prioritários. Simultaneamente, uma maior ênfase e esforços estão sendo dados para impulsionar a implementação de planos diretores onde consultas e acordos adequados podem ser alcançados.¹³

Existem atualmente 14 planos diretores setoriais em vários estágios de desenvolvimento ou implementação, mas outros podem ser considerados no futuro, dependendo das condições dos diferentes setores.¹⁴ Os planos destacados abaixo estão completos e em operação no momento. No entanto, há mais quatro – Turismo, Digital, Aeroespacial e Defesa e Energias Renováveis – que ainda estão em finalização. Além disso, os planos diretores para Agricultura e Agroprocessamento, Produtos Plásticos, Produtos Químicos e Indústrias Criativas tiveram progressos razoáveis, mas ainda estão atrasados. Mineração e Beneficiamento, Oceanos, Gás e Cannabis enfrentam atrasos significativos no seu desenvolvimento.

Os Planos Diretores Setoriais operam em conexão com outras medidas de apoio industrial, incluindo intervenções específicas em diferentes níveis, como intervenções tarifárias, medidas antidumping, medidas compensatórias e acordos comerciais preferenciais, introdução de licenças de importação e abatimentos tarifários, em que os níveis tarifários de certas importações podem ser reduzidos quando as partes estão realizando exportações. Isso tem sido usado em várias versões dos programas de apoio ao setor automotivo ao longo dos anos.

Os Planos Diretores têm sido alvo de muitas críticas. Os críticos acreditam que tentar agregar valor por toda a cadeia produtiva na África do Sul não é economicamente viável nem sustentável a longo prazo sem a introdução de medidas de salvaguarda, como tarifas, cotas, designação de conteúdo local ou outras restrições — em última análise, em detrimento dos consumidores e, em alguns casos, também de indústrias que dependem da importação de insumos que não são produzidos de forma competitiva na África do Sul. Diversões ações foram ajuizadas nos últimos anos com vistas a derrubar o que é visto por alguns como políticas restritivas e injustas.

Até o momento, os seguintes setores possuem Planos Diretores (*Masterplans*):

- Plano Diretor para o [Setor de Silvicultura Comercial](#) na África do Sul 2020-2025:

A meta de investimento é de ZAR 24,9 bilhões (US\$ 1,66 bilhão), dos quais ZAR 8,4 bilhões (US\$ 0,56 bilhão) já foram investidos. Outros ZAR 14 bilhões (US\$ 0,93 bilhão) poderão ser investidos a depender da superação de alguns empecilhos ao crescimento do setor, o que pode totalizar o investimento em ZAR 38,9 bilhões (US\$ 2,59 bilhões). A maior parte desse investimento virá de empresas de grande porte envolvidas nos subsetores de celulose e papel, serraria e fabricação de papelão, com ZAR 1,6 bilhão (US\$ 107 milhões) de novos reflorestamentos. Espera-se que o plano diretor crie cerca de 100.000 novos empregos e apoie o crescimento das exportações.

- Plano Diretor do [Setor de Carne de Aves](#) na África do Sul:

O setor de carne de aves na África do Sul compreende produtores comerciais grandes e integrados e pequenos produtores independentes, todos competindo por espaço no mercado com produtos importados. Os desafios incluem

¹³ <http://www.thedtic.gov.za/industrial-competitiveness-and-growth/>

¹⁴ <https://www.agbiz.co.za/document/open/nedlac-tic-master-plan-presentation-by-dtic>

custo da ração animal, escala de produção, segmentação da produção e incapacidade de exportação, resultando na estagnação da produção local, ao passo que as importações quase dobraram. Os objetivos do plano diretor incluem:

- Aumentar o consumo de carne de aves na África do Sul.
 - Garantir que os produtos produzidos localmente representem uma proporção cada vez maior do consumo ao longo do tempo.
 - Exportação de produtos cozidos e crus para a SADC e outros países da Zona de Livre Comércio Continental Africano (AfCFTA), União Europeia e Oriente Médio, de 3% a 5% da produção exportada até 2023 e 7% a 10% até 2028.
 - Expandir a indústria aumentando a sua capacidade em todas as fases da cadeia produtiva — produção de ração, criação de aves (para abate) e processamento de produtos avícolas — aumentando assim o investimento fixo, empregabilidade no setor e valor da produção.
- Plano Diretor do [Setor Varejista de Roupas, Têxtil, Sapatos e Couro](#) da África do Sul para 2030

O setor de roupas, têxteis, calçados e couro (R-CTFL, sigla em inglês) sofreu gravemente nos últimos anos devido à baixa produção e competitividade doméstica, ao aumento das importações de produtores com baixo custo, ao comércio ilícito e a condições de crédito restritas no mercado local. Nesse contexto, o Plano Diretor visa a apoiar o setor de manufatura local e a cadeia produtiva por meio de um conjunto de ferramentas, como o aumento de financiamento da Agência de Desenvolvimento Industrial (IDC, sigla em inglês); o apoio comercial por meio de ajustes tarifários, descontos, controle de importação e recursos comerciais; o combate às importações ilícitas para a África do Sul; a aquisição local de produtos por meio da designação da indústria para fins de compras públicas; políticas de competição; e o desenvolvimento de um “cluster”.

- Plano Diretor do [Setor Automotivo](#) da África do Sul para 2035

A indústria automotiva é o setor manufatureiro mais importante da África do Sul. Aproximadamente um terço do valor agregado pelo setor manufatureiro doméstico é derivado direta ou indiretamente da montagem de veículos e da atividade de fabricação de componentes automotivos. A importância da indústria para a economia sul-africana é reconhecida no Plano de Ação de Política Industrial (IPAP) do governo nacional, que sublinha a sua importância como um setor crítico com vínculos em várias indústrias e serviços que contribuem para muitos fundamentos do desenvolvimento econômico. É um setor globalmente integrado e um contribuinte significativo para as exportações e importações, bem como para a criação de empregos na África do Sul. No entanto, em termos globais, continua sendo um ator pequeno. Os objetivos gerais do plano diretor são:

- Aumentar a produção local para 1% do total global e alcançar patamares globais de competitividade;
 - Aumentar o conteúdo local para 60% do total e, dessa maneira, fomentar as cadeias produtivas locais;
 - Duplicar os empregos no setor;
 - Apoiar a transformação no setor.
- Plano Diretor do [Setor Produtivo Açucareiro](#) para 2030

A indústria açucareira da África do Sul foi a base da cadeia agroindustrial mais ampla por décadas, apoiando tanto a criação direta de empregos agrícolas quanto a criação de vagas nos setores de moagem e nas indústrias de produtos derivados. No entanto, nos últimos anos, o aumento do custo dos insumos domésticos, baixos preços nos mercados globais e o aumento da competição, isenta de impostos, de concorrentes sub-regionais levou toda a indústria a um risco de colapso. Isso foi exacerbado com a introdução da Tarifa de Promoção da Saúde ou "Imposto sobre o Açúcar" para bebidas contendo açúcar, o que causou perdas diretas de 250.000 toneladas nas vendas no primeiro ano. Para reverter esse declínio, o setor propôs várias intervenções, incluindo:

- Retomar os ganhos de participação no mercado doméstico de açúcar e ampliar os mercados doméstico, regional e internacional para produtos diversificados de cana-de-açúcar
- Diversificar a cadeia produtiva

- Aprimorar a competitividade da cadeia produtiva
- Transformação e diversificação inclusiva e crescimento por vias que promovam substancialmente os padrões de propriedade e participação de agricultores negros, industrialistas e trabalhadores.

Em termos práticos, isso exigiria que grandes usuários industriais e varejistas se comprometessem a cumprir os acordos mínimos de excesso com produtores locais para garantir a sustentabilidade do setor. Isso poderia exigir, por exemplo, que 80% de açúcar comprado fosse produzido localmente, subindo para 95% em um período de três anos, para reverter o declínio nas vendas locais. Também poderia incluir a possível designação de produtos derivados do açúcar e açúcar para compras por entidades governamentais e a implementação de mecanismos tarifários para apoiar a indústria local.

- Plano Diretor do [Setor Metalúrgico \(Fabricação de Aço e Metal\)](#)

Produtos e aplicações usadas em mineração, construção, infraestrutura, automotivo e equipamentos de embalagem e capital são impulsionadores-chaves da competitividade e inovação. A cadeia de valor desse setor é um pilar da economia sul-africana e é importante para os objetivos de industrialização do país e para o desenvolvimento regional. Em 2021, a indústria básica de ferro e aço operava em 64,6% de sua capacidade disponível e em 84% de sua capacidade ativa. Existem oportunidades para empregar a capacidade marginal adicional competitivamente. A indústria enfrenta desafios similares aos enfrentados por outras indústrias sul-africanas, ou seja, interrupções no fornecimento de energia, infraestrutura decadente, custos que crescem rapidamente, concorrência internacional e um mercado local deprimido. O plano diretor identificou 73 medidas para reverter o declínio da indústria e recuperar a participação de mercado doméstico, regional e internacional, entre elas:

- Lado da oferta:** redução de custos de entrada na cadeia de valor; preços administrados (eletricidade, ferroviário, tarifas portuárias); matéria-prima, trabalho e produtividade; preços de aço através da cadeia de valor; excesso de capacidade; melhora do equilíbrio entre oferta e demanda de aço; melhora da competitividade; padrões de produtos; P&D - inovação
- Mercado externo:** AFCFTA e regras de origem; novos mercados; ofertas tarifárias da SACU; oportunidades de produção local; uso estratégico de recursos comerciais
- Mobilização de recursos:** programas de incentivo; tornar mais verde o fundo de desenvolvimento da indústria; apoio para investimentos
- Lado da demanda:** programa de infraestrutura e substituição de importação; administração e designação do comércio; compras da SOE; comprar localmente e novas exportações; novas cadeias de valor; digitalização na mineração
- Transformação:** apoiar a transformação da indústria; programas de empoderamento dos trabalhadores; objetivos do BBBEE
- Recursos humanos:** melhorar as relações industriais; otimizar treinamento e habilidades; melhorar o desenvolvimento das populações sul-africanas historicamente desfavorecidas (HDSA, siga em inglês)

O plano teve alguns sucessos na recuperação de siderúrgicas que foram fechadas e também na criação de fornecedores na cadeia de valor, especialmente em programas industriais negros destinados à transformação do setor. Parte do sucesso foi atribuída ao programa de localização, que concedeu contratos importantes aos fabricantes locais, tanto no setor público quanto no setor privado. No entanto, o setor é complexo, e alguns investidores que dependem do aço importado para fabricar seus produtos questionaram que as intervenções — especificamente localização e suporte tarifário para a indústria local — estão tornando-os não competitivos como fabricantes e exportadores. O plano diretor é uma questão controversa na África do Sul no momento.

- [Indústria Moveleira Sul-Africana](#)

A indústria de móveis é um importante setor econômico. É uma indústria trabalhista intensiva, oferecendo oportunidades de emprego em todo o país. A fabricação de móveis baseia-se em materiais locais e habilidades locais e oferece oportunidades para designers sul-africanos. A indústria tem uma longa história na África do Sul e uma base de habilidades significativas. Existem muitas empresas pequenas e médias envolvidas, principalmente no lado da fabricação, e muitas empresas familiares. Também existem grandes e significativas empresas sul-africanas em

produção, fabricação e varejo de matérias-primas, algumas das quais estão presentes de forma mais ampla no sul da África. No entanto, a demanda estagnada, o aumento da concorrência de importação, a fragmentação do mercado e o aumento dos custos de insumos tiveram um impacto negativo na indústria nos últimos anos. O Plano Diretor procura estabilizar a indústria e reverter perdas por meio de cinco pilares de suporte:

- **Pilar 1:** Apoiar a demanda de móveis fabricados localmente e de maior consistência na cadeia de suprimentos. Isso envolveria o compromisso do varejista para comprar preferencialmente produtos locais, bem como a compra estatal (designação) de compras de móveis.
- **Pilar 2:** Fomentar os fabricantes pequenos e médios, convertendo-os em empresas maiores e mais estáveis por meio de uma parceria inovadora entre varejistas, fabricantes e governo. Isso envolveria oferecer apoio financeiro, serviços profissionais e marketing para apoiar fornecedores e designers da África do Sul.
- **Pilar 3:** Intervenções comerciais, que incluiriam abatimentos para certos insumos têxteis para o setor; restrição de importações ilegais; imposição de padrões internacionais aos produtos importados para conter o fluxo de produtos ilegais ou abaixo do padrão no país; e o crescimento junto a mercados externos, especialmente através da AfCFTA.
- **Pilar 4:** Enfrentar a escassez de matérias-primas, especificamente de placas para os fabricantes de móveis, embora se espere que novos investimentos nessa área aliviem a escassez; enfrentar a escassez de aço e aumentos de preços para os produtores de camas; e suprimentos sólidos de madeira que exigirão coordenação com a indústria de madeira.
- **Pilar 5:** Melhorar o fornecimento de mão de obra qualificada para a indústria de móveis, dada a crescente escassez em toda a cadeia de valor, de artesãos a designers CAD e outras habilidades.
- **Pilar 6:** Fortalecer as instituições que apoiam a indústria, incluindo a criação de um ambiente mais favorável a agentes menores do setor.
- **Pilar 7:** Desenvolver um plano de ação para móveis de escritório e escolares.
- **Pilar 8:** Transformar a cadeia de valor.

e) Zonas Econômicas Especiais

O governo sul-africano procura transformar a economia em uma economia industrial globalmente competitiva. Uma das ferramentas para acelerar a agenda de desenvolvimento industrial do país é o programa da Zona Econômica Especial (SEZ), que foi instituído pela Lei SEZ, promulgada em 9 de fevereiro de 2016. As zonas econômicas especiais (SEZs) são áreas geograficamente delimitadas em um país, destinadas a atividades econômicas especificamente direcionadas, apoiadas por acordos e sistemas especiais que geralmente são diferentes daqueles que se aplicam ao resto do país.

As SEZs são uma ferramenta para ajudar a (i) promover a aglomeração industrial, (ii) construir a infraestrutura industrial necessária, (iii) promover o planejamento coordenado entre as principais agências governamentais e o setor privado e (iv) guiar a implantação de outras ferramentas de desenvolvimento necessárias. O Plano de Ação de Política Industrial 2014/15 - 2014/17 - IPAP identifica as SEZs como os principais contribuintes para o desenvolvimento econômico. Eles são retratados como mecanismos de crescimento para os objetivos estratégicos do governo: industrialização, desenvolvimento regional e criação de emprego.

As zonas econômicas especiais podem ser específicas a um setor ou multissetoriais. Os incentivos da SEZ incluem:

- Imposto corporativo preferencial de 15%
- Subsídios para construção
- Incentivo ao emprego
- Área de alfândega controlada
- Subsídio fiscal para apoiar ofertas de investimentos em Greenfield e Brownfield (apoio para investimento e treinamento).

A África do Sul tem 11 Zonas Econômicas Especiais (SEZ, sigla em inglês) localizadas em diferentes províncias, nomeadamente¹⁵:

Zona Econômica Especial de Coega (Eastern Cape)

A Zona Econômica Especial (ZEE) de Coega é a maior da África Austral. Foi instituída em 2001 e tornou-se a primeira Zona de Desenvolvimento Industrial (IDZ) da África do Sul. Está estrategicamente localizada no município metropolitano de Nelson Mandela Bay na rota comercial leste-oeste, para atender aos mercados mundiais e africanos. O Coega SEZ pretende atrair investimentos diretos estrangeiros e domésticos no setor manufatureiro com uma orientação para a exportação. A SEZ atraiu investimentos nos setores de agro-processamento, automotivo, aquicultura, energia, logística de metais e serviços de negócios.

Zona Econômica Especial de Richards Bay (Kwazulu-Natal)

O Richards Bay SEZ é uma propriedade industrial protegida e segura na costa do nordeste da África do Sul. O corredor de negócios da N2 vincula os dois principais portos da província, Durban e Richards Bay, e conecta-se a Maputo em Moçambique e, finalmente, a áreas da África Oriental. Está ligado ao porto marítimo internacional de Richards Bay, adaptado à fabricação e armazenamento de minerais e outros produtos. A infraestrutura relacionada permite a exploração total das vantagens naturais e estratégicas da área.

Zona Econômica Especial de East London (Eastern Cape)

A zona tornou-se um parque industrial conhecido por suas soluções personalizadas para várias indústrias, incluindo setor automotivo, agro-processamento e aquicultura. O ELSEZ oferece às empresas uma plataforma de fabricação especializada, soluções industriais e de negócios e acesso a novos mercados e redes estratégicas da indústria. A SEZ está localizada na cidade de Buffalo, a área municipal que incorpora Bhisho, a capital da província e a cidade de King William. Foi um dos primeiros IDZs na África do Sul a estar operacional e é adequado principalmente para fabricação e processamento exportados.

Zona Econômica Especial de Saldanha Bay IDZ (Western Cape)

O governo lançou o Saldanha Bay Sez (SBSEZ) no Cabo Ocidental em 2013. Seu foco é o complexo de serviços de engenharia, petróleo, gás e marinho na África. Atende às necessidades da indústria de exploração de petróleo a montante e empresas de serviços de produção que operam nos campos de petróleo e gás na África Subsaariana. Situada aproximadamente a duas horas ao norte da Cidade do Cabo, o SBDIZ inclui logística, reparos e atividades de manutenção e fabricação.

Zona Econômica Especial e Porto Comercial de Dube (Kwazulu-Natal)

O Dube Tradeport é um catalisador para o comércio global e um portal entre a província de KwaZulu-Natal e o mundo. É a única instalação na África que reúne um aeroporto internacional, terminal de carga, armazenamento, escritórios, setor de varejo, hotéis e área agrícola. Localizado a 30 km ao norte de Durban, o Dube Tradeport está posicionado entre os dois maiores portos marítimos da África Austral e ligado ao restante da África por estrada e ferrovia. As áreas que foram designadas como a SEZ são o Dube TradeZone e o Dube AgriZone. A instalação oferece espaço para armazenamento, fabricação e montagem de mercadorias, completas com uma única instalação na qual todos os transportadores e remetentes estão localizados (Dube TradeHouse). Há também uma conexão direta para o terminal de carga Dube adjacente, por meio de um sistema de transporte de carga elevado. O Dube AgriZone é uma instalação de alta tecnologia que hospeda a maior área de cultivo do continente com clima controlado sob vidro e concentra-se em produtos agrícolas e hortícolas de alto valor, incluindo produtos de nicho. O AgriLab analisa a cultura de tecidos especializada, as estufas e as flores e as plantas, que exigem transporte aéreo rápido.

Zona Econômica Especial de Maluti-A-Phofung (Free State)

¹⁵ http://www.thedtic.gov.za/wp-content/uploads/SEZ-brochure_2021.pdf

A Maluti-A-Phofung SEZ, em Harrismith, Estado Livre, fica no meio da rota de logística crucial de Durban-Johannesburg. Essa SEZ oferece aos exportadores uma base logística que facilita o acesso ao porto de Durban e soluções de logística intermodal para a transferência entre rodovias e ferrovias. A zona é adequada e licenciada para fabricação geral, oferecendo uma base de produção conveniente para fabricação leve e média. Com os vínculos de logística por estrada ou ferrovia ao coração industrial da África do Sul, ao porto de Durban e à rota Bloemfontein-Cidade do Cabo, a SEZ é uma escolha interessante para investidores que procuram um local econômico para atender mercados domésticos e de exportação. Além disso, a SEZ pretende aproveitar os pontos fortes existentes para atrair indústrias agrícolas para uma área que tem bom acesso aos produtos da província de Estado Livre, agriculturadamente rica.

Zona Econômica Especial de OR Tambo (Gauteng)

A OR Tambo SEZ pretende desenvolver as terras em torno do Aeroporto Internacional de Tambo. A OR Tambo SEZ apoia o crescimento do setor de beneficição do setor de minerais e metais preciosos, com foco na fabricação leve, de alta margem e orientada para exportação de metais preciosos e semipreciosos da África do Sul. O território multissetorial da OR Tambo SEZ abrange vários distritos para indústrias específicas e deve ser implementado em fases durante um período de 10 a 15 anos.

Zona Econômica Especial de Musina/Makhado (Limpopo)

O Musina/Makhado SEZ compreende dois locais geográficos dedicados a grupos industriais exclusivos. Musina tem como alvo os clusters leves industriais e de agro-processamento, enquanto Makhado é um complexo de beneficição metalúrgico/mineral. Um terceiro local foi identificado para servir às indústrias petroquímicas. A SEZ está estrategicamente localizada ao longo da rota norte-sul da N1 para a comunidade de desenvolvimento da África Austral (SADC), perto da fronteira entre a África do Sul e o Zimbábue. Ele faz parte da Iniciativa de Desenvolvimento Espacial Trans-Limpopo (SDI) e foi desenvolvido como parte de planos regionais mais amplos para destravar o investimento e o crescimento econômico. A infraestrutura recém-construída permite a utilização plena da combinação exclusiva de recursos minerais e apoia as indústrias nas cadeias de valor de beneficição mineral, processamento agrícola e fabricação industrial leve.

Zona Econômica Especial de Atlantis (Western Cape)

O Atlantis SEZ faz parte da iniciativa da cidade da Cidade do Cabo de 2011 para estabelecer um centro de fabricação da tecnologia verde em Atlantis, no quadro do Programa de Produtores de Energia Renovável do Departamento de Energia (REIPP). A localização da fabricação e a criação resultante de emprego é uma prioridade essencial do governo por meio do programa REIPP. Situada na costa oeste da África do Sul, a 40 km da Cidade do Cabo, o Atlantis SEZ (ASEZ) capitaliza o já crescente setor de energia renovável e tecnologia verde da província. Turbinas eólicas, painéis solares, isolamento, biocombustíveis, veículos elétricos, reciclagem de materiais e materiais de construção verdes são exemplos de tecnologia verde que estão sendo desenvolvidos. A Zona já atraiu seu primeiro grande investidor de tecnologia verde, Gestamp Renewable Industries (GRI), um fabricante de torres eólicas.

Zona Econômica Especial de Nkomazi (Mpumalanga)

O Nkomazi SEZ está localizado a aproximadamente 65 km do distrito comercial central de Nelspruit, em Mpumalanga. A localização geográfica da área de Nkomazi é sua principal vantagem competitiva. A área está estrategicamente colocada entre o norte de Essuatíni e o sudoeste de Moçambique. Está ligado a Essuatíni por duas estradas nacionais, o R570 e o R571, e a Moçambique por uma linha ferroviária e por uma estrada nacional, a N4, que juntos formam o corredor Maputo. A Nkomazi SEZ é conceituada como um centro de agro-processamento, que é apoiado por serviços mistos, como armazenamento e logística. O processamento de produtos agrícolas na Nkomazi SEZ é baseado em tecnologias automatizadas e semi-automatizadas, bem como em tecnologias de fabricação de alta tecnologia, que serão amplamente baseadas em usos de energia verde ou renovável. Os serviços de apoio incluem logística (logística intermodal e logística de produção) e instalações de armazenamento, o que também promoverá a utilização de fontes verdes de energia. As cadeias de valor direcionadas da Nkomazi SEZ incluem estágios secundários e terciários do processamento de frutas cítricas e subtropicais, plantas/ervas aromáticas, nozes moídas e de árvores, cana-de-açúcar, nutracêuticos, processamento de carne, artigos de couro e agricultores, como fertilizantes.

Zona Econômica Especial Automotiva de Tshwane (Gauteng)

O Tshwane Automotive Sez (TASEZ) é a primeira cidade automotiva da África, localizada na capital do país em Tshwane, Gauteng. É um destino de investimento para a indústria automotiva no continente africano. A proximidade da SEZ a uma indústria automotiva estabelecida permite aumentar as economias de escala e escopo, diminuindo assim o custo de fazer negócios. Oferece soluções personalizadas, incentivos, serviços de suporte e sistemas para fabricantes que buscam uma localização produtiva e progressiva. A SEZ tem fácil acesso a uma forte base de consumidores e conectividade a fornecedores e mercados em potencial, enquanto promove as indústrias orientadas para a exportação e a integração local e os vínculos diretos e prontos para os mercados regionais e internacionais, facilitando a exportação para a SADC.

f) Conclusão

Muitos dos principais setores industriais da África do Sul sofreram significativamente nos últimos 10 a 15 anos devido ao acelerado encarecimento de insumos, incluindo água, energia, mão-de-obra e materiais, à deterioração da infraestrutura, como estradas, energia, fornecimento de água e capacidade ferroviária, à queda da demanda doméstica diante do baixo crescimento econômico e à crescente ameaça de concorrentes importados. Isso levou o governo e o setor privado a desenvolver uma série de políticas intervencionistas destinadas a reverter perdas.

Elemento central dessa estratégia é o uso de compras governamentais de bens e serviços como alavanca para garantir que as empresas locais recebam prioridade nas despesas do governo. O governo gasta cerca de US\$ 130 bilhões por ano em bens e serviços (e salários) e, portanto, é um grande comprador de muitos produtos. Ao usar esse poder de compra para apoiar os fabricantes locais e ao pressionar o setor privado a fazer o mesmo, o governo tenciona reverter os declínios desses setores até certo ponto. Compras preferenciais, localização, planos diretores do setor e SEZs são idealizados para operar em conjunto, com vistas a criar um ambiente favorável aos produtos manufaturados da África do Sul, como base para a indústria estabilizar-se, desenvolver, crescer e exportar para mercados regionais e globais.

O governo pode alegar algum êxito nos programas, mas eles não deixam de ser controversos. Especialistas em políticas públicas apontam que algumas entidades estatais simplesmente ignoram as diretrizes para apoiar o conteúdo local ou usam-nas para inflar artificialmente preços e contratos. Além disso, a natureza muitas vezes abrangente dos planos tem efeitos negativos sobre algumas indústrias — com grandes investimentos, inclusive — uma vez que os custos dos insumos aumentaram significativamente ao serem forçadas a usar insumos locais que nem sempre são competitivos. Isso se tornou evidente no setor de aço, em parte do setor de roupas e de energia renovável, entre outros, atraindo críticas daqueles que se opunham à localização e à proteção de produtos. Para eles, o efeito líquido dessas políticas é reduzir a competitividade da África do Sul e aumentar o custo da produção e do consumo locais por parte dos consumidores finais, em detrimento de todos.

De uma perspectiva brasileira, as medidas de apoio industrial a princípio parecem constituir barreiras importantes para a entrada no mercado sul-africano. Em alguns casos, elas de fato podem ser barreiras, especialmente para produtos protegidos ou com tarifas proibitivas aplicadas em apoio aos produtores locais, incluindo os localizados na SEZ. No entanto, em outros casos, os regulamentos podem vir a ser utilizados para abrir espaço em um mercado que é mais previsível do que um mercado aberto.

É essencial encontrar um equilíbrio entre a exportação de produtos finais e aqueles em estado semifinalizado, que podem ser processados localmente; identificar o parceiro correto na África do Sul que atenda aos requisitos de oferta preferencial no mercado; e observar a África do Sul no contexto de seu papel na região imediata da África Austral e para além dela, uma vez que os acordos comerciais preferenciais podem servir como trampolim para os fornecedores no mercado africano mais amplo. Além disso, para fornecedores de produtos para o setor privado, especialmente de bens ou serviços que não são prontamente produzidos na África do Sul, há muito potencial para produtos brasileiros.

3) Investimentos bilaterais

O nível de investimento bilateral entre o Brasil e a África do Sul permanece abaixo de seu potencial, e grande parte da atividade nesse campo remonta à década de 2010. Os principais investimentos do Brasil na África do Sul estão nas áreas de infraestrutura e construção (rodovias, ferrovias, portos e aeroportos/Odebrecht), geração e transmissão de

energia (Zest WEG), componentes automotivos e de ônibus (Marcopolo), além de agrobusiness (BRF), aviação (LATAM) e bens de uso doméstico (Tramontina).

A empresa de mineração sul-africana AngloGold Ashanti tem operações no estado de Minas Gerais. Um dos quatro maiores bancos da África do Sul, o Standard Bank, possui um escritório de representação em São Paulo. A Aspen Pharmaceuticals investiu em uma fábrica em Vitória. A empresa de equipamentos de açúcar e consultoria, Bosch Projects, estabeleceu uma subsidiária no Brasil, e a empresa de mídia sul-africana Naspers investiu em três empresas no Brasil: Movile, Tbogroup e Buscapé. Além disso, o varejista sul-africano Pepkor anunciou no início de 2022 a aquisição da varejista brasileira Avenida.

4) Principais acordos econômicos com o Brasil

[Acordo de Comércio Preferencial entre o Mercado Comum do Sul \(MERCOSUL\) e a União Aduaneira da África Austral \(SACU\)](#)

O acordo foi assinado em 2009 e entrou em vigor em 1º de abril de 2016. Sob o acordo, a SACU oferece concessões em 1.062 linhas tarifárias e o MERCOSUL oferece concessões em 1.052 linhas de tarifas. Em ambos os lados, as margens de preferência variam de 10% a 100%.

a) BRICS

O BRICS é o acrônimo de uma associação de cinco grandes economias nacionais emergentes: Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul. Os membros do BRICS são todos países em desenvolvimento ou industrializados, que se notabilizam por suas grandes economias e influência significativa nos assuntos regionais e globais. Desde 2009, as nações do BRICS reúnem-se anualmente em cúpulas formais. A China sediou a 14ª Cúpula do BRICS em 2022, e a África do Sul deve sediar a 15ª cúpula em 2023. O Novo Banco de Desenvolvimento (NDB) foi estabelecido pelos estados-membros do BRICS na Sexta Cúpula do BRICS em Fortaleza (2014), com a missão de fornecer um mecanismo de financiamento alternativo para projetos de desenvolvimento nos cinco países. A capitalização inicial do banco é de US\$ 50 bilhões, e há o objetivo de aumentá-lo para US\$ 100 bilhões. Atualmente, há 78 projetos, com um valor cumulativo de US\$ 29 bilhões, sendo apoiados pelo NDB.

b) O Fórum de Diálogo Índia-Brasil-África do Sul (IBAS)

O estabelecimento do IBAS foi formalizado pela declaração de Brasília de 6 de junho de 2003. O IBAS é um mecanismo de coordenação entre os três países, que estão determinados a:

1. contribuir para a construção de uma nova arquitetura internacional
2. unir as opiniões em questões globais
3. aprofundar laços em várias áreas

O IBAS também implementa projetos concretos de cooperação e parceria com países menos desenvolvidos.

c) Acordo de Cooperação entre o “Industrial Development Corporation” (IDC) e o BNDES

Um acordo de cooperação entre a Corporação de Desenvolvimento Industrial da África do Sul (IDC) e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) foi assinado em 26 de março de 2013.

As duas organizações concordaram em estabelecer e desenvolver uma cooperação abrangente e de longo prazo, com foco em setores específicos, a saber: automotivo e componentes, incluindo veículos alternativos; aeronáutica e componentes; geração de energia, particularmente o uso de fontes de energia renovável ou mais limpa e cogeração; processamento de alimentos e outras indústrias agro; farmacêuticos; e beneficiação de recursos minerais. Eles também concordaram em compartilhar informações técnicas sobre seus produtos e políticas financeiras.

d) [Convenção entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da África do Sul para evitar a Dupla Tributação e Prevenir a Evasão Fiscal em Relação aos Impostos sobre a Renda](#)

Um acordo abrangente de dupla tributação entre a África do Sul e o Brasil está em vigor desde 24 de julho de 2006.

e) **Acordo de Assistência Mútua em Administração Aduaneira (2014)**

Sob esse acordo, ambos os países garantem que a lei aduaneira em vigência em seus respectivos territórios seja aplicada adequadamente.

f) **Memorando de Entendimento para a Promoção Comercial e de Investimentos entre o Ministério de Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços do Brasil (MDIC) e o Ministério de Comércio, Indústria e Competividade da África do Sul (DTIC) (2009)**

O MOU foi assinado por ocasião da visita oficial do presidente Jacob Zuma ao Brasil em outubro de 2009. O MOU procura promover uma relação comercial e de investimentos mais produtiva entre os dois países, por meio de um plano de implementação que se concentre em iniciativas específicas de comércio e investimento.

A Comissão Conjunta gerencia e monitora as relações bilaterais entre os dois países e fornece um mecanismo estruturado para gerenciar e monitorar as relações bilaterais entre os dois países. A quinta sessão da Comissão Conjunta Brasil da África do Sul ocorreu no Brasil em 2013.

5) Linhas de crédito de bancos brasileiros

O Novo Banco de Desenvolvimento do BRICS, estabelecido em 2015, aprovou US\$ 811 milhões em sua primeira rodada de empréstimos para o desenvolvimento de projetos de energia renovável nos estados membros. O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) recebeu o maior empréstimo, com uma linha de crédito total de US\$ 300 milhões, que será direcionada para a construção de 600 MW de capacidade de energia verde.

VII. ACESSO AO MERCADO

1) Sistema tarifário

a) Estrutura tarifária

O arcabouço da tarifa externa na África do Sul é o Sistema Harmonizado de Codificação e Descrição de Mercadorias (SH). Os direitos de importação são cobrados ad valorem sobre o valor FOB. A África do Sul é membro da União Aduaneira da África Austral (SACU), compreendendo a África do Sul, Botswana, Essuatíni, Lesoto e Namíbia. A SACU cobra uma tarifa externa comum e os direitos são pagos no primeiro ponto de entrada na união aduaneira. A Tabela Tarifária é apresentada em seis colunas, com a primeira refletindo a taxa geral da tarifa e as colunas subsequentes refletindo a taxa da tarifa sob os acordos multilaterais da SACU com UE/Reino Unido, EFTA, SADC, MERCOSUL e AfCFTA.

O [Acordo Comercial Preferencial entre o Mercado Comum do Sul \(MERCOSUL\) e a União Aduaneira da África Austral \(SACU\)](#), assinado em 2009, entrou em vigor em 2016. Os Estados membros do MERCOSUL são Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai.

Nos termos do acordo, a SACU ofereceu concessões em 1.062 linhas tarifárias e o MERCOSUL ofereceu concessões em 1.052 linhas tarifárias. Em ambos os lados, as margens de preferência variam entre 10% e 100%. A SACU ofereceu uma cota tarifária para quatro produtos agrícolas, que serão acessíveis por ordem de chegada, sem requisitos de licença. As Quotas Tarifárias são controladas por uma autoridade governamental competente no país exportador, que tem o dever de assegurar que, no momento da exportação, não sejam emitidos certificados de origem para remessas que excedam o limite da cota anual. As cotas anuais se aplicam a:

Cotas anuais de fornecimento, Mercosul

Subtítulo	Descrição	Quantidade	Origem	Valor da Cota Tarifária
0202.30	Desossado	250 t	Paraguai	25% da Tarifa Geral

0202.30	Desossado	250 t	Uruguai	25% da Tarifa Geral
12.01	Grãos de soja, mesmo triturados	10 000 t	Paraguai	25% da Tarifa Geral
12.01	Grãos de soja, mesmo triturados	6 000 t	Uruguai	25% da Tarifa Geral
1507.10	Óleo de soja	5 000 t	Paraguai	25% da Tarifa Geral
1512.11	Óleo de girassol	4 000 t	Paraguai	25% da Tarifa Geral

Fonte: Tarifas Alfandegárias e Impostos Especiais de Consumo, Lista 1, South African Revenue Services (SARS)

A alocação de cotas tarifárias para o primeiro ano da SACU é:

Alocação de Cotas da SACU							
País	Cota	Botsuana	Lesoto	Namíbia	África do Sul	Essuatíni	
Toneladas/Ano							
02023000	Paraguai	250	12.5	12.5	12.5	200	12.5
02023000	Uruguai	250	12.5	12.5	12.5	200	12.5
1201a000	Paraguai	10 000	500	500	500	8 000	500
12010000	Uruguai	6 000	300	300	300	4 800	300
15071000	Paraguai	5 000	250	250	250	4 000	250
15121100	Paraguai	4 000	200	200	200	3 200	200

Fonte: Tarifas Alfandegárias e Impostos Especiais de Consumo, Lista 1, South African Revenue Services (SARS)

Para reivindicar preferência tarifária para qualquer mercadoria proveniente do MERCOSUL nos termos do acordo, exige-se um certificado de origem MERCOSUL válido, que deve ser apresentado com uma nota fiscal de entrada válida para consumo doméstico na chegada à África do Sul.

b) Outras tarifas e encargos de importação

O Imposto sobre Valor Agregado (IVA) é cobrado pelo Serviço de Receitas da África do Sul (SARS) sobre todas as importações e bens e serviços fabricados localmente, no ponto de entrada. A taxa de IVA em vigor é de 15%. O IVA sobre bens importados incide sobre o Valor Fiscal Agregado (ATV), que é determinado da seguinte forma: [(Valor Aduaneiro + 10% do mesmo) + (quaisquer direitos não reembolsados cobrados sobre os bens)] x 15%.

Impostos adicionais ad valorem são cobrados sobre uma ampla gama de itens de luxo ou não essenciais, como perfumes, armas de fogo e jogos de fliperama.

Os direitos antidumping e compensatórios são cobrados sobre bens que são considerados objeto de “dumping” na África do Sul ou subsidiados no país de origem. Atualmente, as tarifas antidumping estão em vigor sobre as fritas de vidro do Brasil.

Tarifas antidumping sobre produtos brasileiros

Código do título tarifário	Descrição	Importados do ou originários do	Valor da tarifa antidumping
3207.40	Fritas de vidro e outros vidros, em pó, grânulos ou flocos	Brasil	50%

Fonte: <https://www.sars.gov.za/wp-content/uploads/Legal/Drafts/LAPD-LPrep-Draft-2019-11-Draft-Sch2-Anti-Dumping-countervailing-and-safeguard-duties.pdf>

2) Regulamentação de atividades de comércio exterior

a) Regulamentação geral

O controle de importação e exportação é de competência da Comissão de Administração do Comércio Internacional da África do Sul (ITAC). O ITAC foi estabelecido pela Lei de Administração do Comércio Internacional nº 71 de 2002, que entrou em vigor em 1º de junho de 2003. A Lei prevê o controle, por meio de um sistema de permissão, da

importação e exportação de mercadorias especificadas em regulamento. A ITAC é responsável pelo controle de importação e exportação, instrumentos de comércio internacional e assessoria técnica, investigações tarifárias e soluções de defesa comercial.

De aproximadamente 6.650 linhas tarifárias constantes da versão sul-africana do Sistema Internacional Harmonizado de Descrição e Codificação de Mercadorias, existem 276 linhas tarifárias sob controle de importação e 177 linhas tarifárias sob controle de exportação¹⁶. No entanto, é importante observar que a importação de todos os bens usados ou de segunda mão requer uma licença de importação.

Quando for necessária uma licença de importação, um pedido deve ser submetido ao departamento competente, como o Departamento de Agricultura para alimentos e produtos agrícolas, e o ITAC para itens usados, produtos químicos e pneus novos. O pedido deve ser apresentado antes do envio das mercadorias. As licenças de importação são válidas apenas para o ano civil em que são emitidas. A licença é válida apenas em relação aos produtos da classe e país especificados. É intransmissível e só pode ser utilizado pela pessoa a quem foi emitido.

b) Importações proibidas e restritas

O Serviço de Receitas da África do Sul (SARS) administra certas proibições ou restrições nos termos da seção 113(8)(a) da Lei de Alfândegas e Impostos Especiais de 1964, em nome de vários departamentos, instituições ou órgãos governamentais, como o Departamento de Agricultura, Florestas e Pescas, o Regulador Nacional de Especificações Compulsórias (NRCS) e o Banco Central da África do Sul (SARB)

As proibições e restrições referentes a todos os diferentes departamentos, instituições ou órgãos governamentais são incorporadas nas Listas Consolidadas de Importações e Exportações Proibidas e Restritas de acordo com o código tarifário harmonizado. A lista pode ser obtida no seguinte link:

<https://www.sars.gov.za/customs-and-excise/prohibited-restricted-and-counterfeit-goods/>

c) Regulamentos específicos

As regulamentações mais complexas aplicam-se à importação de produtos agrícolas e alimentícios processados de origem vegetal ou animal.

Todos os produtos agrícolas, cereais, alimentos processados, carne e derivados, insumos agrícolas e rações são considerados produtos restritos na chegada quando importados. Portanto, esses produtos requerem uma Licença de Importação, emitida pelo Departamento de Agricultura, Reforma Agrária e Desenvolvimento Rural. Os formulários de solicitação dessas licenças estão disponíveis no site do Departamento, em <http://www.dalrrd.gov.za>. Uma licença de importação veterinária geralmente é emitida dentro de 5 a 10 dias úteis após a aprovação.

Peixes e produtos da pesca são regulamentados pelo Departamento de Florestas, Pescas e Meio Ambiente, responsável pela emissão da respectiva Licença de Importação. O Regulador Nacional de Regulamentações Obrigatórias (NRCS) é responsável pelas inspeções e controles no ponto de entrada desses produtos.

As importações de todos os produtos de origem animal, incluindo bovinos, aves e suínos, exigem a vigência de um Certificado Sanitário Internacional, acordado entre os países comerciais. O Certificado informa quais produtos podem ser exportados, as condições que devem ser cumpridas e a análise a ser realizada na chegada.

Em outubro de 2022, o Brasil e a África do Sul haviam acordado Certificados para a exportação brasileira dos seguintes produtos de origem animal:

- Carne de aves e vísceras
- Colágeno bovino
- Gelatina

¹⁶ <http://www.itac.org.za/pages/services/import-control>

- Proteínas processadas de origem bovina
- Tripas de carne
- Carne desossada
- Pâncreas bovino para fins farmacêuticos
- Produtos bovinos curados e/ou cozidos
- Tripas e bexigas de animais
- Peixe congelado e carne de peixe recuperada
- Carne suína¹⁷
- Subprodutos animais, como farinha de ossos e sangue, para alimentação de animais de estimação (“pet”)

Lei de Pragas Agrícolas

A Organização Nacional de Proteção de Plantas (NPPO) é responsável pela emissão de licenças de importação para a importação de mercadorias controladas sob as disposições da Lei de Pragas Agrícolas de 1983, incluindo plantas e produtos vegetais. O regulamento visa a proibir a movimentação de material vegetal infectado de áreas infectadas por pragas para áreas livres de pragas. O pedido deve ser apresentado à Direção de Saúde e Qualidade Vegetal pelo menos 30 dias antes da data de chegada das mercadorias em questão na África do Sul.

O importador deverá declarar que as mercadorias em questão não contêm quaisquer organismos geneticamente manipulados e deverá fornecer as seguintes informações para todas as mercadorias controladas:

- Descrição dos produtos controlados
- Nome da variedade das plantas (quando aplicável)
- Quantidade (número ou massa)
- Nome completo e endereço do fornecedor estrangeiro
- Porto de entrada
- Finalidade do que foi importado
- País de origem
- Nome e detalhes de contato da empresa/solicitante

Avaliação de Risco das Pragas (PRA)

As importações de plantas e produtos vegetais requerem um certificado fitossanitário do país de origem para passar na avaliação e inspeção da Organização Nacional de Proteção de Plantas (NPPO) na África do Sul. Antes de o Departamento de Agricultura, Florestas e Pescas emitir uma licença de importação de produtos frescos a serem exportados para a África do Sul, uma Avaliação de Risco de Pragas (PRA) deve ser realizada na fonte e condições específicas definidas de acordo com os riscos fitossanitários envolvidos.

d) Rotulagem

A África do Sul tem requisitos rígidos de rotulagem para bens de consumo. Os regulamentos aplicam-se a têxteis, roupas e calçados que exigem indicação de origem, descrição, teor de fibras, rotulagem para cuidados e origem.

¹⁷ Especificamente no que diz respeito à carne suína, após um processo de avaliação de risco e correspondentes notificações à OMC, a África do Sul implementou em maio de 2013 restrições à importação de produtos advindos de países que não estão livres do vírus da Síndrome Reprodutiva e Respiratória Suína (PRRS). De acordo com o Ministério de Agricultura, licenças veterinárias podem ser obtidas para carne suína crua congelada destinada a processamento posterior com origem do Brasil (<https://www.dalrrd.gov.za/Branches/Agricultural-Production-Health-Food-Safety/Animal-Health/importexport/restriction>)

Os [Regulamentos de Rotulagem de Alimentos da África do Sul \(R146/2010\)](#) foram publicados no diário oficial em 1º de março de 2010. Em 29 de maio de 2014, uma emenda aos Regulamentos de Rotulagem de Alimentos da África do Sul, R429/2014, foi publicada e aberta para comentários. Esse projeto de lei está em processo de finalização. Até então, o R146 permanece em vigor. Os pontos-chaves para um fornecedor estrangeiro são os seguintes:

- Todos os produtos alimentícios, sejam produzidos localmente ou importados, devem ser rotulados de acordo com o regulamento.
- Do painel principal da embalagem, deve constar a descrição precisa do produto.
- O nome e endereço do fabricante, importador ou vendedor devem constar do rótulo. No caso de importação, deverá constar o nome e endereço do fabricante.
- As instruções de uso devem ser incluídas quando apropriado.
- Instruções especiais de armazenamento devem ser incluídas quando apropriado.
- O conteúdo líquido da embalagem em unidades SI deve ser mostrado.
- Todas as etiquetas devem estar em inglês.
- Todos os produtos importados devem mostrar o país de origem da seguinte forma a) “Produto de (nome do país)”, se todos os principais ingredientes, processamento e mão de obra usados para fazer os alimentos forem de um país específico; b) “Produzido em (nome do país)”, ou “Produzido em (nome do país)”, ou “Fabricado em (nome do país)” ou palavras semelhantes, quando um gênero alimentício é transformado num segundo país, que altera a sua natureza; c) além da anterior, poderá ser utilizada a expressão “Embalado em (nome do país); e
- Números de lote e carimbos com data de validade são obrigatórios nas embalagens de alimentos.
- Mês e ano de fabricação devem constar do rótulo.

e) Regulador Nacional de Especificações Obrigatórias (NRCS)

Especificações obrigatórias são regulamentos técnicos que exigem a conformidade de um produto ou serviço com os requisitos de saúde, segurança ou proteção ambiental de uma norma ou disposições específicas de uma norma. O termo é usado apenas na África do Sul. O NRCS tem mandato para aconselhar o ministro do Comércio, Indústria e Concorrência em questões relacionadas com especificações obrigatórias e tem gerido historicamente o processo de desenvolvimento.

O NRCS é responsável pela aprovação de produtos importados que atendam aos requisitos das especificações compulsórias aplicáveis. As Cartas de Autorização são emitidas aos fabricantes e importadores assim que os requisitos forem atendidos, para que os produtos possam ser importados ou colocados à venda. O NRCS aceitará relatórios de teste de qualquer organismo de avaliação de conformidade, local ou estrangeiro, que atenda aos seus requisitos.

Lista de especificações compulsórias

Número de VC	Título
Departamento: Automotivo	
VC 8013	Especificação obrigatória para freio hidráulico e fluido de embreagem
VC 8016	Especificação obrigatória para capacetes de segurança para motociclistas
VC 8022	Especificação obrigatória para veículos automotores da categoria M1: Requisitos para modelos de veículos automotores da categoria M1, não registrados ou licenciados anteriormente na África do Sul, e modelos de veículos automotores montados a partir de carrocerias novas e peças usadas de designs anteriores de modelos de veículos automotores, projetados ou adaptados para operação em via pública.
VC 8023	Especificação obrigatória para veículos automotores das categorias M2 e M3: Requisitos para modelos de veículos automotores das categorias M2 e M3 e microônibus, não registrados ou licenciados anteriormente na África do Sul, projetados ou adaptados para operação em via pública.
VC 8024	Especificação obrigatória para veículos automotores da categoria N1: Requisitos para modelos de veículos automotores da categoria N1, não registrados ou licenciados anteriormente na África do Sul, e modelos de veículos automotores montados a partir de carrocerias novas e peças usadas de designs anteriores de modelos de veículos automotores, projetados ou adaptados para operação em via pública.

Número de VC	Título
VC 8025	Especificação obrigatória para veículos motorizados de categoria N2 e N3: Requisitos para modelos de veículos motorizados de categoria N2 e N3 (Caravans & Lights Trailers), não matriculados ou licenciados anteriormente na África do Sul, projetados ou adaptados para operação em via pública.
VC 8026	Requisitos aplicáveis aos modelos de veículos das categorias O 1 e O2 concebidos ou adaptados para circulação na via pública a velocidades superiores a 40 km/h
VC 8027	Especificação obrigatória para sistemas de retenção para crianças para uso em veículos motorizados
VC 8033	Especificação obrigatória para lâmpadas incandescentes de substituição para veículos motorizados
VC 8048	Especificação obrigatória para faróis de substituição para veículos motorizados
VC 8049	Especificação obrigatória para substituição de vidro de segurança para uso em veículos rodoviários
VC 8050	Especificação obrigatória para substituição de luzes secundárias para uso em veículos rodoviários
VC 8051	Especificação obrigatória para conjuntos de pastilhas de freio de reposição para veículos rodoviários
VC 8053	Especificação obrigatória para pneus para automóveis de passageiros e reboques
VC 8056	Especificação obrigatória para tratores agrícolas
VC 8057	Especificação obrigatória para pneus de veículos comerciais e seus reboques
VC 8059	Especificação obrigatória para engates tipo esfera e suportes de reboque para reboque de caravanas e reboques leves
VC 8062	Especificação obrigatória para copos elastoméricos de reposição e vedações para cilindros de acionamento de freio hidráulico para uso em veículos motorizados que usam fluido de freio hidráulico não à base de petróleo
VC 8065	Especificação obrigatória para veículos a motor da categoria L (motocicletas, triciclos e quadriciclos)
VC 8080	Cápsulas e vedantes elastoméricos de substituição para cilindros de acionamento de freio hidráulico para uso em veículos motorizados que usam fluido de freio hidráulico não à base de petróleo (temperatura de serviço de 70 °C a 150 °C, no máximo)
VC 8098	Especificação obrigatória para veículos a motor da categoria L (motocicletas, triciclos e quadriciclos)

Departamento: CMM

VC 8028	Especificação obrigatória para armas de fogo de uso civil
VC 8032-A	Especificação obrigatória para auxiliares de flutuação pessoais
VC 8041	Especificação obrigatória para cabines de segurança microbiológica (Classes I, II e III)
VC 8054	Especificação obrigatória para desinfetantes e detergentes-desinfetantes
VC 8087	Especificação obrigatória para aparelhos respiratórios
VC 9088	Especificação obrigatória para estandes de tiro com armas pequenas
VC 9089	Especificação obrigatória para fogões e aquecedores de parafina sem pressão
VC 9093	Especificação obrigatória para aparelhos de parafina pressurizada
VC 9003	Vidros de segurança de especificação obrigatória e outros materiais de vidros de segurança
VC 9092	Especificação obrigatória para madeira tratada com preservativo
VC 9090	Auxiliares de natação
VC 9002	Calçado de segurança
VC 9085	Especificação obrigatória para cimento
VC 8072	Especificação obrigatória para respiradores
VC 8703	Especificação obrigatória para aparelhos respiratórios
VC 8076	A segurança dos isqueiros
VC 8034	Especificação obrigatória para fogões e aquecedores a carvão para uso em uma habitação
VC 8041 A	Licença de venda para cabines de segurança microbiológica
VC 8041 B	Ficha Técnica para cabines de segurança microbiológica

Número de VC	Título
VC 8076 A	Pedido de homologação de isqueiros
VC 8076 B	Ficha técnica para isqueiros
VC 8076 C	Pedido de homologação para tipo de isqueiro
VC 9088	Alteração da especificação obrigatória para estandes de tiro de armas leves
VC 8041 F	Ficha técnica para cabines de segurança microbiológica
VC 8041 E	Homologação de cabines de segurança microbiológica
VC 8041 C	Pedido de homologação de um tipo de câmara de segurança microbiológica

Departamento: Eletro-técnico

VC 8003	Especificação obrigatória para interruptores operados manualmente para instalações fixas
VC 8006	Especificação obrigatória para segurança de cabos flexíveis para aparelhos elétricos
VC 8008	Especificação obrigatória para plugues, tomadas e adaptadores de tomada
VC 8011	Especificação obrigatória para porta-lâmpadas
VC 8012	Especificação obrigatória para acopladores de aparelhos
VC 8029	Especificação obrigatória para conjuntos de cabos e conjuntos de extensões de cabos
VC 8035	Especificação obrigatória para unidades de proteção diferencial
VC 8036	Especificação obrigatória para disjuntores
VC 8039	Especificação obrigatória para a segurança de arrancadores para lâmpadas fluorescentes tubulares
VC 8043	Especificação obrigatória para lâmpadas incandescentes
VC 8052	Especificação obrigatória para interruptores operados manualmente para aparelhos
VC 8055	Especificação obrigatória para aparelhos elétricos e eletrônicos
Sup8055	Suplemento para VC8055
VC 8075	Especificação obrigatória para a segurança de cabos elétricos com isolamento dielétrico sólido extrudado para instalações fixas (300/500 V a 1 900/3 300 V)
VC 8077	Especificação obrigatória para segurança de cabos elétricos de média tensão
VC 8079	Especificação obrigatória para o controle de dispositivos de jogos e aparelhos relacionados
VC 9006	Especificação obrigatória para acumuladores de água quente
VC 9006 Supplement	Suplemento à especificação obrigatória para acumuladores de água quente
VC 9105	Especificação obrigatória para lâmpadas fluorescentes de casquilho simples
VC 9008 Supplement	Eficiência energética e rotulagem de aparelhos elétricos e eletrônicos
VC 9091	Especificação obrigatória para lâmpadas fluorescentes de casquilho simples
VC 9087	Especificação obrigatória para o dispositivo de controle da lâmpada
Sup9087	Suplemento para especificação obrigatória para o dispositivo de controle da lâmpada

Departamento: Alimentos e Indústrias Relacionadas

VC 8014	Especificação obrigatória para a fabricação, produção, transformação e tratamento de conservas de peixe, conservas de moluscos marinhos e conservas de crustáceos
VC 8017	Especificação obrigatória para peixe congelado, moluscos marinhos congelados e produtos congelados deles derivados
VC 8019	Especificação obrigatória para a fabricação, produção, processamento e tratamento de produtos de carne enlatada
VC 8020	Especificação obrigatória para lagostas congeladas e produtos derivados de lagostas congeladas
VC 8021	Especificação obrigatória para snoek defumado

Número de VC	Título
VC 8031	Especificação obrigatória para camarões congelados (camarões), lagostins e caranguejos
VC 9001	Especificação obrigatória para o abalone vivo de aquicultura
VC 9100	Especificação obrigatória para produtos cárneos processados
VC 9104	Especificação obrigatória para lagostas vivas
VC 9107	Especificação obrigatória para moluscos bivalves crus, vivos e refrigerados, criados em aquicultura

f) SISCOMEX

O Sistema Integrado de Comércio Exterior, ou Siscomex, é uma ferramenta de gestão criada pelo governo federal do Brasil. Seu mandato abrange as atividades de registro, acompanhamento e controle das operações de comércio exterior. Instituído pelo Decreto nº 660 em 1992, o Siscomex substituiu os controles que antes eram feitos em papel, como extratos, carimbos e até assinaturas.

O Siscomex pode ser acessado pelo portal: <https://www.gov.br/siscomex/pt-br>. O portal inclui sistemas de acesso, serviços, estatísticas e informações sobre comércio exterior, visando agilizar os processos burocráticos das atividades do setor.

g) Regime de Controle de Câmbio

O atual conjunto de Regulamentações de Controle de Câmbio na África do Sul foi promulgado em 1º de dezembro de 1961. O controle sobre as reservas de moedas estrangeiras na África do Sul, bem como seus acréscimos e gastos, é exercido pelo Tesouro.

As empresas estão autorizadas a comprar moeda estrangeira para pagar mercadorias importadas, despesas de frete, cobertura de seguro, bem como comissões de compra e retenções devidas a agentes, juntamente com quaisquer outras despesas incidentais realizadas na compra e remessa de mercadorias. Os pagamentos das importações somente serão efetuados com a apresentação dos seguintes documentos:

- faturas comerciais emitidas pelo fornecedor;
- qualquer um dos documentos de transporte conforme prescrito pela Câmara Internacional do Comércio sobre as Uniformização das Tarifas Alfandegárias e as Práticas das Cartas de Créditos (UCP 600), e seu suplemento para apresentação eletrônica, o eUCP, comprovando o transporte de bens relativos à África do Sul; ou Certificado de Recebimento dos Agentes de Carga ou Agentes de Carga;
- Certificado de Transporte; ou
- cópia do consignatário da devida Declaração Alfandegária do SARS¹⁸.

Pagamentos antecipados

Moeda estrangeira referente a pagamentos antecipados para cobrir o custo de importações permitidas, exceto bens de capital, contra a apresentação de uma fatura, pode ser fornecida por um Revendedor Autorizado, desde que seja apresentada prova documental no momento devido, confirmando que os bens foram recebidos na África do Sul. A Declaração Alfandegária SARS prescrita com o Número de Referência da Movimentação (MRN) deve ser enviada ao Revendedor Autorizado da entidade comercial imediatamente após o recebimento das mercadorias na África do Sul.

Bens de capital

Pode ser fornecida moeda estrangeira para pagamentos antecipados de até 100% do custo de saída de fábrica de bens de capital a serem importados, não excedendo o valor total de ZAR 10 milhões. O pagamento da importação de bens de capital superiores a ZAR 10 milhões só pode ser fornecido até 50% do custo de saída de fábrica dos bens a serem

¹⁸ *Currency and Exchanges guidelines for business entities, Reserve Bank, July 2019*

importados. As entidades comerciais devem confirmar ao seu Revendedor Autorizado que, de outra forma, o pedido seria recusado e que tal pagamento é normal na transação em questão.

Remessas com pagamento na entrega (cash-on-delivery)

As empresas podem comprar moeda estrangeira em relação a pagamentos antecipados e/ou pedidos de pagamento em dinheiro para cobrir custos de importações permitidas, bem como para mercadorias expedidas por via aérea com pagamento em dinheiro na entrega, desde que no prazo de 14 dias uma cópia do documento de transporte correspondente, datado e assinado por um membro da Associação Sul-Africana de Despachantes, seja apresentado ao Revendedor Autorizado. Os pagamentos relativos às importações em que os documentos de importação exigidos tenham mais de 12 meses podem ser efetuados por meio de um Revendedor Autorizado, desde que não tenham sido cobrados juros pelo fornecedor estrangeiro.

3) Documentação e exigências

A aduana da África do Sul (Customs AS) exige que um importador registre-se em seu escritório e obtenha um código de importador da SARS. Isso afeta muitos importadores e pode causar atrasos no desembarço de mercadorias.

A SARS utiliza um Documento Administrativo Único (SAD) para facilitar o desembarço aduaneiro de mercadorias. O SAD é um formulário de declaração de mercadorias multifuncional que abrange importações, exportações, movimentos transfronteiriços e trânsito.

Para remessas para a África do Sul, é necessário o que segue:

- Uma via negociável e duas não negociáveis do Conhecimento de Embarque. O Conhecimento de Embarque pode ser feito "direto" ou "sob encomenda".
- Certificado de Origem SACU – MERCOSUL se for reivindicada uma preferência tarifária - O Formulário de Declaração de Origem, DA59, deve ser utilizado nos casos em que for reivindicada uma alíquota inferior à alíquota geral. DA59 é um formulário prescrito com formato, tamanho e conteúdo estipulados.
- Quatro vias e uma Fatura Comercial original.
- As faturas de fornecedores não serão aceitas para satisfazer os requisitos dos regulamentos aduaneiros, a menos que indiquem, além de qualquer propriedade ou nome comercial das mercadorias, uma descrição completa de sua natureza e características, juntamente com os dados necessários para calcular os direitos de importação e compilar estatísticas.
- Uma cópia do certificado de seguro é necessária para o frete marítimo.
- Três cópias da lista de embalagem. Os dados contidos nesse documento devem estar de acordo com os dados de outros documentos.
- Licença de importação, se necessário.
- Para reduzir a probabilidade de uma avaliação tributável de amostras, o expedidor deve declarar o seguinte: “Amostra: Sem valor comercial”. Faturas com valor zero não são aceitas pelas autoridades alfandegárias sul-africanas.

O processo de desembarço na aduana da África do Sul inclui a aceitação e conferência da declaração de mercadorias face os documentos apresentados, o exame das mercadorias, se necessário, e a liquidação e cobrança de direitos e IVA. A aduana pode exigir informações adicionais e também solicitar amostras. A aduana também pode reter mercadorias para outros departamentos governamentais. O departamento governamental competente garantirá a conformidade com as leis, regulamentos e regras aplicáveis.

4) Regimes aduaneiros especiais

a) Restituições e drawbacks

O Serviço de Receitas da África do Sul (SARS) prevê o reembolso e devolução de direitos e impostos sobre mercadorias. O SARS permite que os clientes solicitem um reembolso alfandegário ou devolução de direitos e

impostos dentro de um período de tempo prescrito nas Seções 75 e 76, lidas em conjunto com a Seção 76B da Lei de Alfândegas e Impostos Especiais de Consumo.

As restituições são pagas em relação aos direitos pagos em excesso ou quando as mercadorias são exportadas nas mesmas condições em que foram importadas. Drawbacks são pagos em relação a materiais específicos usados na fabricação, processamento, embalagem, etc., de mercadorias que são posteriormente exportadas. O ônus recai sobre o solicitante para garantir que os formulários e documentos de apoio corretos sejam anexados antes de enviar o pedido de reembolso/retirada ao SARS. O manual de reembolsos e drawbacks pode ser obtido em: <https://www.sars.gov.za/wp-content/uploads/Ops/Policies/SC-DT-C-13-Refunds-and-Drawbacks-External-Policy.pdf>

VIII. INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTES

1) Infraestrutura doméstica

A África do Sul tem infraestrutura logística – que inclui, mas não se restringe a portos marítimos, aeroportos, rodovias, ferrovias e oleodutos que possibilitam o movimento físico de mercadorias e pessoas – significativamente bem desenvolvida e administrada em comparação com suas contrapartes continentais. Isso leva muitas organizações internacionais, tanto públicas quanto privadas, a usar a África do Sul como porta de entrada para o restante do continente.

A infraestrutura logística estratégica, que inclui rodovias, ferrovias, oleodutos, aeroportos e redes portuárias, é de propriedade e operada pelo estado ou empresas estatais (SOC), com supervisão, em última análise, sob a responsabilidade do Departamento de Transportes. No plano nacional, todas as estradas estão sob a autoridade do governo central, enquanto as estradas secundárias provinciais e municipais estão sob o mandato e responsabilidade das autoridades provinciais ou distritais relevantes. A rede ferroviária de carga é gerenciada exclusivamente pela SOC Transnet Freight Rail (TFR), enquanto a rede ferroviária de passageiros no Cabo Ocidental, KwaZulu-Natal e Gauteng é gerenciada pela Agência Ferroviária de Passageiros da África do Sul (PRASA). Nos termos do Plano Diretor Nacional de Transportes (NATMAP) 2050, a participação do setor privado no uso e operação da rede ferroviária é vista como uma forma de destravar o potencial para aumentar a participação de mercado e a lucratividade desse segmento de infraestrutura.¹⁹

a) Rodoviária

A rede rodoviária da África do Sul é de cerca de 750.000 km, o que a torna a décima mais longa do mundo. O Departamento Nacional de Transportes é responsável por políticas públicas, ao passo que a construção e a manutenção de estradas estão sob a responsabilidade da Agência Nacional de Estradas da África do Sul (Sanral), bem como das nove províncias e governos locais. Aproximadamente 19% das estradas nacionais são rodovias com pedágio administradas pela Sanral, enquanto o restante foi concessionado para desenvolvimento, operação e manutenção a cargo de empresas privadas. A rede rodoviária sofreu muitos anos de subinvestimento em manutenção, e estima-se que 80% da rede rodoviária nacional e mais de 40% da rede rodoviária provincial já tenham ultrapassado a sua vida útil de 20 anos.

Um panorama da malha rodoviária na África do Sul

Autoridade	Pavimentada	Não pavimentada	Total
Sanral	21,403	-	21,403
Províncias - 9	47,348	226,273	273,621
Capitais - 8	51,682	14,461	66,143
Municípios	37,691	219,223	256,914
Sub-total	158,124	459,957	618,081

¹⁹ <https://dlca.logcluster.org/display/public/DLCA/2+South+Africa+Logistics+Infrastructure>

Não proclamados (estimativa)		131,919	131,919
Total estimado	158,124	591,876	750,000

Fonte: Ministério de Transporte

b) Ferroviária

A Transnet Freight Rail (TFR) transporta uma ampla gama de carga geral, carga geral a granel, commodities e carga em contêineres. A agência mantém uma rede ferroviária complexa de aproximadamente 31.000 quilômetros de trilhos (20.900 quilômetros de rota) sobre a qual as mercadorias são transportadas. A rede ferroviária da TFR representa 80% do total da África. Essa diversificada rede ferroviária compreende 1.500 quilômetros de linhas de transporte pesado e inclui 3.928 quilômetros de ramais que servem como alimentadores para as linhas principais. O serviço da rede ferroviária fornece ligações estratégicas entre portos, terminais e centros de produção, provendo conectividade com as ferrovias da África Austral para apoiar a integração regional. A conectividade da infraestrutura, juntamente com a estreita cooperação com outras divisões operacionais e a colaboração com os principais clientes, permite a entrega de volumes de frete nas cadeias de valor. A TFR opera uma ferrovia verticalmente integrada e comercialmente separada, e integra-se operacionalmente aos portos da Transnet, terminais portuários, oleodutos e instalações de engenharia ferroviária.

c) Aérea

A África do Sul tem 10 grandes aeroportos e três grandes aeroportos internacionais: OR Tambo International em Joanesburgo, Cape Town International e King Shaka International em Durban. O Aeroporto Internacional OR Tambo é o centro de transporte aéreo da África Austral e um dos 100 aeroportos mais movimentados do mundo, atendendo a mais de 17 milhões de passageiros por ano. A estatal Airports Company of South Africa (ACSA) é responsável pela gestão dos principais aeroportos. Outros aeroportos privados incluem Lanseria (Midrand), Gateway (Polokwane), Nelspruit e Kruger (Mpumalanga) e Sun City (North West Province).

d) Portuária

A Autoridade Portuária Nacional da Transnet fornece infraestrutura portuária e serviços marítimos nos oito portos marítimos comerciais da África do Sul. A oferta de serviços da autoridade portuária nacional é direcionada principalmente aos usuários portuários (que incluem operadores de terminais, companhias marítimas, agentes de navios, proprietários de carga e despachantes). Como tal, administra os oito portos marítimos comerciais ao longo dos 2.954 km da costa sul-africana: Richards Bay, Durban, East London, Ngqura, Port Elizabeth, Mossel Bay, Cape Town e Saldanha. Além desses portos, há planos para o desenvolvimento de um novo porto de águas profundas em Boegoebaai, perto de Alexander Bay, ao sul da fronteira com a Namíbia. Ele seria usado para a exportação de minerais, hidrogênio verde e produtos agrícolas da província do Cabo Setentrional, e para a importação de combustível e maquinário para uso nas minas e na província de Gauteng.

Estatísticas de movimentação portuária da África do Sul

Período	Total de carga	TEUs	Chegada de embarcações
2018	230.027.604	4.857.208	9.254
2019	232.661.539	4.528.287	9.879
2020	222.920.087	4.075.618	9.012
2021	217.713.495	4.379.401	8.368

Fonte: Transnet

Principais vias de transporte



Fonte: Mapas de Vetores EPC das Cidades

2) Infraestrutura de importação/exportação

A infraestrutura de portos, ferrovias, rodovias e transporte aéreo da África do Sul permite a distribuição eficiente de bens importados e produzidos internamente, tanto para os principais centros urbanos como para a região da África Austral. Os serviços de transporte rodoviário, ferroviário e aéreo são em regra satisfatórios no país. De forma geral, a infraestrutura nas áreas rurais necessita de desenvolvimento e melhorias.

Os produtos do Brasil entregues por via marítima são descarregados na Cidade do Cabo ou em Durban, dependendo da localização do importador e do destino final do produto. A partir daí, a mercadoria é transportada internamente por via rodoviária ou ferroviária. Os serviços ferroviários são fornecidos pela estatal Transnet Freight Rail e existem várias empresas do setor privado que fornecem serviços de transporte rodoviário em todo o país, embora o custo do transporte interno seja alto.

O Brasil desfruta de posição competitiva no que diz respeito ao tempo de navegação para os portos sul-africanos. O tempo atual de navegação a partir da China é de cerca de 30 dias e o tempo de navegação a partir do Brasil oscila entre 40 e 60% disso.

Indicativo do tempo de navegação do Brasil para a África do Sul

De	Para	Dias
Santos	Cidade do Cabo	8-9 dias
	Porto Elizabeth	9-12 dias
	Durban	9-16 dias
Rio de Janeiro	Cidade do Cabo	7 dias
	Porto Elizabeth	10 dias
	Durban	19-20 dias

Fonte: Conversas com companhias marítimas

3) Empresas de logística com serviços para o Brasil

a) Marítimo

Mediterranean Shipping Company

www.msc.com

Maersk Lines

www.my.maerskline.com/schedules

b) Aéreo

A South African Airways (SAA) voava anteriormente diariamente entre Joanesburgo e São Paulo (Guarulhos), mas problemas financeiros forçaram o cancelamento de rotas. Prevê-se que estes serão restaurados.

Web site: www.flysaa.com

LATAM

Web site: www.latam.com

Emirates

Web site: www.emirates.com

TAAG

Web site: www.taag.com

c) Supervisão de frete

Uma lista completa dos associados está disponível no website da Associação de Despachantes da África do Sul em:

www.saaff.org.za/membership/directory-listing/

IX. VENDAS E ESTRUTURA DE MARKETING

1) Canais de distribuição

a) Considerações gerais

A África do Sul tem uma mistura de logística desenvolvida e em desenvolvimento: os canais de distribuição e varejo operam em conjunto com um setor informal dinâmico.

Em 2021, o setor formal de varejo, atacado, alimentação e hospedagem contribuiu com 14% para o PIB, refletindo um crescimento de 6% frente ao ano anterior. Os setores de varejo e atacado especificamente empregam cerca de 3,1 milhões de pessoas, 22% da força de trabalho nacional.

b) Estrutura geral

Atacado

A tabela abaixo mostra as vendas do comércio atacadista por tipo de revendedor:

Vendas do comércio atacadista a preços anuais nos últimos três meses por tipo de revendedor: 2020 (milhões de randes)

	T1	T2	T3	T4	Total 2020	Participação %
Preços de contrato	20 158	22 835	31 073	31 965	106 031	5,02
Matérias-primas agrícolas e de pecuária	37 788	41 828	46 353	48 460	174 429	8,25
Alimentos, bebidas e tabaco	86 711	76 793	93 350	99 165	365 019	17,27
Têxteis, roupas e sapatos	11 034	4 927	8 558	10 473	34 992	1,66
Outros bens domésticos com exceção de pedras preciosas	63 039	60 771	80 992	87 234	292 036	13,82
Pedras preciosas, joias e pratarias	14 717	7 297	9 535	8 959	40 508	1,92
Combustíveis sólidos, líquidos e gasosos e produtos relacionados	133 043	70 101	113 631	110 033	426 808	20,19
Metais e minérios	11 304	7 306	12 832	12 266	43 708	2,07
Materiais de construção	24 573	16 034	36 511	31 722	108 840	5,15
Outros produtos intermediários, desperdícios e sucatas	27 056	20 765	29 664	35 493	112 978	5,34
i. Maquinário, equipamento e acessórios	72 357	56 083	70 508	70 527	269 475	12,75
Outros produtos	35 781	33 830	37 176	41 119	147 906	7,00
Total	537 561	418 572	570 183	587 418	2 113 734	100,00

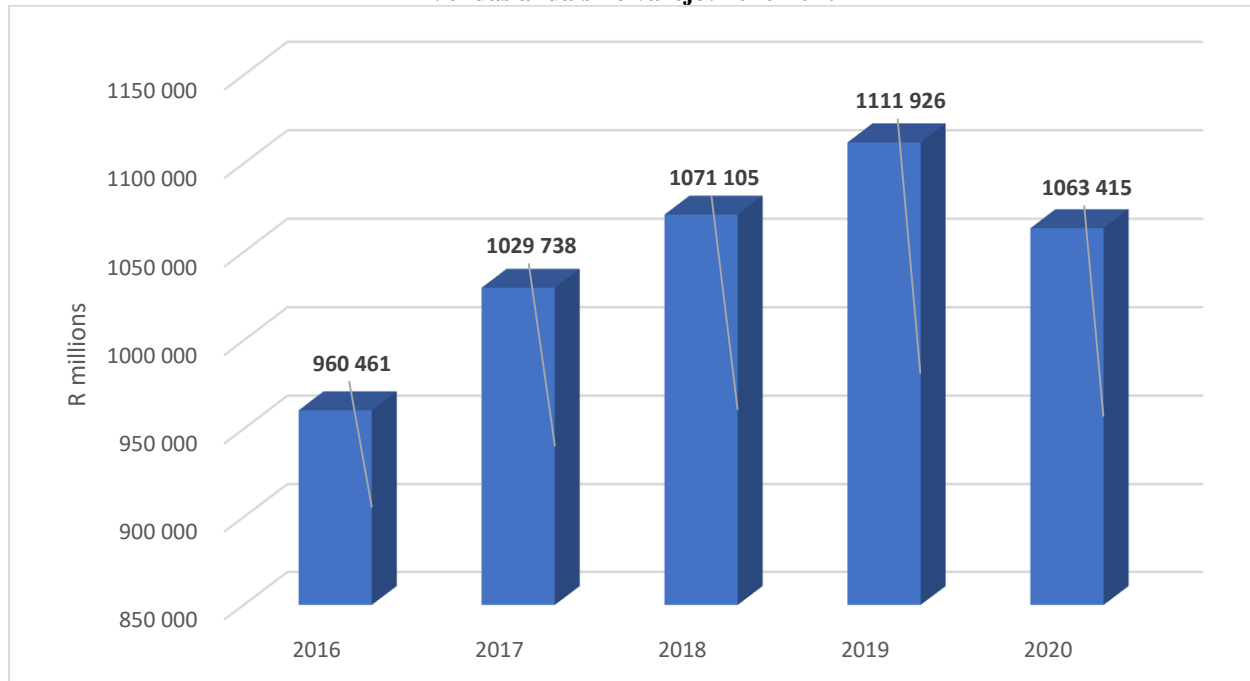
Fonte: [Statistics South Africa](#)

O setor atacadista é importante para o setor de bens de consumo de alta rotatividade, produtos farmacêuticos e materiais de construção, incluindo produtos elétricos e hidráulicos. O setor atacadista está posicionado para abastecer os varejistas menores dentro do setor formal e é um elo fundamental para o mercado informal. Os atacadistas de materiais de construção nas áreas de baixa renda têm a prática de vender cimento diariamente para empreiteiros informais que fazem transações em dinheiro. No outro extremo do mercado, os grandes comerciantes atacadistas de materiais de construção vendem grandes volumes para o mercado de pequenas e médias empreiteiras.

Vendas no varejo

Após um crescimento constante até 2019, a variação percentual homóloga das vendas no varejo a preços correntes diminuiu 4,4% em 2020, principalmente em razão da pandemia da COVID-19.

Vendas anuais no varejo: 2016-2020



Fonte: <http://www.statssa.gov.za/publications/P62421/P62421November2021.pdf>

A tabela abaixo mostra as vendas no varejo por tipo de comércio.

Vendas do comércio no varejo a preços anuais por tipo de comércio revendedor: 2020 (milhões de randes)

	07-12	01-06	Total	Participação %
Revendedores gerais	263 554	237 697	501 251	47,73
Alimentos, bebidas e tabaco em lojas especializadas	50 654	38 699	89 353	8,51
Bens farmacêuticos e médicos, cosméticos e artigos de higiene	42 809	40 286	83 095	7,91
Têxteis, roupas, sapatos e artigos de couro	96 254	67 437	163 691	15,59
Movéis para casa, eletrodomésticos e equipamentos	25 386	16 193	41 579	3,96
Equipamento de hardware, tinta e vidro	48 901	33 244	82 145	7,82
Todos os outros tipos de revendedores	48 294	40 804	89 098	8,48
Total	575 852	474 360	1 050 212	100,00

Fonte: [Statistics South Africa](#)

A maior proporção das vendas no varejo é feita por meio de revendedores gerais (48%), seguido por lojas especializadas em têxteis, calçados e roupas (16%) e lojas de alimentos e bebidas (9%). O mercado varejista de alimentos e bebidas responde por 62% da distribuição de alimentos na África do Sul. Os restantes 37% são feitos por meio dos canais atacadistas.

O setor formal de varejo é dominado por alguns atores importantes. O setor de varejo de supermercado é dominado por cinco marcas principais: Shoprite, Spar, Woolworths, Pick 'n Pay e, mais recentemente, Food Lovers Market. O setor de varejo de saúde e beleza é dominado pela Dischem e pela Clicks. O varejo de roupas, têxteis, calçados e utensílios domésticos é dominado por quatro grupos: The Foschini Group, Truworths, Mr. Price e Woolworths. Geralmente, cada um desses grupos incorpora várias marcas de roupas, uma marca de utilidades domésticas e uma marca de calçados.

O Grupo Foschini, por exemplo, controla as seguintes marcas, que contam com lojas autônomas:

Perfil do Grupo Foschini

Segmento de mercado	Marca TFG
Moda feminina	Donna Foschini Hobs London Phase Eight Whistles
Moda masculina	Fabiani Connor G-star Raw Markham Johnny Bigg Relay Jeans Tarocash
Moda de alto valor	Exact Jet RFO
Moda jovem	Sneaker factory Archive The Fix Hi Soda Bloc Sports Scene YD
Casa	@home
Jóias e bijuterias	@homelivingspace American Swiss Galaxy Sterns
Esportes	Totalsports Rockwear

Fonte: Foschini Group

Um aspecto importante do setor varejista sul-africano é que as grandes empresas varejistas têm estado na vanguarda da expansão sul-africana para outros países africanos. Shoprite, Pick 'n Pay, Massmart, Spar, Woolworths, Clicks, The Foschini Group e Mr. Price cresceram além dos seus mercados tradicionais na última década. As compras realizadas para as operações africanas geralmente são centralizadas na matriz sul-africana, que seria, portanto, o principal ponto de contato.

Em 2021, a Shoprite saiu dos mercados da Nigéria e do Quênia devido às condições comerciais desfavoráveis e à concorrência de varejistas locais e europeus. A Shoprite permanece na Nigéria do ponto de vista da gestão de lojas, mas vendeu sua participação majoritária.

Principais redes varejistas sul-africanas com presença na África

Grupo varejista	Número de lojas na África do Sul	Número de lojas no resto da África
Shoprite (Marcas incluem Shoprite, Hungry Lion, USave, Checkers, Checkers Hyper, Checkers Little Me, OK Franchise, OK Furniture, House & Home, LiquorShop, PetShop, k'nect, Medirite Pharmacy)	2 645	268
Pick 'n Pay (Marcas incluem Pick n Pay Supermarkets, Pick n Pay Hypermarket, Pick n Pay Express, Pick n Pay Online, Pick n Pay Clothing, Pick n Pay Liquor, Boxer Supermarkets, Boxer Build, Boxer Liquor, Boxer Punch, TM Supermarkets Zimbabwe, Woolworths)	1 647	148
(Marcas incluem Woolworths SA (fashion, beauty, homeware, and food products), David Jones, Country Road Clothing)	Fashion, Beauty & Home (FBH): 267 Food: 452	68

Grupo varejista	Número de lojas na África do Sul	Número de lojas no resto da África
Spar (Marcas incluem Spar, Super Spar, KwikSpar, Spar Express, Tops Liquor, Build-It, Savemor, Spar Pharmacy, Oncor, S Buys Pharmacy)	2000	440
Massmart (Marcas incluem Makro, Game, Builders, Jumbo, Shield, Rhino, The Fruitspot, Cambridge Food)	365	38
Clicks (Marcas incluem Clicks, The Body Shop, GNC, Claire's, UPD)	794	46
Pepkor (Marcas incluem Pep, Pep Africa, Ackermans, Tekkie Town, Dunns, Refinery, Shoe City, SPCC, Code, Russells, Bradlows, Rochester, Sleepmasters, HiFi Corp, Incredible Connection, BuCo, Timbercity, Tiletoria, Flash)	Total na África: 5170	300
Roupas e Mercadorias em geral, Eletrodomésticos e Eletrônicos, Materiais de Construção		
Grupo Foschini (Marcas incluem Donna, Foschini, Hobs London, Phase Eight, Whistles, Fabiani, Connor, G-star Raw, Markham, Johnny Bigg, Relay Jeans, Tarocash, Exact, Jet, RFO, Sneaker Factory, Archive, The Fix, Hi , Soda Bloc, Sports Scene, YD, @home, @homelivingspace, American Swiss, Galaxy, Sterns, Totalsports, Rockwear)	2 710	219
Mr. Price (Marcas incluem Mr. Price, Mr. Price Home, Mr. Price Sport, Sheet Street, Miladys Power Fashion, YuppiefChef)	1 467	129
Dischem	188	6

Fonte: Relatórios anuais

As vendas online dispararam em 2020 e 2021, quando os sul-africanos começaram a fazer pedidos online para evitar sair de casa, levando a um aumento acentuado na demanda por entregas de supermercado. Além da compra de dados e de voz para aparelhos celulares, os produtos mais populares comprados online foram roupas e mantimentos.

O varejo online mais que dobrou nos últimos dois anos. O crescimento total do varejo online na África do Sul foi de 66% em 2020, elevando o total do varejo online na África do Sul para ZAR 30,2 bilhões.

A maioria dos sul-africanos (81%) comprou online para dados e voz, 56% para roupas, 54% para mantimentos e 51% para produtos de beleza e cuidados com os cabelos desde o início da pandemia.

Os consumidores também estão apoiando suas pequenas empresas locais favoritas: 63% dos entrevistados dizendo que estão fazendo um esforço consciente para comprar online nessas lojas. Com menos oportunidades de visitar lojas ou ruas, as mídias sociais surgiram como a principal plataforma para encontrar os produtos e ofertas mais atraentes. 64% dos entrevistados dizem que descobriram novos vendedores por meio do Facebook e 41% por meio do Instagram.

c) Canais recomendados

Os grandes varejistas e atacadistas estão cada vez mais caminhando para uma relação direta com os seus fornecedores estrangeiros. Isso permite que eles controlem pedidos e entregas e reduz o custo com intermediários. Há exceções a isso: por exemplo, a Woolworths terceiriza a aquisição internacional de frutas e vegetais para uma empresa comercial especializada, e outros varejistas terceirizam seus açougues nas lojas para especialistas em carne comercial. A outra exceção são os produtos especiais e de luxo: os importadores e distribuidores especializados ainda desempenham um papel importante nesse setor, obtendo espaço nas prateleiras das lojas e mantendo relacionamentos.

Recomenda-se o uso de agentes e distribuidores de produtos industriais e técnicos, pois essas empresas podem oferecer uma função de venda técnica juntamente com serviço pós-venda, reparos e fornecimento de peças de reposição.

2) Promoção de vendas

a) Considerações gerais

Em geral, espera-se que um fornecedor estrangeiro forneça materiais promocionais, como brochuras, manuais operacionais, manuais de instruções e outros materiais de marca. Esse material precisa estar em inglês.

Construir uma marca de consumo na África do Sul requer muita publicidade e promoção em mídia impressa, televisão, mídia social e rádio, bem como por meio de promoções nas lojas, quando apropriado.

b) Principais feiras e exposições comerciais

Tradicionalmente, as feiras e exposições são um elemento importante na promoção e construção de uma marca na África do Sul. No entanto, as restrições às reuniões em 2019 e 2020 resultaram em uma mudança de eventos presenciais para virtuais. Em 2022, houve o retorno dos eventos presenciais e híbridos.

As feiras comerciais são frequentadas por gerentes de compras, compradores, importadores e agentes e fornecem uma plataforma útil para empresas estrangeiras explorarem o mercado sul-africano. Há um número crescente de feiras ao longo do ano, dada a tendência de organização de eventos mais específicos, por setor. As feiras sul-africanas são cada vez mais frequentadas por visitantes do resto da África, o que permite a promoção para um público mais amplo. Ao planejar uma exposição, é importante maximizar a eficácia, e isso inclui garantir convites pessoais para clientes-alvo para visitar o estande da empresa.

c) Canais de propaganda

A África do Sul tem uma mídia sofisticada e vibrante. Além da mídia padrão, como jornais, revistas, publicações setoriais, televisão e rádio, outras ferramentas incluem mídias sociais (Facebook, TikTok, Twitter, Tumblr, Instagram e Pinterest), mensagens de texto, sites corporativos, editoriais em jornais ou revistas relevantes, anúncios em postes de rua, outdoors e encartes em jornais. Materiais de divulgação em lojas também são vistos como uma forma importante de apoiar as marcas. O uso de embaixadores e influenciadores da marca também está-se tornando muito popular, especialmente no setor de moda e beleza.

d) Consultoria de marketing

Há uma série de empresas de consultoria capazes de auxiliar com estratégias de entrada no mercado e consultoria de marketing, desde grandes players globais, como a FTI Consulting, até empresas locais independentes menores. A escolha dependeria do produto em questão e do mercado-alvo. Em todos os casos, seria importante verificar o histórico da empresa e as referências de projetos anteriores.

3) Práticas de comércio

a) Negociações e acordos de importação

Toda a correspondência com empresas sul-africanas deve ser em inglês, incluindo cotações, listas de preços e faturas. As cotações devem ser calculadas em dólares americanos em base CIF.

As condições de pagamento variam de acordo com o comprador. As grandes empresas geralmente insistem que o fornecedor adote as suas condições de pagamento. Agentes e distribuidores pedem uma variedade de termos, de 135 dias a partir da data FOB, a 30 dias após a entrega, a 90 dias a partir do embarque, até o pagamento no recebimento das mercadorias. Uma vez que um relacionamento está estabelecido, os termos tendem a melhorar.

b) Designação de agentes

A maioria dos agentes na África do Sul tende a esperar exclusividade, e isso às vezes se estende a países vizinhos, como Essuatíni, Botswana e Namíbia. Ao selecionar um agente, é importante assegurar que o agente tenha uma presença nacional e seja capaz de atender à marca nacionalmente. Também é importante assegurar que eles estejam localizados em um grande centro e que tenham uma base de clientes relevante. Também é importante observar quantas outras agências uma empresa possui e garantir que o agente tenha capacidade de representar o produto e a marca de

maneira eficaz. Um meio de garantir isso é negociar uma equipe de vendas dedicada ao produto, o que garantirá que o produto receba a atenção que merece.

c) Abertura de representações comerciais

Várias empresas estrangeiras decidiram abrir filiais ou subsidiárias na África do Sul. As razões para essa decisão variam, mas geralmente se relacionam com a identificação de uma grande oportunidade de mercado mais bem atendida por um escritório local, com o uso da África do Sul como um trampolim para a África Austral ou com a necessidade de oferecer design e suporte técnico. O Departamento de Comércio, Indústria e Concorrência criou uma agência conhecida como InvestSA, que atua como um balcão único para investimentos estrangeiros na África do Sul (www.investsa.gov.za). As três províncias com maior peso no PIB também têm escritórios de comércio e investimento, nomeadamente [Gauteng Investment Centre](#), [Trade and Investment KwaZulu-Natal](#), e Cape Town and Western Cape Tourism, Trade and Investment ([WESGRO](#)).

Em 2020²⁰, o Banco Mundial classificou a África do Sul em 84º lugar entre 190 economias em termos de facilidade para fazer negócios. Existem cinco tipos de estruturas de empresas disponíveis na África do Sul²¹:

- Empresa privada, geralmente referida como "Pty" (Proprietary Limited Company)
- Empresa pública, que oferece produtos ou serviços ao público e é referida como "Limited"
- Empresa sem fins lucrativos, comumente referida como uma empresa da Seção 21, por ex. ONGs e organizações religiosas e de caridade.
- Empresa externa, que é uma empresa estrangeira registrada na África do Sul.
- Empresa incorporada registrada por profissionais, por ex. advogados, médicos e auditores, que é uma empresa na qual os diretores permanecem solidariamente responsáveis por dívidas e é geralmente referida como uma empresa da Seção 53 (b).

d) Franquias

O franchising, que é popular na África do Sul, é o mecanismo de entrada no mercado escolhido por várias marcas internacionais.

O número total de sistemas de franquia na África do Sul em 2019 foi de 813, com um número estimado de 47.923 lojas, a maioria das quais pertencentes aos franqueados (91%). O faturamento anual estimado para a indústria de franquias é de R734 bilhões.²²

Centros comerciais e shopping centers (44%) e ruas comerciais (31%) continuam sendo os locais mais populares onde as empresas franqueadas estão localizadas, ambos os locais mostrando uma tendência de crescimento.

e) Formação de Joint Ventures

Joint ventures são comuns na África do Sul. Muitas empresas estrangeiras escolhem esse método de entrada no mercado, pelo qual fornecem tecnologia e habilidade, cabendo ao parceiro local fornecer conhecimento local e acesso ao mercado. As joint ventures também permitem que as empresas estrangeiras tenham acesso a uma classificação de Empoderamento Econômico Negro de Base Ampla (B-BBEE), que é essencial ao fazer negócios com o governo ou paraestatais.

²⁰ Em setembro de 2021, a Administração do Grupo do Banco Mundial tomou a decisão de encerrar o relatório "Doing Business" e estão atualmente formulando uma nova forma de avaliar o clima de negócios e investimentos nas economias ao redor do mundo.

²¹ Comissão de Propriedade Comercial e Intelectual

²² file:///C:/Users/Sue/Downloads/FASA2019-Sanlam-17Jan20_FranchiseePresentation.pdf

Existem dois tipos de joint ventures na África do Sul – incorporadas e não incorporadas. Uma joint venture incorporada envolve a formação de uma empresa para administrar os negócios da joint venture, com os participantes sendo acionistas dessa empresa. Uma joint venture sem personalidade jurídica é uma relação contratual entre os participantes, e nenhuma empresa é formada. Como uma empresa sul-africana, uma joint venture incorporada está sujeita à Lei das Sociedades de 2008, opera como uma entidade legal distinta e é residente fiscal sul-africana. Uma joint venture sem personalidade jurídica é tratada como uma parceria e os participantes são solidariamente responsáveis perante terceiros e individualmente responsáveis pelas obrigações fiscais da joint venture.²³

f) Empoderamento Econômico Negro de Base Ampla (B-BBEE)

O Empoderamento Econômico Negro de Base Ampla (em inglês, Broad-Based Black Economic Empowerment) (B-BBEE) é uma iniciativa do governo que visa a aumentar a igualdade e a apoiar os proprietários de empresas, partes interessadas e funcionários negros. O governo refere-se ao BEE como “discriminação positiva”. Existem quatro importantes peças de legislação que regulamentam o B-BBEE, a saber:

- Lei de Igualdade no Emprego (1998): A Lei de Igualdade no Emprego aplica-se a negros, todas as mulheres e pessoas com deficiência e estipula os requisitos para ação afirmativa para assegurar que pessoas qualificadas desses grupos sejam representadas de forma equitativa em todas as categorias ocupacionais e níveis de uma empresa. A Lei é obrigatória para qualquer empresa que empregue 50 ou mais funcionários ou que tenha um faturamento anual de mais de ZAR 2 milhões até ZAR 25 milhões (dependendo do setor em que a empresa opera).
- Lei de Desenvolvimento de Habilidades (1998) e Lei de Taxa de Desenvolvimento de Habilidades (1999): Fornecem uma estrutura para melhorar as habilidades e perspectivas de emprego dos negros. Essas leis também tornam obrigatório que certos empregadores contribuam com uma porcentagem de sua folha de pagamento (conhecida como Taxa de Desenvolvimento de Habilidades) para um fundo que pode ser usado para treinar funcionários. A atual pontuação genérica do BBBEE concede pontos para o desenvolvimento de habilidades, mas apenas para o que está além do pagamento dessa taxa.
- Lei-Quadro da Política de Aquisições Preferenciais (2000): Essa lei permite que qualquer entidade do Estado dê preferência a pessoas negras na adjudicação de contratos. Visa também a impulsionar o desenvolvimento das PME, a criar novos postos de trabalho e a promover empresas locais em províncias específicas. Atualmente, os regulamentos dessa lei são amplamente baseados na propriedade, mas é provável que isso seja revisado para alinhá-la com a Lei BBBEE e os Códigos pertinentes.
- A Lei Ampla de Empoderamento Econômico Negro 46 de 2013: Essa lei estabelece uma estrutura legislativa para a promoção do empoderamento econômico negro e autoriza o Ministro do Comércio e Indústria a emitir códigos de boas práticas e publicar cartas de transformação. A lei também prevê o estabelecimento do Conselho Consultivo de Empoderamento Econômico Negro.

O B-BBEE é um sistema complexo que pode ser difícil para uma empresa estrangeira entender. Essencialmente, o Código de Boas Práticas B-BBEE permite uma pontuação B-BBEE com base na qual as empresas são reconhecidas em processos de licitação pelo Setor Público. As grandes empresas também buscam uma pontuação BEE alta, pois essas empresas precisam adquirir pelo menos 50% de suas compras anuais de empresas com certificados B-BBEE para manter seu nível de conformidade com o BEE. O cartão de pontuação tem um total de 100 pontos, que determinam o nível de conformidade BEE de uma empresa. O cartão de pontuação é composto por sete elementos, cada elemento tendo um determinado peso (pontos) associado a ele. Os elementos são: Propriedade, Controle de Gestão, Equidade de Emprego, Desenvolvimento de Competências, Compras Preferenciais, Desenvolvimento Empresarial e Desenvolvimento Socioeconômico.²⁴

²³ <https://www.lexisnexis.co.uk/legal/guidance/joint-ventures-south-africa-q-a-guide>

²⁴

https://www.standardbank.co.za/standing/Standard%20Bank/StandardBank/static%20files/Business/StdBank_BEE_Guide.pdf

Um colaborador BEE nível um, que é o nível mais alto de conformidade, terá obtido 100 pontos ou mais no BEE Scorecard e qualifica-se para 135% de reconhecimento de compras. No outro extremo da escala, um colaborador não conforme terá pontuado de 30 a 39 pontos e se qualificará para 10% de reconhecimento de compras.

g) Seguro de embarque

O setor de seguros é regido pela Lei de Serviços de Consultoria e Intermediação Financeira (37 de 2002). Essa lei regula as atividades de todos os prestadores de serviços financeiros (FSP) que prestam assessoria ou prestam serviços de intermediação a consumidores de determinados produtos financeiros. A Lei de Serviços de Consultoria e Intermediação Financeira (FAIS) exige que os FSPs sejam licenciados e criem um código de conduta profissional com medidas de execução específicas. O setor de seguros no país é bem desenvolvido e existem vários provedores de seguros de carga.

h) Financiamento de importação

O financiamento para transações comerciais está amplamente disponível nos bancos comerciais. A Corporação de Desenvolvimento Industrial oferece financiamento comercial; no entanto, os critérios para qualificação são rigorosos.

i) Controvérsias e arbitragem comerciais

A Lei de Arbitragem Internacional, nº 15 de 2017, entrou em vigor em 20 de dezembro de 2017 e rege todas as arbitragens internacionais sediadas na África do Sul, incluindo a execução de sentenças arbitrais estrangeiras. A lei substituiu a desatualizada Lei de Arbitragem, nº 42 de 1965, em relação a arbitragens internacionais, e a Lei de Reconhecimento e Execução de Sentenças Arbitrais Estrangeiras de 1977, em sua totalidade. As características fundamentais da lei são:

- A Lei tem efeito vinculativo para organismos públicos que tenham celebrado acordos comerciais internacionais.
- A Lei Modelo da Comissão das Nações Unidas para o Direito do Comércio Internacional (Lei Modelo da UNCITRAL) recebeu força de lei na África do Sul.
- As partes podem encaminhar disputas para conciliação de acordo com as Regras de Conciliação da UNCITRAL, desde que as partes em questão tenham concordado que as Regras serão aplicadas.
- Árbitros e instituições arbitrais agindo de boa-fé recebem imunidade.
- As obrigações da África do Sul sob a Convenção sobre o Reconhecimento e Execução de Sentenças Arbitrais Estrangeiras são efetivadas, alinhando assim a lei nacional com a Convenção de Nova York.
- Uma sentença arbitral estrangeira deve ser uma ordem do tribunal mediante solicitação, a não ser sob certas exceções, a exemplo de o assunto não ser arbitrável na África do Sul, ou de a execução ser contra a ordem pública ou de má fé.
- Arbitragens internacionais envolvendo qualquer órgão público sul-africano devem ser realizadas em foro público, a menos que o tribunal arbitral, com base em razões imperiosas, indique o contrário.

4) E-commerce

a) Panorama: Desenvolvimento, visão e tendências do mercado eletrônico

De acordo com as estatísticas do FNB Merchant Services, o mercado de comércio eletrônico online da África do Sul movimentou pouco menos de ZAR 200 bilhões por ano, acima de ZAR 142 bilhões em 2020 e de ZAR 90 bilhões em 2019. Embora o setor tenha sido originalmente dominado por bens digitais, como viagens aéreas e alojamento, houve uma mudança para bens de consumo rápido e compras online de varejo como resultado do impacto das restrições da COVID-19 em 2020 e 2021.²⁵

²⁵ Um estudo recente da Nielsen sobre o impacto do COVID-19 no setor de FMCG e varejo na África do Sul mostra que 68% dos consumidores sul-africanos reduziram a frequência de visitas a supermercados fisicamente, enquanto 37% dos consumidores sul-africanos aumentaram suas atividades de compras online..

As estatísticas do FNB Merchant Services indicam que o comércio eletrônico representou 8% do total de gastos com pagamento com cartão no varejo em 2019 e deve crescer para 20% nos próximos cinco anos, uma taxa média de crescimento anual de 16%.

Dentro do sistema bancário, a África do Sul fez progressos significativos na expansão do acesso a serviços financeiros, com mais de 81% da população acima de 16 anos tendo acesso a uma conta bancária. O cenário bancário está mudando na África do Sul, com o aumento da concorrência de bancos recém-estabelecidos, start-ups que usam tecnologia e um número crescente de varejistas que oferecem serviços financeiros, incluindo produtos de crédito. Os recém-chegados ao setor têm desempenhado um papel significativo na redução das taxas bancárias, bem como na introdução de diferentes modelos de distribuição (por exemplo, alavancando lojas de varejo) e no lançamento de propostas de valor inovadoras para os clientes. A adoção de ferramentas digitais tem aumentado, com mais clientes usando aplicativos bancários e plataformas de banco online para realizar transações.²⁶

- 1) Vários bancos lançaram carteiras móveis para permitir que seus clientes usem cartões de crédito e débito de seus celulares para uma variedade de pagamentos, incluindo pagamentos ponto a ponto; pagamento de contas; Near-Field Communication (NFC) (conhecido como tap-and-go) e pagamentos baseados em código QR em comerciantes. Existem também algumas instituições não bancárias que oferecem carteiras móveis e digitalização para pagar a funcionalidade.

Os dados da [GSMA](#) divulgados recentemente mostram que a África responde por 70% do valor mundial de dinheiro digital (US\$ 1 trilhão). O valor das transações de dinheiro digital na África aumentou 39% em 2021 para US\$ 701,4 bilhões, de US\$ 495 bilhões em 2020, evidenciando-se que o futuro do banco africano é móvel. As carteiras digitais registradas na África superaram 621 milhões, um aumento de 17% em relação aos 562 milhões capturados em 2020.

5) Direitos do consumidor, responsabilidades do fornecedor e obrigações de reembolso

As seguintes leis de comércio eletrônico regem a contratação na Internet na África do Sul:

a) Lei de Comunicações e Transações Eletrônicas (ECTA)

A Lei de Comunicações e Transações Eletrônicas de 2002 (ECTA) é a principal legislação que regula o comércio eletrônico na África do Sul. O ECTA prevê a facilitação e regulamentação de comunicações e transações eletrônicas, incluindo questões relacionadas a assinaturas eletrônicas, proteção ao consumidor, evidências eletrônicas e crimes cibernéticos. Seu principal objetivo é facilitar e dar segurança jurídica ao comércio eletrônico e registros eletrônicos.

Para mais informações: https://www.gov.za/sites/default/files/gcis_document/201409/a25-02.pdf

b) Lei de Proteção ao Consumidor (CPA)

A Lei de Defesa do Consumidor nº 68 de 2008 abrange os seguintes direitos fundamentais do consumidor:

- Direito à igualdade no mercado de consumo e proteção contra práticas discriminatórias de marketing;
- Direito à privacidade
- Direito de escolha
- Direito à divulgação de informações
- Direito a um marketing justo e responsável
- Direito a negociações justas e honestas
- Direito a termos e condições justos, justos e razoáveis
- Direito ao valor justo, boa qualidade e segurança
- Direito à responsabilização dos fornecedores

²⁶ <https://www.fsca.co.za/Documents/FSCA%20Financial%20Sector%20Outlook%20Study%202022.pdf>

Para mais informações: https://www.westerncape.gov.za/other/2011/3/consumer_protection_act.pdf ou https://www.gov.za/sites/default/files/32186_467.pdf

c) Lei de Proteção às Informações Pessoais (POPIA)

A Lei de Proteção de Informações Pessoais nº 4 de 2013 (POPIA) estabelece os padrões mínimos relativos ao acesso e "processamento" de qualquer informação pessoal pertencente a outro. A lei define "processamento" como coleta, recebimento, registro, organização, recuperação ou uso, distribuição ou compartilhamento de qualquer dessas informações. Todas as organizações na África do Sul (de qualquer tamanho) e indivíduos que estejam em posição de obter, manipular e armazenar as informações pessoais de outro indivíduo, seja em termos de emprego ou como fornecedores ou prestadores de serviços, devem aderir aos requisitos da lei e implementar medidas para proteger essas informações. Informações pessoais são quaisquer informações que possam identificar uma pessoa, como nome, sobrenome, número de identidade, número de contato, endereço de e-mail, religião, histórico médico, educacional, financeiro ou qualquer outra informação exclusiva de um indivíduo.

Para mais informações: https://www.gov.za/sites/default/files/gcis_document/201409/3706726-11act4of2013protectionofpersonalinforcorrect.pdf

d) Lei do Crédito Nacional de 2005 (NCA)

A lei consolida uma série de direitos fundamentais dos consumidores no mercado de crédito, incluindo a proteção contra a discriminação na concessão de crédito, o direito de serem informados dos motivos da recusa ou suspensão do crédito, o direito à informação relativa ao contrato em língua oficial e em linguagem simples e compreensível, e o direito de escolher se deseja receber determinados documentos eletronicamente ou em papel.

Para mais informações: http://www.thedtic.gov.za/wp-content/uploads/NCA_Brochure.pdf ou https://www.gov.za/sites/default/files/gcis_document/201409/a34-050_0.pdf

e) Lei de Regulamentação da Interceptação e Monitoramento das Comunicações e Provisão das Informações relacionadas à Comunicação (RICA)

A Lei 70 de 2002 (RICA) do Regulamento de Interceptação de Comunicações e Fornecimento de Informações Relacionadas à Comunicação rege a interceptação ou monitoramento de comunicações eletrônicas e em papel.

Para mais informações: https://www.gov.za/sites/default/files/gcis_document/201409/a70-02.pdf

VII. RECOMENDAÇÕES PARA EMPRESAS BRASILEIRAS

A África do Sul é um país complexo, altamente desenvolvido em algumas áreas e subdesenvolvido em outras. Tanto o seu mercado industrial quanto consumidor incluem uma combinação de produtos e serviços básicos e sofisticados. Assim, as empresas no Brasil precisam entender bem os seus mercados-alvo antes de ingressarem no país.

É importante entender esse mercado-alvo não apenas do ponto de vista demográfico, mas também do ponto de vista da destinação dos produtos: mercados consumidores, mercados industriais privados, entidades estatais e departamentos governamentais, ou uma combinação desses. A rota para o mercado pode ser diferente dependendo do consumidor final.

Além disso, a base industrial da África do Sul, outrora o alicerce da economia, está sob pressão no momento. Como resultado, o governo introduziu uma série de políticas e legislações destinadas a apoiar os principais setores do país, a fim de criar empregos, promover a industrialização e impulsionar as exportações da África do Sul para o resto da África e globalmente.

Em alguns casos, essas medidas podem ser uma barreira direta às exportações brasileiras de bens, especialmente nos setores agroindustrial, florestal, têxtil e de metais. Em outros casos, essas medidas podem ser utilizadas pelas empresas para estabelecerem-se no país com maior segurança e proteção, o que pode permitir o seu crescimento ao longo do tempo.

A relativa complexidade do ambiente operacional na África do Sul e as estruturas regulatórias em muitos setores devem encorajar as empresas brasileiras a considerar cuidadosamente os parceiros locais e que tipo de parceria estão procurando. Novamente, isso deve estar fundamentado no mercado-alvo e no nível de expectativa de vendas para a África do Sul.

Finalmente, ao olhar para o mercado sul-africano, as empresas brasileiras devem levar em consideração a posição da África do Sul no restante da região e o fato de ser um fornecedor dominante para muitos países do sul da África. Por meio das empresas sul-africanas e da logística e conectividade que possuem na região, as empresas brasileiras podem usar a África do Sul como um trampolim para a África Austral a um custo relativamente baixo, em vez de tentar desenvolver mercados menores e individuais na região.

X. INFORMAÇÕES ADICIONAIS

1) Moeda

O câmbio monetário da África do Sul consiste em notas e moedas e é indicada em randes (R) e centavos.

Câmbio de 5 de maio de 2022

USD/ZAR	15.64
GBP/ZAR	19.62
EUR/ZAR	16.57

(Fonte: Currencies Direct)

2) Pesos e Medidas

Sistema métrico.

3) Comunicações

A África do Sul possui um sistema de comunicações moderno e eficiente. O código de discagem internacional para a África do Sul é +27.

4) Feriados

A África do Sul celebra os seguintes feriados nacionais:

- 1 de janeiro: Ano Novo
- 21 de março: Dia dos Direitos Humanos
- Abril/Março: Sexta-feira Santa e Dia da Família no dia seguinte ao domingo de Páscoa
- 27 de abril: Dia da Liberdade
- 1 de maio: Dia dos Trabalhadores
- 16 de junho: Dia da Juventude
- 9 de agosto: Dia Nacional das Mulheres
- 24 de setembro: Dia da Herança Cultural
- 16 de dezembro: Dia da Reconciliação
- 25 de dezembro: Natal
- 26 de dezembro: Dia da Boa-Vontade

Observação: Se um feriado cair em um domingo, a segunda-feira seguinte é declarada feriado.

5) Fuso horário

A África do Sul faz parte do fuso horário GMT +2. São Paulo está cinco horas a menos em relação ao horário sul-africano.

6) Horários comerciais (de negócios)

O horário de funcionamento dos escritórios e repartições públicas é geralmente de segunda-feira à sexta-feira, das 08h00 às 17h00.

7) Energia elétrica

O fornecimento de eletricidade sul-africano é de 220/230 volts AC 50 HZ. A maioria das tomadas são de 15 amperes de 3 pinos ou 5 amperes de 2 pinos, com pinos redondos.

8) Períodos recomendados para viajar

Os meses ideais para uma viagem de negócios à África do Sul são fevereiro, março, maio, junho, julho, agosto, setembro e outubro. Novembro é um período muito movimentado e muitas vezes é difícil marcar reuniões. Os sul-africanos desfrutam de suas longas férias de verão de meados de dezembro a meados de janeiro. Há vários feriados públicos em abril, dificultando os cronogramas de negócios.

9) Visto de entrada

Aos titulares de passaportes brasileiros não é exigido a posse de um visto para a estadia prevista de 90 dias ou menos e quando em trânsito. A África do Sul está atualmente implementando o sistema de captura biométrica nos aeroportos e portos de entrada. Se você for um cidadão não sul-africano viajando pelos aeroportos e portos de entrada, deverá fornecer suas digitais e fotografia no balcão de imigração.

10) Vacinas

Atualmente, a única vacina obrigatória é a de febre amarela para viajantes provenientes de país(es) com risco de febre amarela ou em trânsito por mais de 12 horas em aeroporto de país(es) com risco de febre amarela.

A vacina contra o vírus da COVID-19 não é obrigatória para entrar na África do Sul.

11) Alfândega e câmbio

Os viajantes podem trazer os seguintes produtos para a África do Sul sem pagar taxas alfandegárias ou imposto sobre o valor agregado (IVA):

- Cigarros – no máximo até 200 cigarros por pessoa.
- Charutos – no máximo até 20 cigarros por pessoa.
- Não mais que 50ml de perfume e 250ml de eau de toilette por pessoa.
- Não mais que 2 litros de vinho por pessoa.
- Não mais que 1 litro no total de outras bebidas alcoólicas por pessoa.

Notas da África do Sul com valor superior a ZAR 25 000; qualquer moeda estrangeira; armas de fogo; minerais não processados; animais, plantas e seus produtos, medicamentos (excluindo quantidades suficientes para três meses para tratamento pessoal e acompanhado de uma carta ou receita certificada por um médico registrado); e produtos fitoterápicos precisam ser declarados na alfândega na chegada.